



Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXXVIII - ESTADO DO TOCANTINS, QUINTA-FEIRA, 08 DE JANEIRO DE 2026 Nº 6.974



PODER
EXECUTIVO

PALÁCIO ARAGUAIA GOVERNADOR
JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

ATO Nº 3.712 - NM.

Republicado para correção

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

MARCELO RODRIGUES DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico III - DAS-4, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 30 dias do mês de dezembro de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO

Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO | 1 |
| CASA CIVIL | 11 |
| CASA MILITAR | 15 |
| CORPO DE BOMBEIROS MILITAR | 16 |
| POLÍCIA MILITAR | 17 |
| SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO | 18 |
| SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | 22 |
| SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA | 23 |
| SECRETARIA DA CULTURA | 23 |
| SECRETARIA DA EDUCAÇÃO | 23 |
| SECRETARIA DOS ESPORTES E JUVENTUDE | 34 |
| SECRETARIA DA FAZENDA | 35 |
| SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL | 45 |
| SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS | 46 |
| SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA | 46 |
| SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO | 46 |
| SECRETARIA DA SAÚDE | 47 |
| SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 56 |
| ADAPEC | 57 |
| AGETO | 58 |
| ATI | 60 |
| DETRAN | 60 |
| FOMENTO | 62 |
| IGEPREV | 63 |
| JUCETINS | 69 |
| MINERATINS | 69 |
| NATURATINS | 70 |
| UNITINS | 81 |
| PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS | 88 |
| PUBLICAÇÕES PARTICULARES | 93 |

ATO Nº 127 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

JORDANA MARQUES SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Cerimonial - DAI-1, da Secretaria Executiva da Governadoria.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 7 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO

Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 135 - NM.

Republicado para correção

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

FERNANDO PINHEIRO DE MELO para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Geral de Unidade Porte 3 - DAS-3, da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 7 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO

Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 166.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

TORNAR INSUBSISTENTE

o Ato nº 84 - NM, de 6 de janeiro de 2026, publicado na edição 6.972 do Diário Oficial do Estado, na parte em que nomeia RUBENALDO MAIA DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Políticas Públicas para a Juventude - DAI-1, da Secretaria dos Esportes e Juventude.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 7 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO

Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 167 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

RUBENALDO MAIA DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Juventude - DAS-4, da Secretaria dos Esportes e Juventude.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 7 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 168.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

TORNAR INSUBSISTENTE

a Portaria CCI nº 81 - EX, de 6 de janeiro de 2026, publicada na edição 6.972 do Diário Oficial do Estado, na parte em que exonera JOÃO VITOR BRASIL CARVALHO, restaurando, por conseguinte, a sua nomeação, empreendida por meio do Ato nº 2.893 - NM, de 7 de novembro de 2025, publicado na edição 6.936 do Diário Oficial do Estado.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 7 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 169 - NM.

Republicado para correção

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

TERESINHA DE JESUS PEREIRA RAMOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação.



WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

DEOCLECIANO GOMES FILHO
Secretário-Chefe da Casa Civil

DISNÉA DIAS SERAFIM
Assessora Responsável pelo Diário Oficial do Estado

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 7 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 177 - NM.

Republicado para correção

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

SAMUELL ANTHONY CARREIRO LIMA para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente da Central de Materiais de Almoarifado - DAI-1, da Secretaria da Administração.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 7 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 179 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, e na conformidade com a Lei Complementar 90, de 30 de dezembro de 2013, resolve

D E S I G N A R

para compor Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Palmas, MAGNA REGINA FERREIRA, na função de Suplente, em substituição a Epitácio Brandão Lopes Filho, designado no Ato nº 1.919 - DSG, de 14 de agosto de 2025, publicado na edição 6.879 do Diário Oficial do Estado.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 181 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

RAFAEL COSTABENTO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins - AEM, a partir de 9 de janeiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 183 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

IVANILSON SAMINEZ DE ARAÚJO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado IV - CA-4, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV-TOCANTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 184 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

LUIZANO NOGUEIRA AVELINO para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de CIRETRAN e Postos de Atendimento III - DAI-3, do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/TO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 185 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

D E S I G N A R

MARCOS TADEU BORGES DE OLIVEIRA, matrícula 447332-2, para o exercício da Função Comissionada de Supervisão de Escritório Local - FC-RURALTINS-1, no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 186 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

ERIVAN ALVES DE SOUZA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria dos Esportes e Juventude.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 187 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

JOSÉ LUÍS CÂNDIDO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico V - DAS-6, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria dos Esportes e Juventude.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 188 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

LUÍS EDUARDO FIGUEIREDO LIMA para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Procedimentos Administrativos e Judiciais - DAI-1, da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 189 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

JORINEU COSTA CAPUCHINHO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado IV - CA-4, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/TO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 190 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

para exercerem o cargo de provimento em comissão de Gerente do Núcleo do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura - MEPCT - DAI-1, da Secretaria da Cidadania e Justiça:

1. JAMES AZEVEDO CARVALHO;
2. ROSILEIDE MARIA COUTO PEREIRA.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 191 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

DESIGNAR

os servidores adiante indicados para exercerem a Função Comissionada de Administração - FCA-2, na Secretaria da Cidadania e Justiça:

1. DIEGO ALMEIDA FERREIRA CREPALDI, matrícula 11602198-1;
2. TAIZ FERREIRA DE OLIVEIRA CHAVES, matrícula 11623217-3.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 192 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

MARINA OLIVEIRA PIMENTEL para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/TO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 193 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

SUMARA PRICILLA FEITOSA FERREIRA IVO para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Tratamento e Reinserção Social ao Dependente Químico - DAI-1, da Secretaria da Cidadania e Justiça.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 194 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

WARLEY RODRIGUES BRITO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Pesca e Aquicultura.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 195 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

DRYELLY THAYNER COUTO RODRIGUES CALAÇA para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural - DAS-4, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 196 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

THÁSSIO BRENO BENTO DE BRITO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 197 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

RAIMUNDA LEITE DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento e Convênios - DAS-4, da Secretaria da Cidadania e Justiça.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 198 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

ODAIR PEREIRA MARINHO NETO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/TO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 199 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

MARCILENE RAMOS ALVES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria dos Esportes e Juventude, a partir de 8 de janeiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 200 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

ERICLES PEREIRA DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria dos Esportes e Juventude, a partir de 8 de janeiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 201 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

para exercerem os cargos de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-os, até vacância, com os respectivos ocupantes, para a estrutura operacional da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social:

1. BERILIO BATISTA COELHO DE LIRA;
2. KAROLLAINE SANTANA REIS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 202 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

GEISA SANTOS BARBOSA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado V - CA-5, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 203 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

LUIZA AMÉLIA ULISSES SAMPAIO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 204 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

JOGE ALVES TOLEDO NETO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 205 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

JOÃO CLÁUDIO DOS SANTOS CUNHA PEREIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria dos Esportes e Juventude.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 206 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Secretaria da Mulher:

1. CARLOS LUIZ DE SOUZA NETO, Assessor Jurídico - DAI-1;
2. DAIAME REGINA LETRARI, Gerente de Articulação e Interiorização das Ações de Proteção a Mulher - DAI-1;
3. PABLO HENRIQUE BEZERRA CRUZ, Gerente de Planejamento e Captação de Recursos - DAI-1;
4. RITAALVES MARINHO, Gerente de Ações de Prevenção a Violência - DAI-1.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 207 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

MÔNICA TAVARES AMORIM para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Alternativas Penais I - DAI-2, da Secretaria da Cidadania e Justiça.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 208 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Secretaria da Administração, redistribuindo-os, até vacância, com os respectivos ocupantes, para a estrutura operacional da Secretaria da Segurança Pública:

1. ANTÔNIO MILHOMEM MARINHO FILHO, Assessor Comissionado II - CA-2;
2. ILDO AYRES PEREIRA, Assessor Comissionado V - CA-5.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 209 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

EONINGTON RODRIGUES BARROSO para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio às Atividades Aquícolas - DAI-1, da Secretaria da Pesca e Aquicultura.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 210 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

MACKSUEL FERREIRA DOS REIS para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial do Gabinete do Governador V - DAS-6, da Secretaria Executiva da Governadoria, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 211 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

VERÔNICA MOTA E SILVA FALQUETI para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 212 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Secretaria da Administração, redistribuindo-os, até vacância, com os respectivos ocupantes, para a estrutura operacional da Secretaria da Fazenda:

1. KALIANE DOS SANTOS ALENCAR MARTINS, Assessor Comissionado III - CA-3;
2. NENES VAZ VIEIRA NETO, Assessor Comissionado V - CA-5.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 213 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

VALDIVINO ARAÚJO DE MELO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado V - CA-5, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC-TOCANTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 214 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

RICARDA VITÓRIA GOMES ALVES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado V - CA-5, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Mineração do Estado do Tocantins - AMETO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 215 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

ANAMBERG DE GUSMÕES PEREIRA CIRQUEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 216 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

ALESSANDRA LIMEIRA DE BRITO COSTA para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Execução de Projetos Orçamentários - DAI-1, da Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 217 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

LEILIANE DE SOUSA LIMA para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Pesquisas e Informações - DAI-1, da Secretaria do Turismo.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 218 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

CAMILA MACIANA LIMA DOS SANTOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe da Assessoria de Comunicação - DAI-2, da Secretaria do Turismo.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 219 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Secretaria da Administração, redistribuindo-os, até vacância, com os respectivos ocupantes, para a estrutura operacional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS:

1. BRUNNO RIBEIRO DE SOUSA, Assessor Especial Técnico V - DAS-6;
2. MÁRIO OTAVIO CELLA, Assessor Comissionado III - CA-3.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 220 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

MIGUEL PEREIRA SILVA para exercer o cargo de Secretário Executivo, da Secretaria da Cidadania e Justiça.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 221 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

LAYLA BORGES DE SOUSA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 222 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

BIANCA VITÓRIA DOMINGOS DE OLIVEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Análise de Licitação e Contratos - DAI-1, da Controladoria-Geral do Estado.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 223 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

RAQUEL HERTEL DE VASCONCELOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário-Geral - DAI-1, da Agência de Mineração do Estado do Tocantins - AMETO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 224 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

ULISSES EDGAR GOMES TAVARES para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Fiscalização e Informação - DAS-4, da Agência de Mineração do Estado do Tocantins - AMETO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 225 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

PAULO PACHECO DA SILVA NUNES para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Gestão Processual - DAI-1, da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO, a partir de 9 de janeiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 226.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

TORNAR INSUBSISTENTE

a Portaria CCI nº 107 - EX, de 7 de janeiro de 2026, publicada na edição 6.973 do Diário Oficial do Estado, que exonera ELIAS DE OLIVEIRA GOMES, restaurando, por conseguinte, a sua nomeação, empreendida por meio do Ato nº 2.917 - NM, de 10 de novembro de 2025, publicado na edição 6.937 do Diário Oficial do Estado.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 227 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

LUCIANA ALVES GOMES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Mineração do Estado do Tocantins - AMETO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 228 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

LIDIANE LIMA GUIMARÃES COELHO LOPES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico V - DAS-6, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 229 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

ISADORA TEIXEIRA FERNANDES para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Finanças - DASP-4, da Procuradoria-Geral do Estado.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 230 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

DESIGNAR

ALABAM DIAS DA SILVA, matrícula 11217154-1, para o exercício da Função Comissionada de Gestão - FCG-2, na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins - FAPT.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 231 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

ALEX MOREIRA COSTA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico I - DAS-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 232 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

JOSÉ DE ARIMATEA ALVES DE CASTRO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico IV - DAS-5, da Secretaria da Administração.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 233 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

FLÁVIO ANDRÉ DE LIMA CILLI para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC-TOCANTINS.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 234 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

IAGO GUTHIERRY DA SILVA COSTA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete III - DAS-5, da Secretaria da Educação, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 235 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

VILMAR NASCIMENTO DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Metrologia e Avaliação de Conformidade - DAI-1, da Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins - AEM.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 8 dias do mês de janeiro de 2026; 205º da Independência, 138º da República e 38º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

CASA CIVIL

PORTARIA CCI Nº 2.496 - CSS, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 11, de 1º de maio de 2025, resolve

M A N T E R

cedida ao Município de Araxá, Estado de Minas Gerais, a Enfermeira LOREN MARIANA VIEIRA E SILVA RIBEIRO, matrícula 11144661-4, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 2.888 - EX, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

TÚLIO PARREIRA LABRE de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Vice-Presidente Executivo - DAS-3, da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO, a partir de 30 de dezembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 46 - CSS, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 11, de 1º de maio de 2025, resolve

CEDER

ao Município de Araxá, Estado de Minas Gerais, o Delegado de Polícia Civil GUSTO CAMILO RIBEIRO, matrícula 50146-1, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Segurança Pública, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 114 - CSS, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e no art. 25 da Lei Complementar 150, de 20 de dezembro de 2023, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 26, de 9 de novembro de 2023, resolve

MANTER

cedida ao Município de Aguiarnópolis a Pedagoga FRANCIMARIA SANTANA DE SOUSA NASCIMENTO, matrícula 839570-2, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 116 - CSS, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, no art. 35 da Lei 4.902, de 27 de novembro de 2025, e no art. 25 da Lei Complementar 150, de 20 de dezembro de 2023, resolve

MANTER

cedida ao Município de Casimiro de Abreu, Estado do Rio de Janeiro, a Professora Normalista FRANCISCA NETA CHAVES DA LUZ SOUZA, matrícula 541373-1, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o requisitante, mediante ressarcimento ao cedente, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 117 - RVG, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, resolve

REVOGAR,

a partir de 8 de janeiro de 2026, a Portaria CCI nº 2.233 - CSS, de 7 de novembro de 2025, publicada na edição 6.949 do Diário Oficial do Estado, na parte em que mantém a Assistente Administrativa BÁRBARA MONIQUE BEZERRA TEIXEIRA, matrícula 1158449-3, cedida à Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 118 - RVG, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, resolve

REVOGAR,

a partir de 8 de janeiro de 2026, a Portaria CCI nº 2.835 - CSS, de 29 de dezembro de 2025, publicada na edição 6.971 do Diário Oficial do Estado, na parte em que mantém a Auxiliar Administrativa JUCIARA CARMO SILVA, matrícula 642530-3, cedida ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 119 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

ERIVAN ALVES DE SOUZA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado I - CA-1, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a partir de 9 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 120 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

JOSÉ LUÍS CÂNDIDO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico V - DAS-6, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a partir de 9 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 121 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Gerente do Núcleo do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura - MEPCT - DAI-1, da Secretaria da Cidadania e Justiça, a partir de 9 de janeiro de 2026:

1. JULANE MARISE GOMES DA SILVA;
2. NEIDE APARECIDA RIBEIRO.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 122 - DISP, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

DISPENSAR

da Função Comissionada de Administração - FCA-2 a servidora FLÁVIA MARTINS SILVA DE CARVALHO GUIMARÃES, matrícula 11460245-2, lotada na Secretaria da Cidadania e Justiça, a partir de 9 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 123 - CSS, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 24, de 9 de novembro de 2023, resolve

MANTER

cedidos ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins os servidores adiante indicados, integrantes do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem:

1. IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA, matrícula 1056425-1, Operador de Microcomputador;
2. MARINA AZEVEDO DA SILVA, matrícula 533455-3, Assistente Administrativa;
3. WELBER DE ALENCAR MORAES, matrícula 603263-3, Assistente Administrativo.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 124 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

MANOEL MARCOS RODRIGUES TAVARES SOUSA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Tratamento e Reinserção Social ao Dependente Químico - DAI-1, da Secretaria da Cidadania e Justiça, a partir de 9 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 125 - CSS, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 24, de 9 de novembro de 2023, resolve

CEDER

ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins o Operador de Microcomputador ERALDO DE SOUSA OLIVEIRA, matrícula 505654-1, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 12 de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 126 - CSS, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 8º da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 24, de 9 de novembro de 2023, resolve

MANTER

cedido ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins o Militar RENATO MASCAREN DA SILVA, matrícula 352278-1, integrante do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 127 - CSS, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Acordo de Cooperação Técnica nº 24, de 9 de novembro de 2023, resolve

MANTER

cedida ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins a Técnica Química de Laboratório POLLYANA SENA DE SOUSA, matrícula 810043, integrante do quadro de pessoal da Universidade Estadual do Tocantins - Unitins, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 128 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

SHENYA FRANCINYI DE LIMA RAMOS de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento e Convênios - DAS-4, da Secretaria da Cidadania e Justiça, a partir de 9 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 129 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

POLLYANA GOMES DE SOUZA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Superintendente da Hemorrede do Tocantins - DAS-3, da Secretaria da Saúde, a partir de 9 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 130 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

VALTER ALVES GUIMARÃES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria dos Esportes e Juventude, a partir de 8 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 131 - CSS, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e no art. 25 da Lei Complementar 150, de 20 de dezembro de 2023, resolve

MANTER

cedido ao Município de São Sebastião do Tocantins a Auxiliar Administrativa ARIS VALDA MARACAIPE CHAVES SOUSA, matrícula 542705-3, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 132 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

de suas funções, nos cargos de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuídos para a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a partir de 9 de janeiro de 2026:

1. ANTÔNIO HEITOR CANTÃO DE CARVALHO;
2. VALMIRA MENESES MACIEL.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 133 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

RITA ALVES MARINHO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Articulação e Interiorização das Ações de Proteção a Mulher - DAI-1, da Secretaria da Mulher, a partir de 9 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 134 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

NATANAEL ALVES DOS SANTOS de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Técnico IV - DAS-5, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria do Turismo, a partir de 7 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 135 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

DANIELA SILVA MASCARENHAS de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria do Turismo, a partir de 7 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 136 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR, a pedido,

GIOVANA MARTINS DE MIRANDA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Supervisor de Análise e Controle - DAI-2, da Controladoria-Geral do Estado, a partir de 20 de novembro de 2025.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 137 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

de suas funções, nos cargos de provimento em comissão especificados, da Agência de Mineração do Estado do Tocantins - AMETO, a partir de 9 de janeiro de 2026:

1. LORRAINE CASTRO NEVES, Secretário-Geral - DAI-1;
2. MARLUS ROBERTO MARTINS DE SOUSA, Diretor de Fiscalização e Informação - DAS-4.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 138 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

DAYANA AFONSO SOARES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Análise de Licitação e Contratos - DAI-1, da Controladoria-Geral do Estado, a partir de 9 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 139 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

PAULO PACHECO DA SILVA NUNES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO, a partir de 9 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 140 - EX, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

ISIS SILVA BRITO FERNANDES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Coordenador de Finanças - DASP-4, da Procuradoria-Geral do Estado, a partir de 9 de janeiro de 2026.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 141 - DISP, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

DISPENSAR

da Função Comissionada de Gestão - FCG-1 o servidor ALABAM DIAS DA SILVA, matrícula 11217154-1, lotado na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins - FAPT.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

APOSTILA CCI Nº 5 - APT, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

APOSTILAR

o Ato nº 3.533 - NM, de 22 de dezembro de 2025, publicado na edição 6.967 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar vigentes em 23 de dezembro de 2025 os efeitos da nomeação de WELLINGTON JÚNIOR SILVEIRA.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

APOSTILA CCI Nº 6 - APT, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

APOSTILAR

o Ato nº 3.699 - NM, de 30 de dezembro de 2025, publicado na edição 6.970 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar vigentes, a partir de 1º de janeiro de 2026, os efeitos da nomeação de JOSÉ EVANDO DE AMORIM.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

CASA MILITAR**TERMO DE DECISÃO**

PROCESSO Nº 2025/09070/000002

1. DAS PRELIMINARES

Trata-se de recurso interposto pela recorrente, a empresa CS BRASIL FROTAS S.A., inscrita no CNPJ nº 27.595.780/0001-16, em relação à decisão proferida nos autos do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 2025/09070/000002, instaurado pela Casa Militar do Estado do Tocantins, por meio da Portaria PAAR nº 01/2025, datada de 7 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial nº 6.831, de 6 junho de 2025, com efeitos retroativos contados a partir da data da lavratura da referida Portaria, a qual, ao final, culminou nas sanções de advertência e multa, no valor de R\$ 32.851,51 (trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos).

Preliminarmente, resta translúcido a presença dos pressupostos de admissibilidade do recurso ora analisado. Assim, verifica-se que o recurso é próprio e tempestivo, a parte é legítima e a autoridade é competente para decidir sobre seu mérito.

2. DAS FORMALIDADES LEGAIS

Todas as formalidades legais foram cumpridas durante o andamento do Processo Administrativo nº 2025/09070/000002, conforme comprovam os documentos anexados aos autos, incluindo notificação (fl. 04), defesa prévia da empresa (fls. 5-6/33-37-124-134) e suas alegações finais de defesa (fls. 183-195/514), o relatório da Comissão de Apuração (fls. 531-542), o Parecer Jurídico (fls. 594-600), o Termo de Decisão (fls. 601-609) e o recurso pertinente (fls. 622-627).

3. DAS RAZÕES DA EMPRESA

A empresa foi notificada a interpor recurso, nos termos do art. 45 da INSTRUÇÃO NORMATIVA CAMIL Nº 3/2024, conforme OFÍCIO Nº 80/2025/GEOFC/CAMIL (SGD: 2025/09079/006065 - fls. 610) e OFÍCIO Nº 019/2025/ASSEJUR (SGD: 2025/09079/006278 - fls. 620). Por sua vez, a empresa interpôs o recurso pertinente (fls. 622-627), argumentando que a decisão merece reforma, pois o conjunto probatório dos autos evidencia que não houve inércia da contratada, tampouco culpa pelo atraso, o qual decorreu de erro exclusivo e imprevisível do DETRAN/SP, reconhecido oficialmente pelo próprio órgão.

Alegou ainda que encontrou dificuldades no processo de transferência dos veículos para o Estado do Tocantins devido a um erro formal do DETRAN de São Paulo. Argumentou também a Casa Militar recusou-se a receber os veículos provisoriamente, pelo fato de ainda estarem emplacados em São Paulo, mesmo diante da proposta formal da empresa de assumir eventuais multas de trânsito até a conclusão da transferência de registro.

A Empresa argumentou que atuou com zelo, transparência e boa-fé, tendo regularizado a situação com celeridade logo após a correção do erro DETRAN/SP. Alegou ainda que se não fosse a falha administrativa do DETRAN/SP, a entrega teria ocorrido integralmente dentro do prazo contratual, sem qualquer repercussão para a Administração. Apontou também a ausência de nexo causal entre sua conduta e o atraso alegado, motivado por erro de terceiro (DETRAN/SP), bem como, a inobservância da razoabilidade e proporcionalidade na aplicação de penalidades, dentre elas a multa pecuniária, uma vez que os fatos concretos evidenciam a ausência de qualquer censurabilidade à empresa Contratada.

Por derradeiro, requereu o arquivamento do presente processo administrativo, sem aplicação de qualquer penalidade ou que a eventual penalidade seja restrita à advertência.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO

Do apurado, verificou-se que houve descumprimento contratual por parte da empresa, passível de sanção administrativa, referente ao atraso na entrega a Casa Militar de três veículos blindados objetos do Contrato nº 004/2024. Assim, os veículos blindados deveriam ser entregues a esta Secretaria no prazo de até 90 (noventa) dias após o recebimento da autorização de início dos serviços, que correspondia ao dia 30/11/2024. Porém, um dos veículos foi entregue a este órgão no dia 06/01/2025, e os outros dois no dia 21/02/2025, descumprindo a alínea "e" da Cláusula Sétima do referido Contrato. Desse modo, constatou-se que a empresa não respeitou a regra estabelecida na legislação aplicável, cometendo a infração administrativa prevista no inciso II do art. 49 da INSTRUÇÃO NORMATIVA CAMIL Nº 3/2024.

Dessa forma, a empresa está passível de sofrer a aplicação de sanção administrativa prevista na legislação aplicável (art. 87, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 50, incisos I e II, da INSTRUÇÃO NORMATIVA CAMIL Nº 3/2024), bem como, a Cláusula Décima Quinta, inciso IV, do Contrato nº 004/2024.

Nesse sentido, a jurisprudência pátria tem reconhecido que a inexecução parcial de contrato administrativo, quando acarreta grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pode gerar sanções ao contratado, incluindo multas e outras penalidades. Contudo, a aplicação dessas sanções deve ser feita com base em critérios de proporcionalidade, sendo precedida do devido processo legal, com a garantia do contraditório e da ampla defesa. (TJ-MG - APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.17.077204-0/003; TJ-CE - MS: 0625849-87.2017.8.06.0000; TRE-ES - PA: 0600196-50.2024.6.08.0000; TJ-MG - APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.17.077204-0/003).

Ademais, a Jurisprudência do TCU Acórdão: 2077/2017 - Plenário, também tem reconhecido que em face do poder disciplinar da Administração Pública, entende-se que a apuração para a aplicação de sanção, nos casos de infração administrativa, não é um ato discricionário, é um poder-dever. Por isso, tendo conhecimento de indícios de existência de uma infração administrativa praticada por servidor ou particular, a Administração tem o dever de instaurar o processo adequado à sua apuração e, conforme o caso, realizar a consequente aplicação das penas cabíveis.

Portanto, mesmo havendo cobranças prévias da Casa Militar à empresa, restou comprovado o atraso na entrega dos objetos contratados, que gerou transtornos operacionais a esta Secretaria. Este atraso poderia ter sido mitigado pela locadora no tocante ao transporte e transferência dos veículos entre os Estados de São Paulo e Tocantins. Diante disso, foi constatada letargia da empresa quanto às providências cabíveis, não havendo uma preocupação clara em solucionar o problema.

A autoridade competente, após analisar os fatos, decidiu aplicar as penalidades de ADVERTÊNCIA e MULTA, no valor total de R\$ 32.851,51 (trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos), com base no art. 87, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93 c/c art. 50, incisos I e II, da INSTRUÇÃO NORMATIVA CAMIL Nº 3/2024, bem como, a Cláusula Décima Quinta, inciso IV, do Contrato nº 004/2024.

Contudo, o atraso na entrega dos objetos contratados, que resultou em prejuízo ao serviço operacional da Casa Militar, justifica a imposição de penalidade proporcional, visando resguardar o interesse público e garantir o cumprimento das obrigações contratuais.

Por todo o exposto, reconsidero parcialmente o recurso interposto pela empresa recorrente, por entender que mesmo estando comprovados nos autos a materialidade e o dano potencial à Administração Pública, a imposição da penalidade de Advertência à empresa é mais razoável e proporcional ao presente caso, pois não se verificou má-fé por parte da contratada ou intenção deliberada de inadimplir as obrigações por ela assumidas.

5. DA DECISÃO

Ante o exposto, DECIDO:

I. Aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa CS BRASIL FROTAS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 27.595.780/0001-16, visto que a inexecução parcial do contrato resultou em dano operacional à administração pública, especialmente no cumprimento da missão institucional desta Secretaria, não se verificando, porém, má-fé por parte da contratada ou intenção deliberada de inadimplir as por ela obrigações assumidas, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 c/c e art. 50, inciso I, da INSTRUÇÃO NORMATIVA CAMIL Nº 003/2024;

II. Determinar à Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil da Casa Militar, que notifique da presente decisão a Empresa Contratada, concedendo-lhe oportunidade para interpor recurso no prazo legal, se desejar;

III. Providenciar que os autos sejam arquivados na Assessoria Jurídica da Casa Militar do Estado do Tocantins.

Remeta-se para o Diário Oficial do Estado e Cumpra-se.

Palmas/TO, 5 de janeiro de 2026.

HEITOR JOSÉ COSTA LINS - CEL QOPM
Secretário Executivo da Casa Militar

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

COMANDO DO 1º BATALHÃO

PORTARIA Nº 1/2026/1BBM, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

Suspende férias de Militar e adota outras providências.

O COMANDANTE DO 1º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o art. 87, §2º, inciso II, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012 e art. 36, inciso II, e art. 37, inciso II, da Portaria nº 50/2025/DGP, de 30 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER 15 (quinze) dias das férias do 3º SGT QPBM 00.574-14 LUCIANA LIMA MONTELO mat. 1275003-2, no período de 20/01/2026 a 03/02/2026, por extrema necessidade do serviço, referente ao período aquisitivo de 15/09/2024 a 14/09/2025, publicada no Boletim Geral nº 1925, de 4 de dezembro de 2025, assegurando-lhe o direito de serem usufruídos em data oportuna.

Art. 2º SUSPENDER 15 (quinze) dias das férias do 3º SGT QPBM 00.513-14 DAIANE LIMA MAT. 11220511/1, no período de 20/01/2026 a 03/02/2026, por extrema necessidade do serviço, referente ao período aquisitivo de 15/09/2024 a 14/09/2025, publicada no Boletim Geral nº 1925, de 4 de dezembro de 2025, assegurando-lhe o direito de serem usufruídos em data oportuna.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGNALDO SILVEIRA - TEN QOBM/A
Respondendo pelo Comando do 1º BBM

POLÍCIA MILITAR

PORTARIA Nº 1/2025/DAL - ALMOXARIFADO

Designa Comissão Permanente para a realização do inventário de bens de consumo em estoque no almoxarifado Geral no âmbito da PMTO.

O CORONEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA Polícia Militar do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais lhe conferidas pelos incisos I e IV, do §1º, do art. 42, da Constituição Estadual do Tocantins, de 05 de outubro de 1989, pelo art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 16 de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Comissão Permanente para a realização do inventário de bens de consumo em estoque no Almoxarifado Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins, como instrumento de controle e transparência, a fim de subsidiar a prestação de contas e a elaboração do Balanço Geral, relativo ao exercício de 2025, procedendo aos atos pertinentes, conforme Portaria SECAD nº 2515/2025/GASEC, de 28 de outubro de 2025. Sob a presidência do primeiro titular, esta Comissão será composta pelos seguintes membros:

1 - Titulares:

1º TEN QOM Jorge Miguel Barbosa da Cruz - Matrícula: 1043412;

ST QPPM Jorlan de Nazaré Lopes, Matrícula 625921;

SERVIDORA CIVIL Érica Florêncio de Sousa Apolinário - Matrícula 11540214-7.

2 - Suplente:

ST QPPM Fleidina Tragino de Sousa, matrícula 876553;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quartel do Comando-Geral em Palmas/TO, aos 15 dias do mês de dezembro de 2025.

Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 1/2026/DAL - PATRIMÔNIO

Designa Gestor Setorial de Patrimônio, responsável pela gestão das ações patrimoniais no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins, e adota outras providências.

O CORONEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, no uso das atribuições constitucionais que lhe conferem o a rt. 42, §1º da Constituição do Estado do Tocantins e atribuições legais conferidas pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o CAP QOA, matrícula nº 869007, Jacinondas Oliveira Silva, como Gestor Setorial de Patrimônio da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, junto ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA.

Art. 2º Dispensar o MAJ QOPM, matrícula nº 1145770, Almino Borges Bezerra, como Gestor Setorial de Patrimônio da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, junto ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins, em Palmas/TO, aos 05 dias do mês de janeiro de 2025.

Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 001/2026 - DAL/PMTO

Designa representantes da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO para exercerem as atribuições de Fiscal Titular e Fiscal Substituto de Contrato.

O CORONEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA Polícia Militar do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos I e IV do §1º do art. 42, da Constituição Estadual do Tocantins, de 05 de outubro de 1989, e pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021, e com fulcro no art. 117 c/c art. 7, ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os militares a seguir relacionados para exercerem as atribuições de fiscais do Contrato nº 38/2025, celebrado com a empresa CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA, tendo por objeto aquisição de Instrumentos de menor potencial ofensivo - espargidores, conforme Processo nº 2024/09030/000660.

| POSTO | NOME | MATRÍCULA | FUNÇÃO |
|--------------|--------------------------------|-----------|-------------------|
| MAJ QOPM | GUINOMAR REGINO DIAS MAGALHÃES | 9****3 | Fiscal titular |
| SUB TEN QPPM | FLEIDINA TRAGINO DE SOUSA | 8****3 | Fiscal substituto |

Art. 2º São atribuições do fiscal:

I. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no termo de referência;

II. Manifestar-se quanto às justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

III. Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados nas condições estabelecidas no instrumento contratual, e/ou emitir termo de recebimento definitivo, quando for o caso;

IV. Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no artigo 119 da Lei Federal nº 14.133/2021;

V. Acionar a garantia técnica ou contratual sobre os aparelhos, equipamentos e serviços contratados, quando for o caso;

VI. Adotar demais providências que julgar necessárias à boa e fiel execução do contrato, promovendo entendimento junto à empresa, observando sempre a legalidade e as cláusulas pactuadas;

VII. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contratos, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

VIII. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

IX. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

X. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

XI. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

XII. Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o atesto, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

XIII. Comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

XIV. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 deste Decreto;

XV. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto nº 6.066/2023; e

XVI. Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO as faltas cometidas pela CONTRATADA que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quartel do Comando-Geral, em Palmas/TO, 05 de janeiro de 2026.

MÁRCIO ANTÔNIO BARBOSA DE MENDONÇA - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 2024/09030/000660
CONTRATO Nº 38/2025
CONTRATADO: CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA - CNPJ nº 30.092.431/0001-96.
CONTRATANTE: Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO - IMPO - ESPARGIDORES.
VALOR: R\$ 313.000,00 (trezentos e treze mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.181.1160.2006.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30
FONTE DE RECURSO: 700 e 500/0000103.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 05/01/2026.
SIGNATÁRIOS:
CEL QOPM MÁRCIO ANTÔNIO BARBOSA DE MENDONÇA - CEL QOPM, Comandante-Geral da PMTO.
Luiz Cristiano Vallim Monteiro, Representante Legal da Contratada.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO) DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

RETIFICAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA A HETEROIDENTIFICAÇÃO

Cargo de Cadete I do Quadro de Praças Especiais - QPES

O Coronel QOPM Cláudio Thomaz Coêlho de Souza, Presidente da Comissão do Concurso Público, em face de autorização concedida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual no Ofício nº 032/2023-PM/1-EMG, de 31 de maio de 2023, e designação do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins, por meio da Portaria nº 002/2023-PM/1-EMG, de 25 de janeiro de 2023, alterada pela Portaria nº 003/2024/PM1/EM, pela Portaria nº 008/2025/PM1/EM, e pela Portaria nº 012/2025/PM1/EM publicadas, respectivamente, no Diário Oficial nº 6259, de 27 de janeiro de 2023, no Diário Oficial nº 6597, de 25 de junho de 2024, no Diário Oficial nº 6.897, de 12 de setembro de 2025, e no Diário Oficial nº 6.964, de 18 de dezembro de 2025, torna público a retificação ao Edital de Convocação para a Heteroidentificação, para incluir o candidato abaixo:

| Inscrição | Nome |
|-----------|----------------------|
| 187006162 | Éberson Corado Lopes |

Cláudio Thomaz Coêlho de Souza - CEL QOPM
Presidente da Comissão do Concurso CFO/2025

RETIFICAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Cargo de Cadete I do Quadro de Praças Especiais - QPES

O Coronel QOPM Cláudio Thomaz Coêlho de Souza, Presidente da Comissão do Concurso Público, em face de autorização concedida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual no Ofício nº 032/2023-PM/1-EMG, de 31 de maio de 2023, e designação do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins, por meio da Portaria nº 002/2023-PM/1-EMG, de 25 de janeiro de 2023, alterada pela Portaria nº 003/2024/PM1/EM, pela Portaria nº 008/2025/PM1/EM, e pela Portaria nº 012/2025/PM1/EM publicadas, respectivamente, no Diário Oficial nº 6259, de 27 de janeiro de 2023, no Diário Oficial nº 6597, de 25 de junho de 2024, no Diário Oficial nº 6.897 de 12 de setembro de 2025, e no Diário Oficial nº 6.964 de 18 de dezembro de 2025, torna público a retificação ao Edital de Convocação para a Avaliação Psicológica, para incluir o candidato abaixo:

| Inscrição | Nome |
|-----------|----------------------|
| 187006162 | Éberson Corado Lopes |

Cláudio Thomaz Coêlho de Souza - CEL QOPM
Presidente da Comissão do Concurso CFO/2025

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 2856/2025/GASEC, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea “b”, da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.316, de 12 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado nº 3.778, de 19 de dezembro de 2012, com fulcro na Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.061, de 1º de abril de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.807, de 30 de abril de 2025.

CONSIDERANDO que o Despacho nº 851/2025/DIGEF, expedido aos 08 dias do mês de dezembro de 2025, anexado ao Processo nº 2025/17010/001575, concede evoluções funcionais ao(à) o servidor(a);

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor(a) público(a);

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades.

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o(a) servidor(a) público ANTONIO GUTEMBERGE DE SOUZA, Número Funcional 11584718/1, Policial Penal, CPF nº XXX.XXX. 171-06, a Portaria nº 1061/2025/GASEC, de 09 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.813, de 12/05/2025;

Art. 2º CONCEDER as evoluções funcionais o(a) servidor(a) público(a) público ANTONIO GUTEMBERGE DE SOUZA, Número Funcional 11584718/1, Policial Penal, CPF nº XXX.XXX. 171-06, integrante do Quadro da Polícia Penal do Estado do Tocantins, posicionando-o nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela I, do Anexo I, da Lei nº 3.879/2022, a partir da data de preenchimento dos requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

| TIPO DE PROGRESSÃO | PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR | PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL | DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS | DATA DO EFEITO FINANCEIRO |
|--------------------|----------------------------|-------------------------|--------------------------------------|---------------------------|
| Vertical | 3a-B | 2a-B | 19/05/2022 | 01/06/2022 |
| Horizontal | 2a-B | 2a-C | 20/05/2023 | 01/06/2023 |
| Vertical | 2a-C | 1a-C | 19/05/2024 | 01/06/2024 |

Art. 3º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31/03/2022, respeitadas as capacidades orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 2928/2025/GASEC, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea "b", da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.316, de 12 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.859, de 30 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado nº 4.120, de 06 de maio de 2014, com fulcro na Lei Estadual nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6.061 e no Decreto nº 6.880, de 18 de dezembro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.720, de 18 de dezembro de 2024.

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor público;

CONSIDERANDO que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos quando eivados de vícios ou ilegalidade;

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o servidor público ZENAIDE AQUINO ANTERO, Número Funcional 469728/1, Professor da Educação Básica, CPF nº XXX.XXX.631-91, integrante do Quadro da Educação do Estado do Tocantins, conforme a Portaria abaixo especificada:

Portaria nº 753/2025/GASEC, de 14/04/2025, publicada no Diário Oficial nº 6.806 de 29/04/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 2929/2025/GASEC, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea "b", da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.316, de 12 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.859, de 30 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado nº 4.120, de 06 de maio de 2014, com fulcro na Lei Estadual nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6.061 e no Decreto nº 6.880, de 18 de dezembro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.720, de 18 de dezembro de 2024.

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor público;

CONSIDERANDO que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos quando eivados de vícios ou ilegalidade;

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o servidor público YANA DE SOUSA SANTOS, Número Funcional 801784/1, Professor da Educação Básica, CPF nº XXX.XXX.951-20, integrante do Quadro da Educação do Estado do Tocantins, conforme a Portaria abaixo especificada:

Portaria nº 754/2025/GASEC, de 10/04/2025, publicada no Diário Oficial nº 6.806 de 29/04/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 2930/2025/GASEC, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea "b", da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.316, de 12 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.859, de 30 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado nº 4.120, de 06 de maio de 2014, com fulcro na Lei Estadual nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6.061 e no Decreto nº 6.880, de 18 de dezembro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.720, de 18 de dezembro de 2024.

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor público;

CONSIDERANDO que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos quando eivados de vícios ou ilegalidade;

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o servidor público WILKER DIVINO RAMALHO BARRETO, Número Funcional 857340/6, Professor da Educação Básica, CPF nº XXX.XXX.971-68, integrante do Quadro da Educação do Estado do Tocantins, conforme a Portaria abaixo especificada:

Portaria nº 763/2025/GASEC, de 14/04/2025, publicada no Diário Oficial nº 6.806 de 29/04/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 2948/2025/GASEC, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Republicada para correção

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea "b", da Lei nº 3.421, de 08 de março de 2019, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012, e na Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6.061, de 1º de abril de 2022, e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.807, de 30 de abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais abaixo elencadas, para os seguintes servidores públicos, integrantes do Quadro Geral do Poder Executivo, posicionando-os nos correspondentes níveis e referências constantes dos Anexos III e VI da Lei nº 2.669/2012, a partir das datas de preenchimento dos requisitos legais, especificadas abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito à do incremento financeiro e a concessão processada na conformidade dessa Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, respeitada a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

ANEXO À PORTARIA Nº 2948/2025/GASEC,
de 19 de dezembro de 2025.

| ORDEM | NÚMERO FUNCIONAL | VÍNCULO FUNCIONAL | NOME DO SERVIDOR | HABILITAÇÃO PARA CONCESSÃO | DATA DO FINANCEIRO | TIPO DE PROGRESSÃO | NÍVEL/ REFERÊNCIA ATUAL | NÍVEL/ REFERÊNCIA PROGRESSÃO |
|-------|------------------|-------------------|------------------|----------------------------|--------------------|---------------------|-------------------------|------------------------------|
| 1 | 804864 | 2 | JOSELIA DE LIMA | 01/03/2024 | 01/03/2024 | PROGRESSAO VERTICAL | IV-K | V-K |

PORTARIA Nº 2956/2025/GASEC, 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição Estadual e,

Considerando a Lei nº 4.379, de 14 de março de 2024, art. 7º e seus parágrafos, que institui a “Indenização Financeira do Pronto - IDIPRONGO”, devida aos servidores efetivos dos diversos Quadros de Pessoal do Poder Executivo Estadual, em exercício nas Unidades de Atendimento do Pronto e atribuída às verbas de custeio da Secretaria da Administração.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a lista com o nome da servidora INAPTA a receber a “Indenização Financeira do Pronto - IDIPRONGO”.

| NOME | NUM. FUNC. | INAPTA A PARTIR DE |
|----------------------|------------|--------------------|
| Benedita Correa Maia | 713354/1 | 03/11/2025 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 2974/2025/GASEC, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea “b”, da Lei Estadual nº 3.421, de 08 de março de 2019, publicada no Diário Oficial nº 5.314, de 08 de março de 2019, de acordo com a Lei Estadual nº 1.588, de 30 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial nº 1.970, de 1º de julho de 2005, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial nº 3.778, de 19 de dezembro de 2012, com fulcro na Lei Estadual nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6.061, de 1º de abril de 2022 e no Decreto nº 6.950, de 29 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.807, de 30 de abril de 2025.

CONSIDERANDO que o Despacho nº 61/2025/SES/DRMATS/ GRT, expedido aos 28 dias do mês de janeiro de 2025, anexado ao Processo nº 2025/30550/000561, concede evoluções funcionais ao(a) o servidor(a);

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do(a) servidor(a) público(a);

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades.

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR, na parte em que especifica o(a) servidor(a) público(a) CENILDA LUCIA DA SILVA, Número Funcional 949283/2, Auxiliar de Enfermagem, CPF nº XXX.XXX.701-97, as Portarias abaixo elencadas:

• Portaria nº 2.323/2023/GASEC, de 11/12/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.469, de 13/12/2023;

• Portaria nº 437/2024/GASEC, de 20/03/2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.536, de 22/03/2024.

Art. 2º CONCEDER as evoluções funcionais ao(a) servidor(a) público(a) CENILDA LUCIA DA SILVA, Número Funcional 949283/2, Auxiliar de Enfermagem, CPF nº XXX.XXX.701-97, integrante do Quadro da Saúde do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o(a) nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela do Anexo VII, da Lei nº 2.670/2012, a partir das datas de preenchimentos de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

| TIPO DE PROGRESSÃO | PADRÃO/ REFERÊNCIA ANTERIOR | TRANSPOSIÇÃO/ REPOSICIONAMENTO DE TABELA | PADRÃO/ REFERÊNCIA ATUAL | DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS | DATA DO EFEITO FINANCEIRO |
|--------------------|-----------------------------|--|--------------------------|--------------------------------------|---------------------------|
| VERTICAL | III-L | - | III-L | 01/01/2016 | 01/02/2016 |
| HORIZONTAL | III-L | IV-J | IV-K | 01/01/2019 | 01/02/2019 |
| HORIZONTAL | IV-K | - | IV-L | 01/01/2023 | 01/02/2023 |

Art. 3º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito ao incremento financeiro e a concessão processada na conformidade desta Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei Estadual nº 3.901, de 31/03/2022, respeitadas as capacidades orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 58/2026/GASEC, DE 06 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no inciso IV, §1º do art. 42 da Constituição do Estado do Tocantins, e, com fulcro no art. 117 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de fiscal, titular e suplente, e gestor do instrumento contratual elencado a seguir:

| Contrato | Processo nº | Contratada | Objeto |
|--------------------|-------------------|---|---|
| 639/2025 | 2025/23000/008490 | APRIMORAR FONOAUDIOLOGIA LEMOS GONCALVES LTDA | Contratação de empresa especializada contendo no corpo clínico o profissional especialista, com a finalidade de realizar o Tratamento Multiprofissional, sendo: Fonoaudiologia (Terapia em Cabine) - 02 sessões por semana, em atendimento a Demanda Judicial, Autos nº 0025036- 41.2024.8.27.2729. |
| Fiscal do Contrato | | Titular: | Isabela Castro Gomes - Matrícula nº 11905549 |
| | | Suplente: | Geika de Sousa Ramalho - Matrícula nº 11726199 |
| Gestor do Contrato | | Polyana Paula Rodrigues de Siqueira - Matrícula nº 11728604 | |

Art. 2º São atribuições do Fiscal Titular e Suplente:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato;

II - anotar, em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências adotadas frente às inconsistências verificadas e o resultado dessas medidas;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, comunicando imediatamente, por meio de relatório, o Gestor do Contrato para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras de forma conclusiva em relação ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se, por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do artigo 119 da Lei Federal nº 14.133/21;

XI - comunicar ao Gestor do Contrato, formalmente, irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade, nos termos do §2º do artigo 117 da Lei nº 14.133/21;

XII - o fiscal suplente atuará como fiscal do contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

Art. 3º São atribuições do Gestor do Contrato:

I - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

II - opinar sobre a necessidade de eventuais alterações contratuais;

III - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

IV - notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias;

V - zelar para que o início da prestação de serviços/entrega de material e o seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

VI - comunicar à autoridade competente eventual atraso na entrega/execução dos serviços e os pedidos de prorrogação de prazo;

VII - em casos de irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade na forma dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/21, que ultrapassem a competência do Gestor, deverão ser comunicadas formalmente à autoridade competente para a adoção das medidas convenientes na forma do §2º do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 4/2026/GASEC/SECAD, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e consoante o disposto no art. 6º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO(S), a partir da data de publicação, por necessidade de reajustamento na prestação dos serviços, o(s) Termo(s) de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado(s) com o(s) profissional(is) relacionado(s) abaixo:

| ORD | Nº FUNCIONAL | NOME | FUNÇÃO | ÓRGÃO |
|-----|--------------|-----------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| 1 | 12031577/1 | BRUNA LOYANE ARAUJO SOARES | ANALISTA I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 2 | 12027936/1 | CARLEANA COSTA LOPES | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 3 | 12023540/1 | CARLOS EDUARDO BARROS DA SILVA | ASSISTENTE III | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 4 | 12029777/1 | CARMEM SANDRA FERREIRA DIAS | ASSISTENTE III | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 5 | 12024236/1 | CAROLAINÉ MIGUEL SILVA | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 6 | 12029009/1 | CAROLINE RODRIGUES BARREIRA | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 7 | 12029831/1 | CELMA NOGUEIRA SILVA | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 8 | 12030260/1 | CHRISTIAN GUIMARAES COSTA QUEIROZ | PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 9 | 12023973/1 | CLAUDINEZ OLIVEIRA DE SOUZA | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 10 | 12030406/1 | JOAO VITOR CARDOSO CAMPOS | ASSISTENTE ESPECIALIZADO I | SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA |

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 5/2026/GASEC/SECAD, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e consoante o disposto no art. 6º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO(S), a partir da data de publicação, por necessidade de reajustamento na prestação dos serviços, o(s) Termo(s) de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado(s) com o(s) profissional(is) relacionado(s) abaixo:

| ORD | Nº FUNCIONAL | NOME | FUNÇÃO | ÓRGÃO |
|-----|--------------|---------------------------------------|------------------------------|---|
| 1 | 12025569/1 | CLEILTON GABRIEL MOREIRA | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 2 | 12023450/1 | CLEUGENIR PEREIRA DA CONCEICAO | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 3 | 12031313/1 | DANIEL MONTELES DA SILVA | PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 4 | 12025470/1 | DANIELA LIRA ALVES | ASSISTENTE IV | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 5 | 12029700/1 | NAGILA LOHANA FONTOURA NERES | AUXILIAR II | SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA |
| 6 | 12030813/1 | VICTOR ANDRADE LUZ CARNEIRO | ANALISTA III | SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA |
| 7 | 12030376/1 | JULIA BORGES QUEIROZ | ASSISTENTE ESPECIALIZADO II | SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA |
| 8 | 12032034/1 | LUCAS DIAS DE SOUZA | AUXILIAR I | SECRETARIA DOS ESPORTES E JUVENTUDE |
| 9 | 12030520/1 | VALDEIR DA SILVA SANTOS | AUXILIAR I | SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA |
| 10 | 12033774/1 | VINICIUS VICENTE FRAZAO DO NASCIMENTO | ANALISTA III | INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS |

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 6/2026/GASEC/SECAD, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e consoante o disposto no art. 6º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO(S), a partir da data de publicação, por necessidade de reajustamento na prestação dos serviços, o(s) Termo(s) de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado(s) com o(s) profissional(is) relacionado(s) abaixo:

| ORD | Nº FUNCIONAL | NOME | FUNÇÃO | ÓRGÃO |
|-----|--------------|------------------------------------|------------------------------|--|
| 1 | 12024244/1 | DAVI PIMENTA DE LIMA | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 2 | 12023396/1 | DEBORA CRISTINA BARBOSA SILVA | ASSISTENTE IV | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 3 | 12024007/1 | DEBORA CRISTINA SILVA SOUSA CHAVES | ASSISTENTE IV | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 4 | 12031356/1 | DUCILENE DO CARMO DA SILVA | PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 5 | 12025879/1 | EDIONEIDE RAMOS DE SOUSA | ASSISTENTE III | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 6 | 12031674/1 | EDIVAN MELLO DE FARIAS | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 7 | 12023817/1 | EDUARDA GONZAGA LOPES NASCIMENTO | ANALISTA I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 8 | 12023744/1 | RAJ DANILO CARVALHO LIMA | ASSISTENTE ESPECIALIZADO I | SECRETARIA DO PLANEJAMENTO PÚBLICA |
| 9 | 12032875/1 | MARCIO JOSE VEIGA | AUXILIAR I | SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E DESEN REGIONAL |
| 10 | 12029688/1 | JOBSON AZEVEDO CASTRO | ASSISTENTE IV | SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO |

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 7/2026/GASEC/SECAD,
DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e consoante o disposto no art. 6º, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO(S), a partir da data de publicação, por necessidade de reajustamento na prestação dos serviços, o(s) Termo(s) de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado(s) com o(s) profissional(is) relacionado(s) abaixo:

| ORD | Nº FUNCIONAL | NOME | FUNÇÃO | ÓRGÃO |
|-----|--------------|--------------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| 1 | 12031887/1 | GEZIANY DE LIMA SILVA | AUXILIAR III | SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA |
| 2 | 12031607/1 | ANTONIO RIBEIRO ALVES | PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 3 | 12029130/1 | APARECIDA WAPHA KRAHO | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 4 | 12029378/1 | APARECIDA WARIDI XERENTE | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 5 | 12029157/1 | ARTENISIA RODRIGUES DA SILVA | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 6 | 12024023/1 | ARTHUR COSTA CAMPOS | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 7 | 12024090/1 | BRUNA FERNANDA SOUSA CASTRO | AUXILIAR I | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
| 8 | 12030465/1 | JOAO VITOR BRAZ LOPES HOTT | ASSISTENTE ESPECIALIZADO II | SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO |
| 9 | 12030562/1 | MARCUS TULIO RIBEIRO DE ARAUJO SILVA | ASSISTENTE IV | SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA |
| 10 | 12031860/1 | MOISES TAVARES DE ALMEIDA | ASSISTENTE III | SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA |

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 11/2026/GASEC/SECAD,
DE 7 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, em atendimento à(s) solicitação(ões) oriunda(s) do(s) respectivo(s) órgão(s) abaixo indicado(s), constante(s) do(s) processo(s) mencionado(s), e consoante o disposto no art. 6º, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO(S) o(s) Termo(s) de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado(s) com o(s) profissional(is) relacionado(s) abaixo:

| ORD | Nº FUNCIONAL | NOME | FUNÇÃO | Nº PROCESSO | A PARTIR | ÓRGÃO |
|-----|--------------|---------------------------|-----------------------------|-------------------|------------|---|
| 01 | 12002755/2 | EUVALDO FERREIRA GOMES | ASSISTENTE ESPECIALIZADO II | 2025/23000/013248 | 17/12/2025 | INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS |
| 02 | 11875887/2 | JUCIVANIO TEIXEIRA BONFIM | ASSISTENTE ESPECIALIZADO II | 2025/23000/013291 | 17/12/2025 | SECRETARIA DA CULTURA |
| 03 | 11652403/5 | LORENA MORAIS RAMOS | ANALISTA I | 2025/23000/013240 | 10/12/2025 | SECRETARIA DA SAÚDE |

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO
Secretário de Estado da Administração

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 2025/23000/002550
CONTRATO Nº 642/2025
NÚMERO AUTOMÁTICO: 25999948
CONTRATANTE: Secretaria da Administração do Estado do Tocantins
CONTRATADO: DLA 15 Consultoria e Assessoria Atuarial e Empresarial Ltda
CPF/CNPJ: 08.618.111/0001-78
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de consultoria especializada para a realização de parecer atuarial, visando avaliação de processos operacionais e manuais, sobre a condição geral do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins/Servir
VALOR DO CONTRATO: R\$ 44.846,00 (quarenta e quatro mil oitocentos e quarenta e seis reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 24870.04.122.1172.4196
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.35
FONTE DETALHADA: 1.759.0000.242 666666
DATA DA ASSINATURA: 30/12/2025
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, respeitando os limites que preconiza a legislação.
SIGNATÁRIOS:
Paulo César Benfica Filho - Representante Legal da Contratante.
Carlos Kinji Hashimoto - Representante Legal da Contratada.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

CONSELHO GESTOR DO SUSAF

PORTARIA SEAGRO/GASEC/SUSAF Nº 01/2026,
DE 05 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a adesão da Agroindústria Municipal de Laticínio Búfalas Bela Vista, com nome fantasia Laticínio Bela Vista, de propriedade de Silmar Martins Marques, inscrita no CNPJ sob o nº 29.153.799/0001-38, ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte do Estado do Tocantins - SUSAF-TO.

O PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR DO SUSAF-TO no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 13, inciso II, da Portaria SEAGRO/GASEC/SUSAF Nº 041/2022, de 25 de abril de 2022, que dispõe sobre o Regimento Interno do SUSAF-TO, e considerando: a) A Lei Estadual nº 2.673, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-TO; b) O disposto pelo art. 15 e art. 18, §2º, do Decreto nº 6. 639, de 30 de junho de 2023, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.673, de 19 de dezembro de 2012, que institui o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-TO, e adota outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a adesão da Agroindústria de Produtos de Laticínios de Búfalas, com nome fantasia Laticínio Bela Vista, CNPJ 29.153.799/0001-38, com responsabilidade legal do estabelecimento da senhora Silmar Martins Marques, legalmente inscrito no Serviço de Inspeção Municipal de Pium, sob o nº 001/2025, ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF - TO.

Art. 2º Fica determinada à Secretaria Executiva, sob coordenação do Conselho Gestor do SUSAF-TO, a inserção no cadastro geral do nome Laticínio Bela Vista.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se quaisquer disposições em contrário.

Publique-se.

Palmas/TO, aos 05 dias do mês de janeiro de 2026.

FREDERICO SODRÉ DOS SANTOS
Presidente do Conselho Gestor do SUSAF-TO.

SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2022

PROCESSO Nº 2021/17010/000642

CONTRATO Nº 01/2022

LOCATÁRIO: Secretaria da Cidadania e Justiça.

LOCADOR: Claro S/A

OBJETO: O presente TERMO ADITIVO tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 01/2021, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

FINALIDADE: O presente Termo visa a atender finalidade pública, especificamente a contratação de Empresa especializada na prestação de Serviços de Telefonia Móvel, admitindo-se a participação de operadoras de telefonia de Serviço Móvel Pessoal - SMP, com disponibilização dos respectivos aparelhos na forma de comodato, visando atender as necessidades operacionais desta secretaria e unidades vinculada.

FIRMADO EM: 06/01/2026

VIGÊNCIA: Fica alterada a "Cláusula Vigésima - Da Vigência do Contrato" do Contrato nº 01/2022, prorrogando-se a vigência a partir de 06 de janeiro de 2026 e findando-se em 06 de janeiro de 2027.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17010.14.122.1100.2190.0000

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.40

FONTE: 1500

SIGNATÁRIOS:

Hélio Pereira Marques, pela Contratante.

André Luiz Damascena e Osmeiri Rodrigues, pela Contratada.

SECRETARIA DA CULTURA

PORTARIA Nº 1/2026/GABSEC/SECULT,
DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado da Constituição do Estado e Ato nº 3.173 - DSG, publicado no DOE nº 6956, de 08 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Suspende, em razão de extrema necessidade, o gozo de férias da servidora Savana Maiara Sanches Pires Neves, matrícula 11936959-2, ocupante do cargo de Gerente de Planejamento Fomento e Parcerias Culturais, no período de 08 de janeiro a 16 de janeiro de 2026, relativos ao período aquisitivo 2024/2025, assegurando-lhe o direito de usufruí-las em momento oportuno.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETARIA DA CULTURA, em Palmas, aos 07 dias do mês de janeiro de 2026.

Maria Valéria Miranda Kurovski
Secretária de Estado da Cultura - Respondendo

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO

Republicado para correção

Processo nº 2023/77010/000132

Contrato nº 01/2024/GABSEC/SECULT (2º Termo Aditivo)

Contratante: Secretaria da Cultura - SECULT

Contratado: Aura Comércio e Serviços - LTDA

CNPJ: 43.412.823/0001-37

Objeto do Contrato: Prorrogação por mais 12 (doze) meses dos serviços de *outsourcing* de impressão, conforme art. 57, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93.

Modalidade de Licitação: Licitação

Valor: R\$ 72.184,80 (setenta e dois mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)

Dotação Orçamentária: 770100.04.122.1100.4360.3.3.90.40.500

Data da Assinatura: 29/12/2025

Signatários:

Representada pela Secretária de Estado da Cultura, Maria Valéria Miranda Kurovski - Representante da Contratante.

Rui Lucas Franco - Representante Legal da Contratada.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA-SEDUC Nº 1879, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

Republicada para correção

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins; pela alínea "g", do inciso XII, do art. 33, do Regimento Interno do CEE/TO, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 18, de 16 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.523, de 4 de março de 2024, e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 326/2025, de 13 de novembro de 2025, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2025/27000/023190, resolve:

Art. 1º CREDENCIAR o Colégio Santa Marcelina, situado na Quadra 301 Norte, Av. NS 01, Cj. 02, Lt. 3/5, Plano Diretor Norte, em Palmas/TO, para a oferta do Ensino Fundamental - Anos Iniciais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2026.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

PORTARIA-SEDUC Nº 1880, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

Republicada para correção

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins; pela alínea "g", do inciso XII, do art. 33, do Regimento Interno do CEE/TO, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 18, de 16 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.523, de 4 de março de 2024, e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 327/2025, de 13 de novembro de 2025, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2025/27000/025338, resolve:

Art. 1º RECRENCIAR a Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Agrícola David Aires França, localizada na Rodovia TO 050, km 07 - zona rural, em Arraias/TO, para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, para fins exclusivos de diplomação dos estudantes concluintes nos anos letivos de 2024 e 2025, conforme lista nominal dos estudantes no período supracitado, anexada ao processo.

Art. 2º Fica esta Instituição de Ensino impossibilitada de abrir novas matrículas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, enquanto não atender o que dispõe a Resolução CEE/TO nº 18, de 16 de janeiro de 2024, publicada no DOE nº 6.523, de 4 de março de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

PORTARIA-SEDUC Nº 1881, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

Republicada para correção

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins; com fulcro na Resolução CEE/TO nº 18, de 16 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.523, de 4 de março de 2024, e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 328/2025, de 13 de novembro de 2025, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2025/27000/025313, resolve:

Art. 1º ADITAR a Portaria-Seduc nº 15, de 4 de janeiro de 2023, publicada no DOE nº 6245, de 9 de janeiro de 2023, que credenciou a instituição para ofertar o Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais, para inclusão ao Credenciamento a Oferta do Ensino Médio, proposto pelo Colégio Batista de Palmas, localizado na Qd. 704 Sul, Alameda 14, Lotes de 01 a 10, em Palmas/TO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2026.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

PORTARIA-SEDUC Nº 1882, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

Republicada para correção

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins; com fulcro na Resolução CEE/TO nº 18, de 16 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.523, de 4 de março de 2024, e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 329/2025, de 13 de novembro de 2025, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2025/27000/020496, resolve:

Art. 1º ADITAR a Portaria-Seduc nº 15, de 4 de janeiro de 2023, publicada no DOE nº 6.245, de 9 de janeiro de 2023, que credenciou a instituição para a oferta do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais, incluindo a ampliação do Credenciamento para a oferta do Ensino Médio, proposto pela Escola Adventista de Palmas, situada na Quadra 210 Sul, Alameda 11, Lote 2, Plano Diretor Sul, em Palmas/TO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos ao dia 1º de janeiro de 2025.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

PORTARIA-SEDUC Nº 2010, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins, resolve:

FIXAR

a carga horária da servidora ANDREIA SOUSA DOS SANTOS MARANHÃO, número funcional 11915161/1, Professora da Educação Básica, em 90 (noventa) horas mensais, a partir de 2 de janeiro de 2026.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

PORTARIA-SEDUC Nº 12, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins, resolve:

DESIGNAR

a servidora WALNETH PEREIRA LIMA, Professora da Educação Básica, número funcional 935557-2, para responder pela Gerência da Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional, no período de 5 a 30 de janeiro de 2026, em substituição ao titular Israel de Freitas Silva, número funcional 1029916-7, por motivo de férias do titular no referido período.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

PORTARIA-SEDUC Nº 13, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

a PORTARIA-SEDUC Nº 1941, de 8 de dezembro de 2025, publicada na Edição nº 6.959 do Diário Oficial do Estado, de 11 de dezembro de 2025, na parte que determinou a fruição de férias da servidora ELIZABETH GAMA DA SILVEIRA MOTA, número funcional 933366-1.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

PORTARIA-SEDUC Nº 14, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins, resolve:

SUSPENDER

a fruição das férias da servidora ROSANGELA PEREIRA DA SILVA, número funcional 124270-2, Superintendente Regional de Educação de Dianópolis, previstas para o período de 5 a 22 de janeiro de 2026, referentes ao período aquisitivo 2024/2025, em razão da imperiosa necessidade de continuidade no exercício de suas funções, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna, de modo a não prejudicar o serviço público nem a servidora.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 245, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024.**

Republicada para correção

APROVA os Planos de Curso do Curso Técnico em Enfermagem Integrado à Educação de Jovens e Adultos, para fins exclusivos de diplomação dos estudantes, ofertado pela Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, em Palmas/TO.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e pelo art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins; pelo inciso XII, alínea "g", do art. 33 do seu Regimento Interno; com fulcro na Resolução CEE/TO nº 037, de 29 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.506, de 17 de dezembro de 2019 e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 289, de 26 de novembro de 2024, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2023/27000/023712, resolve:

Art. 1º APROVAR os Planos de Curso do Curso Técnico em Enfermagem Integrado à Educação de Jovens e Adultos, ofertado pela Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, situada na Quadra 106 Sul, Alameda 02, Lote 01, Plano Diretor Sul, em Palmas/TO, para fins exclusivos de diplomação dos estudantes, conforme especificação a seguir:

I - Plano de Curso 1, com vigência para o ano letivo de 2024, que integraliza a turma de continuidade de 6º período do Curso Técnico em Enfermagem Integrado à Educação de Jovens e Adultos - EJA, que não foi alcançada pela Implementação do Novo Ensino Médio;

II - Plano de Curso 2, com vigência a partir do ano letivo de 2024, para atender ao Novo Ensino Médio, implementado no ano letivo de 2022, de forma progressiva, pela 1ª série do Ensino Médio.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas/TO, aos 26 dias do mês de novembro de 2024.

MARKES CRISTIANA OLIVEIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Estadual de Educação

RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 197, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025.

Republicada para correção

AUTORIZA a oferta do Ensino Médio, proposto pelo Colégio Militar do Estado do Tocantins Agostinho de Almeida, em Taguatinga/TO.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V, do art. 10, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e pelo art. 133, da Constituição Estadual do Tocantins; pela alínea "g", do inciso XII, do art. 33, do seu Regimento Interno, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 18, de 16 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.523, de 4 de março de 2024 e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 304/2025, de 13 de novembro de 2025, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2024/27000/021158, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, pelo prazo de três anos, a oferta do Ensino Médio, proposto pelo Colégio Militar do Estado do Tocantins - Agostinho de Almeida, localizado na Avenida 15 de Agosto, nº 12, Centro, em Taguatinga/TO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos ao dia 1º de janeiro de 2025.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas/TO, aos dias 13 de novembro de 2025.

MARKES CRISTIANA OLIVEIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Estadual de Educação

RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 198, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025.
Republicada para correção

AUTORIZA a oferta do Ensino Médio, proposta pelo Colégio Batista de Palmas, em Palmas/TO.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V, do art. 10, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e pelo art. 133, da Constituição Estadual do Tocantins; pela alínea "g", do inciso XII, do art. 33, do seu Regimento Interno, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 18, de 16 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.523, de 4 de março de 2024 e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 305/2025, de 13 de novembro de 2025, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2025/27000/025302, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, pelo prazo de cinco anos, a oferta do Ensino Médio, proposta pelo Colégio Batista de Palmas, situado na Quadra 704 Sul, Alameda 14, Lotes de 01 a 10, em Palmas/TO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2026.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas/TO, aos 13 dias do mês de novembro de 2025.

MARKES CRISTIANA OLIVEIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Estadual de Educação

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUAÍNA

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL
RUI BARBOSA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2025

PROCESSO Nº 03/2025.
CONTRATO Nº 14/2025.
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.
CONTRATADA: EBENEZER COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA.
CNPJ: 26.775.416/0001-75.
OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.038,90 (cinco mil trinta e oito reais e noventa centavos).
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos proveniente dos recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 16/09/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
DATA DE ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.
SIGNATÁRIOS:
MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO - Representante Legal da Contratante.
DORACI SOUZA DA SILVA - Representante Legal da Contratada.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente da Associação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2025

PROCESSO Nº 03/2025.
CONTRATO Nº 15/2025.
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.
CONTRATADA: W R EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ: 59.702.123/0001-17.
OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.046,41 (dois mil quarenta e seis reais e quarenta e um centavos).
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos proveniente dos recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 16/09/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
DATA DE ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.
SIGNATÁRIOS:
MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO - Representante Legal da Contratante.
RAQUEL DA SILVA BRENTANO NASCIMENTO - Representante Legal da Contratada.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente da Associação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2025

PROCESSO Nº 03/2025.
CONTRATO Nº 16/2025.
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.
CONTRATADA: DPOL DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA E LIMPEZA LTDA.
CNPJ: 53.558.020/0001-49.
OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.561,20 (três mil quinhentos e sessenta e um reais e vinte centavos).
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos proveniente dos recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 16/09/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
DATA DE ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.
SIGNATÁRIOS:
MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO - Representante Legal da Contratante.
ROBERTO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA - Representante Legal da Contratada.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente da Associação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2025

PROCESSO Nº 03/2025.
CONTRATO Nº 17/2025.
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.
CONTRATADA: ARAGUAIA PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.
CNPJ: 52.967.117/0001-42.
OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.127,60 (dois mil cento e vinte e sete reais e sessenta centavos).

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos proveniente dos recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 16/09/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.

SIGNATÁRIOS:

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO - Representante Legal da Contratante.

ILDO INÁCIO ALVES NETO - Representante Legal da Contratada.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente da Associação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2025

PROCESSO Nº 03/2025.

CONTRATO Nº 18/2025.

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA ARAGUAIA LTDA.

CNPJ: 44.593.517/0001-07.

OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.150,67 (cinco mil cento e cinquenta reais e sessenta e sete centavos).

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos proveniente dos recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 16/09/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.

SIGNATÁRIOS:

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO - Representante Legal da Contratante.

SAMYA DA COSTA MEDEIROS ROSA - Representante Legal da Contratada.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente da Associação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2025

PROCESSO Nº 03/2025.

CONTRATO Nº 19/2025.

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.

CONTRATADA: MELO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

CNPJ: 21.728.143/0001-94.

OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.678,00 (três mil e seiscentos e setenta e oito reais).

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos proveniente dos recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 16/09/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.

SIGNATÁRIOS:

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO - Representante Legal da Contratante.

LEONARDO GONÇALVES MACHADO - Representante Legal da Contratada.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente da Associação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2025

PROCESSO Nº 03/2025.

CONTRATO Nº 20/2025.

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.

CONTRATADA: DARLU INDÚSTRIA TEXTIL LTDA.

CNPJ: 40.223106/0001-79.

OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.160,00 (mil cento e sessenta reais).

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos proveniente dos recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 16/09/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.

SIGNATÁRIOS:

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO - Representante Legal da Contratante.

LIGIANE PAULA GIACOMEL IZYCKI HAIDUKI - Representante Legal da Contratada.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL
MANOEL GOMES DA CUNHA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2025

PROCESSO Nº 10/2025

CONTRATO Nº 10/2025

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL MANOEL GOMES DA CUNHA

CONTRATADA: A DIAS DA SILVA

CNPJ: 24763056/0001-66

OBJETO: Prestação de serviços de confecção e instalação de telas de ferro, reforma de portas e portais, bem como confecção e instalação de portas metálicas.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 23/12/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 23/12/2025

SIGNATÁRIOS:

Miria dos Santos Oliveira - Representante Legal da Contratante.

Alcimar Dias da Silva - Representante Legal da Contratada.

MIRIA DOS SANTOS OLIVEIRA
Presidente da Associação

PORTARIA Nº 10, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

O (a) Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual Manoel Gomes da Cunha, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade da contratação de serviços de confecção e instalação de telas de ferro, reforma de portas e portais, bem como confecção e instalação de portas conforme especificações técnicas e quantitativos elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, nos termos do Processo Administrativo nº 09/2025, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) no caso de outros serviços e compras.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à contratação de serviços confecção e instalação de telas de ferro, reforma de portas e portais, bem como confecção e instalação de portas, por meio da Associação de Apoio da Escola Estadual Manoel Gomes da Cunha para contratação da empresa:

| EMPRESA | CNPJ | VALOR TOTAL |
|-----------------|--------------------|---------------|
| A Dias da Silva | 24.763.056/0001-66 | R\$ 10.500,00 |
| VALOR TOTAL | | R\$ 10.500,00 |

Araguaína/TO, 23 de dezembro de 2025.

MIRIA DOS SANTOS OLIVEIRA
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL
GETÚLIO VARGAS DE ARAGOMINAS

AVISO DE LICITAÇÃO - SRP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
UASG 929117

A ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL GETÚLIO VARGAS DE ARAGOMINAS, localizada no município de Aragominas/TO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.918.914/0001-07, por meio do pregoeiro (a) Lusinaldo Almimo da Silva, promoverá licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônico, para Registro de Preços, para aquisição de gêneros alimentícios para demanda do ano letivo de 2026, destinados aos alunos matriculados na Escola. Data de abertura: 23/01/2026, às 8h30min. O Edital poderá ser examinado ou retirado no site www.comprasnet.gov.br, ou na unidade escolar Colégio Estadual Getúlio Vargas de Aragominas. Maiores informações poderão ser obtidas das 8h às 17h, pelo telefone (63) 99215-6239 e através do e-mail: getuliovargas-am@ue.seduc.to.gov.br.

Aragominas/TO, 16 de dezembro de 2025.

JUSCIEL KVAN GOMES DE SOUZA
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL
JOÃO GUILHERME LEITE KUNZE

PORTARIA Nº 11, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

O (a) Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual João Guilherme Leite Kunze, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de dedetização de ambientes e limpeza de reservatório de água, conforme especificações técnicas e quantitativos elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, os termos do Processo Administrativo nº 08/2025, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) no caso de outros serviços e compras.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à contratação de empresa especializada em serviços de dedetização de ambientes e limpeza de reservatório de água, por meio da Associação de Apoio da Escola Estadual João Guilherme Leite Kunze, para contratação da empresa:

| NOME | CNPJ | VALOR TOTAL |
|----------------------------|--------------------|--------------|
| DEDETIZADORA ANGELINA LTDA | 53.881.596/0001-42 | R\$ 3.000,00 |
| VALOR TOTAL | | R\$ 3.000,00 |

Araguaína/TO, 29 de dezembro de 2025.

MARCIA HELENA COSTA RIBEIRO
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL
MARECHAL COSTA E SILVA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

PROCESSO Nº 90003/2025
CONTRATANTE: Associação de Apoio da Escola Estadual Marechal Costa e Silva
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA MATHEUS LTDA
CNPJ: 09.536.683/0001-70
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos matriculados no Colégio Estadual Marechal Costa e Silva, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 3.528,29 (três mil quinhentos e vinte e oito reais e vinte e nove centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 22 de dezembro de 2025.
Presidente - Unidade Gerenciadora: Floraci Gonçalves Borges
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Edilene Fernandes da Silva Santos.

FLORACI GONÇALVES BORGES
Presidente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

PROCESSO Nº 90003/2025
CONTRATANTE: Associação de Apoio da Escola Estadual Marechal Costa e Silva
CONTRATADA: J A DE SOUSA VIDAL
CNPJ: 23.635.068/0001-42
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os alunos matriculados no Colégio Estadual Marechal Costa e Silva, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 279.707,27 (duzentos e setenta e nove mil setecentos e sete reais e vinte e sete centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 22 de dezembro de 2025.
Presidente - Unidade Gerenciadora: Floraci Gonçalves Borges
Representante Legal do Fornecedor Registrado: José Amarildo de Sousa Vidal.

FLORACI GONÇALVES BORGES
Presidente

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL
RUI BARBOSA

PORTARIA Nº 10, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

O (a) Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual Rui Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade da aquisição de materiais e insumos diversos para a manutenção e conservação da infraestrutura escolar, conforme especificações técnicas e quantitativas elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, nos termos do Processo Administrativo nº 08/2025, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) no caso de outros serviços e compras.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à aquisição de materiais e insumos diversos para a manutenção e conservação da infraestrutura escolar em questão, por meio da Associação de Apoio à Escola Estadual Rui Barbosa para contratação da empresa:

| | | |
|-------------|--------------------|--------------|
| EMPRESA | CNPJ | VALOR TOTAL |
| ACS BORGES | 54.743.897/0001-72 | R\$ 3.889,60 |
| VALOR TOTAL | | R\$ 3.889,60 |

Babaçulândia/TO, 22 de dezembro de 2025.

GLÁUCIA REIS SOARES
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL
RUI BARBOSA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

PROCESSO Nº 03/2025.
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.
CONTRATADA: EBENEZER COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA.
CNPJ: 26.775.416/0001-75.
OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.
VALOR TOTAL DAATA: R\$ 5.038,90 (cinco mil trinta e oito reais e noventa centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
DATA DA ASSINATURA:16 de outubro de 2025.
Presidente - Unidade Gerenciadora: MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO.
Representante Legal do Fornecedor Registrado: DORACI SOUZA DA SILVA.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025.

PROCESSO Nº 03/2025.
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.
CONTRATADA: W R EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ: 59.702.123/0001-17.
OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 2.355,11 (dois mil trezentos e cinquenta e cinco reais e onze centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.
Presidente - Unidade Gerenciadora: MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO.
Representante Legal do Fornecedor Registrado: RAQUEL DA SILVA BRENTANO NASCIMENTO.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025.

PROCESSO Nº 03/2025.
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.
CONTRATADA: DPEL DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA E LIMPEZA LTDA.
CNPJ: 53.558.020/0001-49.
OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 3.561,20 (três mil quinhentos e sessenta e um reais e vinte centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.
Presidente - Unidade Gerenciadora: MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO.
Representante Legal do Fornecedor Registrado: ROBERTO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025.

PROCESSO Nº 03/2025.
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.
CONTRATADA: ARAGUAIA PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.
CNPJ: 52.967.117/0001-42.
OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 2.127,60 (dois mil cento e vinte e sete reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.
Presidente - Unidade Gerenciadora: MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO.
Representante Legal do Fornecedor Registrado: ILDO INÁCIO ALVES NETO.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025.

PROCESSO Nº 03/2025.
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA ARAGUAIA LTDA.
CNPJ: 44.593.517/0001-07.
OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.
VALOR TOTAL DAATA: R\$ 5.150,67 (cinco mil cento e cinquenta reais e sessenta e sete centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.
Presidente - Unidade Gerenciadora: MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO.
Representante Legal do Fornecedor Registrado: SAMYA DA COSTA MEDEIROS ROSA.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025.**

PROCESSO Nº 03/2025.

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.

CONTRATADA: MELO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

CNPJ: 21.728.143/0001-94.

OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 3.678,00 (três mil e seiscentos e setenta e oito reais).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.

Presidente - Unidade Gerenciadora: MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO.

Representante Legal do Fornecedor Registrado: LEONARDO GONÇALVES MACHADO.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025.**

PROCESSO Nº 03/2025.

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA.

CONTRATADA: DARLU INDÚSTRIA TEXTIL LTDA.

CNPJ: 40.223.106/0001-79.

OBJETO: Contratação de materiais de higiene e limpeza, utensílios de copa/cozinha e descartáveis para manutenção da unidade escolar Colégio Estadual Rui Barbosa do município Araguaína/TO.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 1.160,00 (mil e cento e sessenta reais).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.

Presidente - Unidade Gerenciadora: MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO.

Representante Legal do Fornecedor Registrado: LIGIANE PAULA GIACOMEL IZYCKI HAIDUKI.

MARCELY MOREIRA DOMINGUES ARAÚJO
Presidente

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUATINS

ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL
FAZENDA DEZESSEIS**EXTRATO DO CONTRATO**

PROCESSO Nº 01/2025

CONTRATO Nº 01/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio a Escola Estadual Fazenda Dezesseis

CONTRATADA: GILMAR C. DA SILVA

CPF: xxx.377.621-xx

OBJETO: Fornecimento de gás liquefeito de petróleo - botijão de 13 kg.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.960,00 (onze mil novecentos e sessenta reais)

DO RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Gestão Compartilhada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, tendo sua finalização em 31/12/2025.

DATA DE ASSINATURA: 03/02/2025

SIGNATÁRIOS:

Tatiane Maria Padilha Targino - Representante Legal da Contratante.
Representante Legal da Contratada - Gilmar C. da Silva.TATIANE MARIA PADILHA TARGINO
Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual**EXTRATO DO CONTRATO**

PROCESSO Nº 02/2025

CONTRATO Nº 02/2025

CONTRATANTE: Associação de Apoio a Escola Estadual Fazenda Dezesseis

CONTRATADA: Logar Link LTDA

CNPJ: 46.936.790.0001-12

OBJETO: Serviços de acesso à internet para fins pedagógicos e administrativos.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

DO RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Gestão Compartilhada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, tendo sua finalização em 31/12/2025.

DATA DE ASSINATURA: 28/01/2025

SIGNATÁRIOS:

Tatiane Maria Padilha Targino - Representante Legal da Contratante.
Fernando Fonseca Pimentel - Representante Legal da Contratada.TATIANE MARIA PADILHA TARGINO
Presidente da Associação de Apoio à Escola Estadual
Fazenda Dezesseis**EXTRATO DO CONTRATO**

PROCESSO Nº 03/2025

CONTRATO Nº 03/2025

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL FAZENDA DEZESSEIS

CONTRATADA: JT CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 23.073.112.0001-78

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, mobiliário, serviço em portão de ferro, serviços em câmeras de vigilância, serviços em quadros brancos e serviço de ar-condicionado do tipo central e tipo compacto e Split com fornecimento de mão de obra, materiais, gás refrigerante e serviços afins.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

DO RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Gestão Compartilhada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo sua finalização em 31/12/2025.

DATA DE ASSINATURA: 28/01/2025

SIGNATÁRIOS:

Tatiane Maria Padilha Targino - Representante Legal da Contratante.
Jhonatas Tenório de Sousa - Representante Legal da Contratada.TATIANE MARIA PADILHA TARGINO
Presidente da Associação de Apoio**EXTRATO DO CONTRATO**

PROCESSO Nº 01/2025

CONTRATO Nº 04/2025

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO A ESCOLA ESTADUAL FAZENDA DEZESSEIS

CONTRATADA: CONTABILIDADE BORGES E OLIVEIRA LTDA

CNPJ: 40.142.626/0001-57

OBJETO: Contratação de serviços e soluções contábeis para a administração pública, incluindo execução de rotinas, assessoria e consultoria, para atender no que couber as necessidades da Associação de Apoio da Escola Estadual Fazenda Dezesseis

VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.108,00 (nove mil e cento e oito reais)

DO RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Gestão Compartilhada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, tendo sua finalização em 31/12/2025.

DATA DE ASSINATURA: 15/01/2025

SIGNATÁRIOS:

Tatiane Maria Padilha Targino - Representante Legal da Contratante.
Daniel Martins de Oliveira - Representante Legal da Contratada.TATIANE MARIA PADILHA TARGINO
Presidente da Associação de Apoio

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARRAIAS

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL
FLORESTA E SUAS EXTENSÕES**EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2025**

PROCESSO Nº 10/2025

CONTRATO Nº 10/2025

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL
FLORESTA E SUAS EXTENSÕES.

CNPJ: 04.125.281/0001-60

OBJETO: Aquisição de materiais para pequenos reparos.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.436,00 (quatro mil quatrocentos e trinta e seis reais)

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 30/12/2025, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

DATA DE ASSINATURA: 22/12/2025

SIGNATÁRIOS:

Edileuza Araújo de Souza - Representante Legal da Contratante.

Wilton Pereira Guimarães - Representante Legal da Contratada.

EDILEUZA ARAÚJO DE SOUZA

Presidente da Associação

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE COLINAS DO
TOCANTINSASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL
FRANCISCO PEREIRA FELÍCIO**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

PROCESSO Nº 01/2025

CONTRATANTE: ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO PEREIRA FELICIO

CONTRATADA: SUPERMERCADO LOPES EIRELI

CNPJ: 06.008.120/0001-11

OBJETO: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de alimentação aos alunos matriculados na Escola Estadual Francisco Pereira Felício por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 176.642,38 (cento e setenta e seis mil seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e oito centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DE ASSINATURA: 22 de dezembro de 2025.

Presidente - Unidade Gerenciadora: FRANCIETE RODRIGUES DE CASTRO MASSARI.

Representante Legal do Fornecedor Registrado: ODIMILSON LOPES DA SILVA.

FRANCIETE RODRIGUES DE CASTRO MASSARI

Presidente da Associação de Apoio

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

PROCESSO Nº 01/2025

CONTRATANTE: ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO PEREIRA FELICIO

CONTRATADA: L E L DE SOUZA LTDA

CNPJ: 30.300.327/0001-40

OBJETO: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de alimentação aos alunos matriculados na Escola Estadual Francisco Pereira Felício por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 1.017,06 (mil dezessete reais e seis centavos)

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 22 de dezembro de 2025.

Presidente - Unidade Gerenciadora: FRANCIETE RODRIGUES DE CASTRO MASSARI.

Representante Legal do Fornecedor Registrado: LUCAS EDUARDO LEMES DE SOUZA.

FRANCIETE RODRIGUES DE CASTRO MASSARI

Presidente da Associação de Apoio

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

PROCESSO Nº 01/2025

CONTRATANTE: ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO PEREIRA FELICIO

CONTRATADA: E A DE ALBUQUERQUE EIRELI

CNPJ: 02.928.169/0001-31

OBJETO: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de alimentação aos alunos matriculados na Escola Estadual Francisco Pereira Felício por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 2.446,09 (dois mil quatrocentos e quarenta e seis reais e nove centavos)

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 22 de dezembro de 2025.

Presidente - Unidade Gerenciadora: FRANCIETE RODRIGUES DE CASTRO MASSARI.

Representante Legal do Fornecedor Registrado: EDUARDO DE ASSIS ALBUQUERQUE.

FRANCIETE RODRIGUES DE CASTRO MASSARI

Presidente da Associação de Apoio

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

PROCESSO Nº 01/2025

CONTRATANTE: ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO PEREIRA FELICIO

CONTRATADA: W S CARVALHO

CNPJ: 48.909.353/0001-35

OBJETO: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de alimentação aos alunos matriculados na Escola Estadual Francisco Pereira Felício por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 2.152,92 (dois mil cento e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos).

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 22 de dezembro de 2025.

Presidente - Unidade Gerenciadora: FRANCIETE RODRIGUES DE CASTRO MASSARI.

Representante Legal do Fornecedor Registrado: WANDER SOUSA CARVALHO.

FRANCIETE RODRIGUES DE CASTRO MASSARI

Presidente da Associação de Apoio

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE DIANÓPOLIS

RESOLVE:

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL
JOCA COSTA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2025

PROCESSO Nº 36/2025
CONTRATO Nº 40/2025
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL JOCA COSTA
CONTRATADA: AL DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 44.579.656/0001-86
OBJETO: Material de expediente e pedagógico 2026.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 23.480,00 (vinte e três mil quatrocentos e oitenta reais).
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do (a) Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 20/02/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2025
SIGNATÁRIOS:
DERNIVALDO DA COSTA TIRELLO - Representante Legal da Contratante.
ALESSANDRO DA CONCEICAO - Representante Legal da Contratada.

DERNIVALDO DA COSTA TIRELLO
Presidente da Associação

EXTRATO DO CONTRATO 41/2025

PROCESSO Nº 37/2025
CONTRATO Nº 41/2025
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL JOCA COSTA
CONTRATADA: INOVE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME
CNPJ: 14.320.423/0001-01
OBJETO: Material para manutenção de bens Imóveis e Instalações.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.027,30 (mil vinte e sete reais e trinta centavos).
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do (a) Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 20/02/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
DATA DE ASSINATURA: 23/12/2025
SIGNATÁRIOS:
DERNIVALDO DA COSTA TIRELLO - Representante Legal da Contratante.
ALESSANDRO DA CONCEIÇÃO - Representante Legal da Contratada.

DERNIVALDO DA COSTA TIRELLO
Presidente da Associação

PORTARIA Nº 37, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.

O (a) Presidente da Associação de Apoio da Escola Estadual Joca Costa, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade da aquisição de Material de Expediente e Pedagógico para o ano de 2026, conforme especificações técnicas e quantitativos elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, nos termos do Processo Administrativo nº 37/2025, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) no caso de outros serviços e compras.

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à aquisição de Material de Expediente e Pedagógico para o ano de 2026 em questão, por meio da Associação de Apoio da Escola Estadual Joca Costa para contratação da empresa:

| EMPRESA | CNPJ | VALOR TOTAL |
|-----------------------|--------------------|---------------|
| AL DISTRIBUIDORA LTDA | 44.579.656/0001-86 | R\$ 23.480,00 |
| VALOR TOTAL | | R\$ 23.480,00 |

Dianópolis/TO, 29 de dezembro de 2025.

DERNIVALDO DA COSTA TIRELLO
Presidente da Associação de Apoio

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GUARÁ

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESTADUAL
ARY RIBEIRO VALADÃO FILHO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 02/2025
CONTRATO Nº 01/2025
ADITIVO Nº 1º
CONTRATANTE: Associação de Apoio a Escola Estadual Ary Ribeiro Valadão Filho
CONTRATADA: CENTRAL CONTABILIDADE LTDA
CNPJ: 27.119.459/0001-65
OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade a prorrogação da vigência do Contrato nº 01/2025.
VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 22 de dezembro de 2025 e findar-se em 22 de dezembro de 2026.
DATA DE ASSINATURA: 22/12/2025
SIGNATÁRIOS:
KLEYSON BARBOSA DE SOUSA - Representante Legal da Contratante.
EUDES CAMPOS VIANA - Representante Legal da Contratada.

KLEYSON BARBOSA DE SOUSA
Presidente da Associação

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 90004/2025

PROCESSO Nº 00006/2025
CONTRATANTE: Associação de Apoio a Escola Estadual Ary Ribeiro Valadão Filho
CONTRATADA: L G Martins
CNPJ: 04.787.003/0001-78
OBJETO: Aquisição de materiais pedagógicos e materiais de expediente para melhoria na qualidade das atividades pedagógicas e administrativas, proporcionando oficinas e aulas lúdicas, criativas e prazerosas para os alunos matriculados na Unidade Escolar Escola Estadual Ary Ribeiro Valadão Filho, no município Colmeia/TO.
VALOR TOTAL DAATA: R\$ 27.274,60 (vinte sete mil duzentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 05 de janeiro de 2026.
Presidente - Unidade Gerenciadora: Kleyson Barbosa de Sousa.
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Luiz Guedes Martins.

KLEYSON BARBOSA DE SOUSA
Presidente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 90004/2025

PROCESSO Nº 00006/2025
CONTRATANTE: Associação de Apoio à Escola Estadual Ary Ribeiro Valadão Filho
CONTRATADA: Supermercado Ouro Negro LTDA
CNPJ: 24.830.465/0001-38
OBJETO: Aquisição de materiais pedagógicos e materiais de expediente para melhoria na qualidade das atividades pedagógicas e administrativas, proporcionando oficinas e aulas lúdicas, criativas e prazerosas para os alunos matriculados na Unidade Escolar Escola Estadual Ary Ribeiro Valadão Filho, no município Colmeia/TO.
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 487,60 (quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 05 de janeiro de 2026.
Presidente - Unidade Gerenciadora: Kleyson Barbosa de Sousa.
Representante Legal do Fornecedor Registrado: Luiz Guedes Martins.

KLEYSON BARBOSA DE SOUSA
Presidente

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GURUPI

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL DE ALVORADA

PORTARIA Nº 010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

O (a) Presidente da Associação de Apoio do Colégio Estadual de Alvorada, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de aquisição de materiais para manutenção hidráulica e elétrica das dependências da Unidade Escolar, conforme especificações técnicas e quantitativos elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, nos termos do Processo Administrativo nº 010/2025, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) no caso de outros serviços e compras.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à aquisição de materiais para manutenção hidráulica e elétrica das dependências da unidade escolar em questão, por meio da Associação de Apoio do Colégio Estadual de Alvorada para contratação das empresas:

| EMPRESAS | CNPJ | VALOR TOTAL |
|--|--------------------|---------------|
| ALVES E VALADARES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA | 37.319.670/0001-85 | R\$ 2.393,50 |
| CASA DO ELETRICISTA DE ALVORADA LTDA | 40.084.653/0001-10 | R\$ 6.030,50 |
| PERUZZO E FREIRE LTDA | 08.993.179/0001-37 | R\$ 3.231,00 |
| PINHEIRO & LIMA LTDA | 00.249.416/0001-48 | R\$ 5.287,00 |
| VALOR TOTAL | | R\$ 16.942,00 |

Alvorada/TO, 17 de dezembro de 2025.

MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS
Presidente da Associação de Apoio

PORTARIA Nº 011, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

O (a) Presidente da Associação de Apoio do Colégio Estadual de Alvorada, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de contratação dos serviços de limpeza de conservação e jardinagem, dedetização e higienização de reservatórios de água da Unidade Escolar, conforme especificações técnicas e quantitativos elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, os termos do Processo Administrativo nº 011/2025, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) no caso de outros serviços e compras.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à contratação dos serviços de limpeza de conservação e jardinagem, dedetização e higienização de reservatórios de água da Unidade Escolar, por meio da Associação de Apoio do Colégio Estadual de Alvorada, para contratação das empresas:

| NOME | CNPJ | VALOR TOTAL |
|------------------------|--------------------|---------------|
| JOCY FERREIRA DE SOUZA | 11.822.430/0001-05 | R\$ 8.760,00 |
| J H CONSTRUTORA LTDA | 51.736.383/0001-00 | R\$ 4.440,00 |
| VALOR TOTAL | | R\$ 13.200,00 |

Alvorada/TO, 19 de dezembro de 2025.

MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS
Presidente da Associação de Apoio

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2025

PROCESSO Nº 010/2025
CONTRATO Nº 013/2025
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL DE ALVORADA
CONTRATADA: ALVES E VALADARES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 37.319.670/0001-85
OBJETO: Aquisição de materiais para manutenção hidráulica e elétrica das dependências da unidade escolar.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.393,50 (dois mil trezentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 17/12/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2025
SIGNATÁRIOS:
MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS - Representante Legal da Contratante.
LAILLA ALVES VALADARES - Representante Legal da Contratada.

MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS
Presidente da Associação de Apoio

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2025

PROCESSO Nº 010/2025
CONTRATO Nº 014/2025
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL DE ALVORADA
CONTRATADA: CASA DO ELETRICISTA DE ALVORADA LTDA
CNPJ: 40.084.653/0001-10
OBJETO: Aquisição de materiais para manutenção hidráulica e elétrica das dependências da unidade escolar.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.030,50 (seis mil trinta reais e cinquenta centavos)
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 17/12/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2025
SIGNATÁRIOS:
MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS - Representante Legal da Contratante.
FABIO JUNIOR COUTINHO DA SILVA - Representante Legal da Contratada.

MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS
Presidente da Associação de Apoio

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2025

PROCESSO Nº 010/2025
CONTRATO Nº 015/2025
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL DE ALVORADA
CONTRATADA: PERUZZO E FREIRE LTDA
CNPJ: 08.993.179/0001-37
OBJETO: Aquisição de materiais para manutenção hidráulica e elétrica das dependências da unidade escolar.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.231,00 (três mil duzentos e trinta e um reais).
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 17/12/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2025
SIGNATÁRIOS:
MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS - Representante Legal da Contratante.
EDSON LUIZ PERUZZO - Representante Legal da Contratada.

MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS
Presidente da Associação de Apoio

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2025

PROCESSO Nº 010/2025
CONTRATO Nº 016/2025
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL DE ALVORADA
CONTRATADA: PINHEIRO & LIMA LTDA
CNPJ: 00.249.416/0001-48
OBJETO: Aquisição de materiais para manutenção hidráulica e elétrica das dependências da unidade escolar.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.287,00 (cinco mil duzentos e oitenta e sete reais).
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 17/12/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2025
SIGNATÁRIOS:
MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS - Representante Legal da Contratante.
NESTORIONE AYRES PINHEIRO - Representante Legal da Contratada.

MARCIO NERI PASSOS DE MORAIS
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E ALUNOS MAIORES DE IDADE DO COLÉGIO POSITIVO DE GURUPI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2025.

PROCESSO Nº 11/2025
CONTRATO Nº 11/2025
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E ALUNOS MAIORES DE IDADE DO COLÉGIO POSITIVO DE GURUPI.
CONTRATADA: LUSIMAR RIBEIRO DE SOUSA.
CNPJ: 35.990.349/0001-00
OBJETO: Aquisição de serviços de locação de cadeiras plásticas, para culminância de projetos relatados no projeto político pedagógico, para atender a demanda do Colégio Estadual Positivo de Gurupi.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 08/12/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
DATA DE ASSINATURA: 09/12/2025.
SIGNATÁRIOS:
Jose de Souza Marques Neto - Representante Legal da Contratante.
Lusimar Ribeiro de Sousa - Representante Legal da Contratada.

JOSE DE SOUZA MARQUES NETO
Presidente da Associação

PORTARIA Nº 11, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

O (a) Presidente da Associação de Pais, Mestres e Alunos Maiores de Idade do Colégio Positivo de Gurupi no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto, juntamente com seus membros da Associação de Apoio à Escola.

Considerando a necessidade de aquisição de serviços de locação de cadeiras plásticas, para culminância dos projetos relatados no projeto políticos pedagógico, para atender a demanda do Colégio Estadual Positivo de Gurupi, conforme especificações técnicas e quantitativos elencados no Termo de Referência.

Considerando a justificativa e seus documentos anexos, nos termos do Processo Administrativo nº 11/2025, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) no caso de outros serviços e compras.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando a aquisição de serviços de locação de cadeiras plásticas, para culminância dos projetos relatados no projeto políticos pedagógico, por meio da Associação de Pais, Mestres e Alunos Maiores de Idade do Colégio Positivo de Gurupi para contratação da empresa:

| EMPRESA | CNPJ | VALOR TOTAL |
|--------------------------|--------------------|--------------|
| LUSIMAR RIBEIRO DE SOUSA | 35.990.349/0001-00 | R\$ 4.500,00 |
| VALOR TOTAL | | R\$ 4.500,00 |

Gurupi/TO, 09 de dezembro de 2025.

JOSE DE SOUZA MARQUES NETO
Presidente da Associação de Apoio

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PRESIDENTE COSTA E SILVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2025

PROCESSO Nº 28/2025
CONTRATO Nº 47/2025
CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PRESIDENTE COSTA E SILVA
CONTRATADA: NELVINO ALVES LIMA
CNPJ: 28.863.636/0001-86
OBJETO: Contratação de serviços de pedreiro para realização de pequenos reparos e manutenção hidráulica.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.950,00 (seis mil novecentos e cinquenta reais).
FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do contrato e encerramento em 23/12/2026, previsto no artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
DATA DE ASSINATURA: 23/12/2025
SIGNATÁRIOS:
Tiago do Nascimento Alves de Paula - Representante Legal da Contratante.
Nelvino Alves Lima - Representante Legal da Contratada.

TIAGO DO NASCIMENTO ALVES DE PAULA
Presidente da Associação

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL
NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 16, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Designa servidores para, sem prejuízo das atribuições em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agentes de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e regimentais, situada no Município de Lajeado/TO.

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei nº 14.133/2021.

CONSIDERANDO o disposto no art. 19 do Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023.

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, preferencialmente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicado pela Administração, em caráter permanente ou especial, com função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agentes de Contratação nos procedimentos licitatórios e procedimentos auxiliares regidos pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023.

I - MIKAEL FERREIRA DE CARVALHO, matrícula nº 11994622-1;

Art. 2º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio aos Agentes de Contratação:

I - DAYANNE VIEIRA LOPES, matrícula nº 56320 - 2;

II - OCELITA MAURICIO GAMA DOS REIS, matrícula nº 552358-15.

Art. 3º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será denominado pregoeiro.

Art. 4º As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando a PORTARIA Nº 02/2024, de 15 de fevereiro de 2024.

LEILA MÁRCIA ASCENSO GAMA
Presidente da Associação

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESPECIAL UM RAI DE LUZ

PORTARIA - APAE Nº 02, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

Designa servidores para, sem prejuízo das atribuições em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agentes de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA ESPECIAL UM RAI DE LUZ, no uso das atribuições legais e regimentais, situado no Município de Miracema do Tocantins/TO.

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o disposto no art. 19 do Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agentes de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023:

I - Cátia Silene Gonçalves Pereira Ramos. Matrícula: 642931-16;
II - Gerivan Barreira da Silva. Matrícula: 1016067-2.

Parágrafo único. Os agentes de contratação designados serão responsáveis, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas no Portal de Compras do Governo Federal.

Art. 2º DESIGNAR os Agentes de Contratação acima nominados para atuarem como Pregoeiros, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei nº 14.133/2021.

Art. 3º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio aos Agentes de Contratação:

I - Marylaura Soares dos Santos - Matrícula: 685620-5;
II - Maria Delfina Almeida Moraes - Matrícula: 579352- 10.

Art. 4º As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando a Portaria nº 01/2024 datada de 02 de dezembro de 2024.

MARLENA DA SILVA ALCÂNTARA
Presidente da Associação de Apoio

SECRETARIA DOS ESPORTES E JUVENTUDE

EXTRATO PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

CONVÊNIO Nº 79010.000014/2025
PROCESSO Nº 2025/79011/000021
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE
CNPJ: 45.434.894/0001-66
CONVENIENTE: LIGA ESPORTIVA REGIONAL DE AUGUSTINÓPOLIS
CNPJ: 10.140.264/0001-02
OBJETO: Prorrogar a Vigência, até 30/06/2026, para a Execução do Objeto: APOIAR A REALIZAÇÃO DO 2º TORNEIO DE FUTSAL DE NATIVIDADE-TO/2025
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23/12/2025
SIGNATÁRIOS:
ATOS GOMES DE ARAUJO - Secretário de Estado da Secretaria dos Esportes e Juventude.
DANIEL DA SILVA ALVES - Presidente da Liga Esportiva Regional de Augustinópolis.

EXTRATO PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

CONVÊNIO Nº 79010.000015/2025
PROCESSO Nº 2025/79011/000022
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE
CNPJ: 45.434.894/0001-66
CONVENIENTE: LIGA ESPORTIVA REGIONAL DE AUGUSTINÓPOLIS
CNPJ: 10.140.264/0001-02
OBJETO: Prorrogar a Vigência, até 30/06/2026, para a Execução do Objeto: APOIAR A REALIZAÇÃO DO 1º TORNEIO DE FUTSAL DE MATEIROS-TO/2025
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23/12/2025
SIGNATÁRIOS:
ATOS GOMES DE ARAUJO - Secretário de Estado da Secretaria dos Esportes e Juventude.
DANIEL DA SILVA ALVES - Presidente da Liga Esportiva Regional de Augustinópolis.

EXTRATO PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

CONVÊNIO Nº 79010.000037/2025
PROCESSO Nº 2025/79011/000047
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE
CNPJ: 45.434.894/0001-66
CONVENENTE: LIGA ESPORTIVA REGIONAL DE AUGUSTINÓPOLIS
CNPJ: 10.140.264/0001-02
OBJETO: Prorrogar a Vigência, até 30/06/2026, para a Execução do Objeto: APOIAR A REALIZAÇÃO DO 1º TORNEIO DA INTEGRAÇÃO DE FUTEBOL DE CAMPO DE PAU D'ARCO/TO.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23/12/2025
SIGNATÁRIOS:
ATOS GOMES DE ARAUJO - Secretário de Estado da Secretaria dos Esportes e Juventude.
DANIEL DA SILVA ALVES - Presidente da Liga Esportiva Regional de Augustinópolis.

EXTRATO PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

CONVÊNIO Nº 79010.000038/2025
PROCESSO Nº 2025/79011/000048
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE
CNPJ: 45.434.894/0001-66
CONVENENTE: LIGA ESPORTIVA REGIONAL DE AUGUSTINÓPOLIS
CNPJ: 10.140.264/0001-02
OBJETO: Prorrogar a Vigência, até 30/06/2026, para a Execução do Objeto: APOIAR A REALIZAÇÃO DO 2º TORNEIO POEIRÃO SOCIETY DO DISTRITO SÃO MIGUEL EM PEIXE/TO/2025.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23/12/2025
SIGNATÁRIOS:
ATOS GOMES DE ARAUJO - Secretário de Estado da Secretaria dos Esportes e Juventude.
DANIEL DA SILVA ALVES - Presidente da Liga Esportiva Regional de Augustinópolis.

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIA SEFAZ Nº 1261/2025/GABSEC, DE 23/12/2025.

Altera o Anexo I da Portaria Sefaz nº 314, de 03 de março de 2009.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado, e nos termos do Processo nº 2025/7270/500421.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar o item 139 ao Anexo I da Portaria SEFAZ nº 314, de 03 de março de 2009, com a seguinte redação:

| ORDEM | INSC. EST. | RAZÃO SOCIAL | MARCA | MUNICÍPIO |
|-------|--------------|------------------|---------|-----------|
| 139 | 29.548.745-3 | BELÉM MOTOS LTDA | AVELLOZ | PALMAS/TO |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com art. 35, §1º, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, considerando que:

A movimentação de servidores fiscais é imprescindível para a manutenção do funcionamento permanente de todas as unidades operacionais da Secretaria de Estado da Fazenda, incluindo Delegacias da Receita, Coletorias Estaduais, Postos Fiscais internos e interestaduais;

As vacâncias decorrentes do gozo de férias, licenças de qualquer natureza e/ou outros afastamentos legais, necessitam de reposições imediatas de servidores;

O rodízio permanente do local de trabalho do Agente do Fisco é de salutar importância na consecução dos objetivos relativos a fiscalização dos tributos estaduais;

O quantitativo modular de vagas existentes em cada órgão e/ou unidade, deve ser suprido sob pena de causar prejuízos à arrecadação estadual;

Existe vaga a ser preenchida no quantitativo de Agentes do Fisco no âmbito da Secretaria da Fazenda, resolve:

REMOVER, a pedido, o Auditor Fiscal da Receita Estadual abaixo relacionado, a partir de 1º de setembro de 2025.

| Nome | Nº Funcional | Origem | Destino |
|-----------------------|--------------|--|---|
| Cloves da Silva Cunha | 235183-1 | Delegacia Regional de Fiscalização de Pedro Afonso | Delegacia Regional de Fiscalização de Pedro Araguaína |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 2, DE 5 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 37, §1º da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

DESIGNAR

LUISAALANDA CARVALHO MARTINS, Nº funcional 11544082-5, Gerente de Elaboração de Editais, para responder pela Diretoria de Licitação, durante os impedimentos ou afastamentos da titular MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA, Nº funcional 1017268-2, no período de 13/01/2026 à 30/01/2026.

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 3, DE 5 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 37, §1º da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

DESIGNAR

LUISAALANDA CARVALHO MARTINS, Nº funcional 11544082-5, Gerente de Elaboração de Editais, para responder pela Diretoria de Licitação, durante os impedimentos ou afastamentos da titular MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA, Nº funcional 1017268-2, no período de 29/12/2025 à 12/01/2026.

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 4, DE 5 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 37, §1º da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

DESIGNAR

CELESTE RODRIGUES DE ALMEIDA, Nº funcional 1001450-1, Assistente Administrativo, para responder pela Diretoria de Compras, durante os impedimentos ou afastamentos da titular ROSA MARIA PINTO DA COSTA MIRANDA, Nº funcional 849264-1, no período de 30/01/2026 à 03/02/2026.

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 5, DE 5 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 37, §1º da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

DESIGNAR

CELESTE RODRIGUES DE ALMEIDA, Nº funcional 1001450-1, Assistente Administrativo, para responder pela Diretoria de Compras, durante os impedimentos ou afastamentos da titular ROSA MARIA PINTO DA COSTA MIRANDA, Nº funcional 849264-1, no período de 05/01/2026 à 29/01/2026.

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 6, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, para executarem serviços especiais de interesse desta Secretaria, na Delegacia Regional de Fiscalização de Alvorada, no período de 1º a 31 de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas.

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição |
|----|--------------------------------|--------------|----------------|
| 1. | Antônio Gonçalves Farias | 479679-1 | Auditoria |
| 2. | Cleber de Paula Silva | 390760-1 | ITCD |
| 3. | Marcelene Souza Carvalho Gomes | 470068-1 | ITCD |
| 4. | Milton Bernardes | 207527-1 | Plantão Fiscal |
| 5. | Valneide Roberto Dutra | 149059-1 | Plantão Fiscal |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 7, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, para executarem serviços especiais de interesse desta Secretaria, na Delegacia Regional de Fiscalização de Araguaína/TO, no período de 1º a 31 de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas:

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição |
|----|--------------------------------|--------------|-----------|
| 1. | Cleuber James Lustosa Nogueira | 362545-1 | Auditoria |
| 2. | José Fernandes da Silva | 295064-1 | Auditoria |
| 3. | Luiz Amadeus Benites Vilamaior | 390401-1 | Auditoria |
| 4. | Weramar Sales Dias Meier | 558221-1 | Auditoria |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 8, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 08 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, para executarem serviços especiais de interesse desta Secretaria, na Delegacia Regional de Fiscalização de Araguatins, no período de 1º a 31 de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas:

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição |
|----|-----------------------------|--------------|---------------|
| 1. | Adalgiza Ribeiro Bueno Leal | 546255-2 | Monitoramento |
| 2. | Cezar Augusto de Moraes | 257518-2 | Auditoria |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 9, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

O Agente do Fisco, abaixo relacionado, para executar serviços especiais de interesse desta Secretaria, na Delegacia Regional de Fiscalização de Colinas do Tocantins, no período de 1º a 31 de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas:

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição |
|----|----------------------------|--------------|----------------|
| 1 | Aparício Vieira da Fonseca | 335128-1 | Plantão Fiscal |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 10, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, para executarem serviços especiais de interesse desta Secretaria, na Delegacia Regional de Fiscalização de Gurupi, no período de 1º a 31 de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas.

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição |
|-----|---------------------------------|--------------|----------------|
| 1. | Ana Rosa Barbosa Meneses Santos | 391636-1 | Auditoria |
| 2. | Carmozina Gonzaga Campos | 197170-1 | Auditoria |
| 3. | Gloria Maria Prado dos Santos | 371406-1 | ITCD |
| 4. | Ieda Girardello Vargas | 543175-1 | Auditoria |
| 5. | Itajacy Barbosa da Silva | 195240-1 | Monitoramento |
| 6. | Jânio de Oliveira | 794561-1 | ITCD |
| 7. | Maria Josenete Dalves Henrique | 615605-2 | Auditoria |
| 8. | Nelson Junior da Silva | 618357-1 | Plantão Fiscal |
| 9. | Rivaldo Pinto da Silva | 380043-2 | Auditoria |
| 10. | Rosinel de Fátima Camargo | 536006-1 | Plantão Fiscal |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 11, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, para executarem serviços especiais de interesse desta Secretaria, na Delegacia Regional de Fiscalização de Miracema do Tocantins, no período de 1º a 31 de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas.

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição |
|----|------------------------------------|--------------|----------------|
| 1. | Ben Hur Xavier | 726210-1 | ITCD |
| 2. | Fernando Sergio Farias de Oliveira | 339092-1 | Plantão Fiscal |
| 3. | João Antônio Coelho dos Santos | 199087-1 | Monitoramento |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 12, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, para executarem serviços especiais de interesse desta Secretaria, na Delegacia Regional de Fiscalização de Palmas, no período de 1º a 31 de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas:

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição |
|----|-------------------------------|--------------|----------------|
| 1. | Claudia Maria da Ponte | 455328-1 | Monitoramento |
| 2. | Cristiane da Silva Freitas | 695959-1 | Monitoramento |
| 3. | Decio Wander Braga | 274966-2 | Plantão Fiscal |
| 4. | Dorciades de Sousa Ribeiro | 506221-1 | Monitoramento |
| 5. | Fernando Henrique Tome Naves | 567015-1 | Monitoramento |
| 6. | Gilsomar Alves Gomes | 724789-1 | ITCD |
| 7. | Jandir Cardoso de Vasconcelos | 816131-1 | Auditoria |

| | | | |
|-----|-------------------------------------|----------|----------------|
| 8. | Maria de Fatima Carvalho Cavalcante | 689972-3 | Monitoramento |
| 9. | Nelia Rodrigues Valente Ribeiro | 354251-2 | Auditoria |
| 10. | Paulo Afonso Teixeira | 179507-2 | Auditoria |
| 11. | Paulo Robério Aguiar de Andrade | 228877-1 | Auditoria |
| 12. | Raimunda da Silva Santos de França | 527583-3 | Plantão Fiscal |
| 13. | Sebastião Batista da Silva | 218781-1 | Auditoria |
| 14. | Vitor Antônio Moraes de Carvalho | 861148-4 | Auditoria |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 13, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, para executarem serviços especiais de interesse desta Secretaria, na Delegacia Regional de Fiscalização de Paraíso do Tocantins, no período de 1º a 31 de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas.

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição |
|----|-----------------------------------|--------------|----------------|
| 1. | Jari Barbosa Braga | 372423-1 | Auditoria |
| 2. | Raimundo Craveiro da Silva Junior | 223314-1 | Plantão Fiscal |
| 3. | Rubens Marcelo Sardinha | 1058223-2 | Auditoria |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 14, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, para executarem serviços especiais de interesse desta Secretaria, na Delegacia Regional de Fiscalização de Pedro Afonso, no período de 1º a 31 de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas.

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição |
|----|-------------------------|--------------|-----------|
| 1. | Isaque Cairo Guimarães | 663946-1 | ITCD |
| 2. | Santiago de Almeida | 856517-1 | Auditoria |
| 3. | Wilton Ferreira Machado | 446960-1 | Auditoria |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 15, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

A Agente do Fisco, abaixo relacionada, para executar serviços especiais de interesse desta Secretaria, na Delegacia Regional de Fiscalização de Pedro Afonso, no dia 1º de janeiro de 2026 e no período de 17 a 31 de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas.

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição |
|----|-------------------------------------|--------------|---------------|
| 1 | Maria Dalva da Silva Santos Miranda | 668087-1 | Monitoramento |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 17, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

A Agente do Fisco, abaixo relacionada, para executar serviços especiais de interesse desta Secretaria, na Delegacia Regional de Fiscalização de Taguatinga, no período de 1º a 31 de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas:

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição |
|----|--------------------------------|--------------|----------------|
| 1. | Elisângela Maria de Sousa | 853395-1 | Plantão Fiscal |
| 2. | Genival Alves Porto | 838503-1 | Plantão Fiscal |
| 3. | José Bernardino Rodrigues Neto | 392550-1 | ITCD |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 18, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, para executarem serviços especiais de interesse desta Secretaria, na Delegacia Regional de Fiscalização de Tocantinópolis, no período de 1º a 31 de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas:

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição |
|----|----------------------------------|--------------|---------------|
| 1. | Bastillo Lopes de Oliveira Filho | 486350-2 | Auditoria |
| 2. | Evelusia Feitosa Lima | 879220-2 | ITCD |
| 3. | Maria Joana Bandeira Lima Soares | 349231-2 | Monitoramento |
| 4. | Raimundo Tácio Gonçalves Lopes | 295702-1 | Auditoria |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 19, DE 6 DE JANEIRO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei nº 1.609, de 23 de setembro de 2005, combinado com o art. 2º, §1º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR,

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, para executarem serviços especiais de interesse desta Secretaria, em regime de escala, na Gerência de Fiscalização de Trânsito e Postos Fiscais, referente ao mês de janeiro de 2026, com a obrigatoriedade de apresentar relatório das atividades desempenhadas.

| Nº | Nome | Nº Funcional | Descrição | Período |
|----|---|--------------|---|-------------------------|
| 1. | Benedito de Melo Aires | 168297-2 | Monitoramento | 15/01/2026 a 31/01/2026 |
| 2. | Eudival Coelho Barros | 165624-1 | Plantão - Posto Fiscal Virtual do Tocantins | 01/01/2026 a 08/01/2026 |
| 3. | Francisco Regis Alves Melo | 528885-1 | Plantão - Posto Fiscal Virtual do Tocantins | 16/01/2026 a 24/01/2026 |
| 4. | João Gonçalves dos Santos | 274050-1 | Plantão - Posto Fiscal Virtual do Tocantins | 24/01/2026 a 31/01/2026 |
| 5. | José Ronaldo dos Santos | 395526-1 | Plantão - Posto Fiscal Virtual do Tocantins | 08/01/2026 a 16/01/2026 |
| 6. | Luiz Melchiadés Gomes Neto | 200387-2 | Plantão - Posto Fiscal Virtual do Tocantins | 16/01/2026 a 24/01/2026 |
| 7. | Marcelino Sardinha | 290583-2 | Plantão - Posto Fiscal Virtual do Tocantins | 08/01/2026 a 16/01/2026 |
| 8. | Maria Nascimento Glória Ribeiro Benevides | 236760-1 | Plantão - Posto Fiscal Virtual do Tocantins | 01/01/2026 a 08/01/2026 |
| 9. | Regina Rodrigues Rezende | 852731-1 | Plantão - Posto Fiscal Virtual do Tocantins | 24/01/2026 a 31/01/2026 |

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1/2026 SECONT
Referência: Processo nº 2025/2500/000537

Assunto: Notificação para apresentação de defesa prévia quanto ao descumprimento em dois procedimentos de compras diretas realizados no exercício de 2025 quanto a não entrega dos serviços em conformidade com as Notas de Empenhos nºs 2025NE005068 emitida em 28/03/2025, Processo nº 2025/25000/000235 (locação de equipamentos de sonorização e iluminação); e 2025NE005090 emitida em 07/04/2025, Processo nº 2025/25000/000234 (locação de veículos com motoristas) e da aplicação de sanções administrativas à empresa JPM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO LTDA- CNPJ: 56.690.135/0001-80;

Com fulcro no inciso III do art. 155, c/c §4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, e tendo em vista que o notificado encontrar-se em local incerto e não sabido, consoante art. 26, parágrafo 4º da Lei nº 9784/1999, a Secretaria da Fazenda NOTIFICA o Sr. CARLOS ALBERTO VIEIRA FILHO, considerando a não entrega de serviços em conformidade com as Notas de Empenhos nºs 2025NE005068, Processo nº 2025/2500/000235 e 2025NE005090 Processo nº 2025/2500/000234, no âmbito do Processo Administrativo Apuratório nº 2025/25000/000537. Tais descumprimentos gerou o PARECER JURÍDICO Nº 164/2025/SAJ, emitido pela Superintendência de Assuntos Jurídicos - SAJ desta pasta, recomendando a aplicação das seguintes medidas punitivas: impedimento do direito de licitar e contratar com o Estado do Tocantins e o descredenciamento do SICAF pelo período de 02 (dois) anos e ao pagamento da multa de 20% (vinte por cento) sobre os valores empenhados, no valor de R\$ 13.137,99 (treze mil cento e trinta e sete reais e noventa e nove centavos).

A referida empresa é intimada a apresentar, caso deseje, sua defesa, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste edital.

Palmas/TO, 05 de janeiro de 2026.

DONIZETH A. SILVA
Secretário de Estado da Fazenda

CORREGEDORIA FAZENDÁRIA

PORTARIA SEFAZ Nº 1/2026/COREF, DE 06/01/2026.

O CORREGEDOR FAZENDÁRIO, no uso das atribuições que lhe confere a PORTARIA SEFAZ Nº 232, de 04 de março de 2024, publicada no Diário Oficial n. 6526, de 7 de março de 2024, e com fulcro no artigos 166, inciso II e 178, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e suas alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor: W. L. M. R., NF 2xxxx2-1, ocupante do cargo efetivo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, lotado na Secretaria da Fazenda, com exercício funcional na Delegacia Regional de Fiscalização de Paraíso do Tocantins-TO, com a finalidade de apurar os fatos noticiados na matéria veiculada na página oficial da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins, no Ofício nº 039/2025-62ªDPC e nas informações constantes no Inquérito Policial número 2025.0023301 (Processo Judicial Eletrônico nº 0006119-31.2025.8.27.2731) e Inquérito Policial número 2025.0012355 (Processo Judicial Eletrônico nº 0006163-50.2025.8.27.2731), em razão da existência de indícios de irregularidades que culminou na prisão em flagrante do servidor por, supostamente: realizar abordagens às margens da BR-153 e negar se identificar quando solicitado; exigir pagamento de suposta multa tributária com ameaça de apreensão de veículo e mercadoria; tentativa de emissão simulada de DARE; exigir valor e realização de serviços de gradação em sua fazenda em substituição da suposta multa; receber valores por meio de transferência bancária para terceira pessoa, dentre outras condutas que viola, em tese, preceitos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, Lei Estadual nº 1.818/2007, notadamente os artigos 131; 132; 133 incisos I, II, III, V e IX; 134 incisos IX e XII c/c 157, incisos IV, XII e XV.

Art. 2º Convocar os membros da 2ª Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares, Sindicância e Revisão - CPD II, constituída pela PORTARIA SEFAZ Nº 1070/2025/GABSEC, de 04/11/2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6933, de 04/11/2025, para realizar os trabalhos apuratórios e apresentar relatório conclusivo no prazo previsto em Lei, independentemente de prorrogação do prazo e recondução da comissão;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Publique-se e cumpra-se.

ARTUR ALCIDES DE SOUSA BARROS
Corregedor Fazendário

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 001/2026
Pessoa Jurídica

A Fazenda Pública Estadual, por meio da Agência de Atendimento de Gurupi, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei nº 1.288, de 28 de dezembro de 2001, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo identificado(s) a promover, no prazo de trinta dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) abaixo(s) indicado(s), constituído(s) por intermédio do(s) auto(s) de infração respectivo(s), mais os acréscimos legais, ou apresentar impugnação nesta Agência de Atendimento, situada a Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 1194, Gurupi-TO, sob pena de revelia.

| Nº | SUJEITO PASSIVO | CPF/CNPJ | PROCESSO | AUTO DE INFRAÇÃO |
|----|---------------------------------|----------------|-------------------|------------------|
| 01 | JOSÉ RICARDO MERENCIANO ORLANDI | XXX.XXX.808-88 | 2025/06860/502050 | 2025/001766 |

Gurupi/TO, 07 de janeiro de 2026.

LETÍCIA ALVES DE BRITO
Supervisora da Agência de Atendimento de Gurupi

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 002/2026
Pessoa Jurídica

A Fazenda Pública Estadual, por meio da Agência de Atendimento de Gurupi, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei nº 1.288, de 28 de dezembro de 2001, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo identificado(s) a promover, no prazo de trinta dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) abaixo(s) indicado(s), constituído(s) por intermédio do(s) auto(s) de infração respectivo(s), mais os acréscimos legais, ou apresentar impugnação nesta Agência de Atendimento, situada a Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 1194, Gurupi-TO, sob pena de revelia.

| Nº | SUJEITO PASSIVO | CPF/CNPJ | PROCESSO | AUTO DE INFRAÇÃO |
|----|--|----------------|-------------------|------------------|
| 01 | ESPÓLIO DE EDUARDO GONÇALVES DE OLIVEIRA | XXX.XXX.611-68 | 2025/06860/502047 | 2025/001763 |

Gurupi/TO, 07 de janeiro de 2026.

LETÍCIA ALVES DE BRITO
Supervisora da Agência de Atendimento de Gurupi

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 003/2026
Pessoa Jurídica

A Fazenda Pública Estadual, por meio da Agência de Atendimento de Gurupi, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei nº 1.288, de 28 de dezembro de 2001, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo identificado(s) a promover, no prazo de trinta dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) abaixo(s) indicado(s), constituído(s) por intermédio do(s) auto(s) de infração respectivo(s), mais os acréscimos legais, ou apresentar impugnação nesta Agência de Atendimento, situada a Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 1194, Gurupi-TO, sob pena de revelia.

| Nº | SUJEITO PASSIVO | CPF/CNPJ | PROCESSO | AUTO DE INFRAÇÃO |
|----|------------------------|----------------|-------------------|------------------|
| 01 | JUCEMAR GOMES DA SILVA | XXX.XXX.819-86 | 2025/06860/502051 | 2025/001767 |

Gurupi/TO, 26 de agosto de 2026.

LETÍCIA ALVES DE BRITO
Supervisora da Agência de Atendimento de Gurupi

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 004/2026
Pessoa Jurídica

A Fazenda Pública Estadual, por meio da Agência de Atendimento de Gurupi, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei nº 1.288, de 28 de dezembro de 2001, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo identificado(s) a promover, no prazo de trinta dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) abaixo(s) indicado(s), constituído(s) por intermédio do(s) auto(s) de infração respectivo(s), mais os acréscimos legais, ou apresentar impugnação nesta Agência de Atendimento, situada a Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 1194, Gurupi-TO, sob pena de revelia.

| Nº | SUJEITO PASSIVO | CPF/CNPJ | PROCESSO | AUTO DE INFRAÇÃO |
|----|---------------------|----------------|-------------------|------------------|
| 01 | LUSMAR ALVES SOARES | XXX.XXX.361-91 | 2025/06860/502052 | 2025/001768 |

Gurupi/TO, 26 de agosto de 2026.

LETÍCIA ALVES DE BRITO
Supervisora da Agência de Atendimento de Gurupi

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 005/2026
Pessoa Jurídica

A Fazenda Pública Estadual, por meio da Agência de Atendimento de Gurupi, nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei nº 1.288, de 28 de dezembro de 2001, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo identificado(s) a promover, no prazo de trinta dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) abaixo(s) indicado(s), constituído(s) por intermédio do(s) auto(s) de infração respectivo(s), mais os acréscimos legais, ou apresentar impugnação nesta Agência de Atendimento, situada a Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 1194, Gurupi-TO, sob pena de revelia.

| Nº | SUJEITO PASSIVO | CPF/CNPJ | PROCESSO | AUTO DE INFRAÇÃO |
|----|----------------------------|----------------|-------------------|------------------|
| 01 | MANOEL BATISTA MASCARENHAS | XXX.XXX.661-68 | 2025/06860/502049 | 2025/001765 |

Gurupi/TO, 26 de agosto de 2026.

LETÍCIA ALVES DE BRITO
Supervisora da Agência de Atendimento de Gurupi

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 111, DE 11 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6040/500051, formalizado pela Srª ACILEIDE AMARAL RIBEIRO, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x94-39, residente e domiciliada no município de Palmas/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER Nº 57/2025, às fls. 14/18 dos autos;

DECLARA:

- A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo RENAULT/KARDIAN EVO AT, ANO DE FAB./MOD. 2024/2025, PLACA xxL-xx94 e RENAVAM xxxxx372399;
- A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;
- A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
- Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 112, DE 11 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6040/500048, formalizado pelo Sr. JOSE AUGUSTO RODRIGUES JUNIOR, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x43-28, residente e domiciliado no município de Palmas/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER Nº 056/2025, às fls. 15/19 dos autos;

DECLARA:

- A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo FORD/KA SE 1.5 SD C, ANO DE FAB./MOD. 2019/2019, PLACA xxF - xx22 e RENAVAM xxxxx456740;
- A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;
- A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
- Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 113, DE 11 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6040/500032, Sra. NELI MARIA RESENDE ANDRADE, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x82-49, residente e domiciliada no município de Palmas/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER Nº 049/2025, às fls. 17/21 dos autos;

DECLARA:

- A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo NISSAN/KICKS ACTIVE CVT, ANO DE FAB./MOD. 2024/2024, PLACA xxC - xx78 e RENAVAM xxxxx775715;
- A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;
- A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
- Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 114, DE 11 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/7040/500014, formalizado pelo Sr. PAULO CESAR DE SOUSA, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x91-72, residente e domiciliado no município de PARAISO DO TOCANTINS - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER/SEFAZ/DRP/PHMV Nº 030/2025, às fls. 17/20 dos autos;

DECLARA:

1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo HYUNDAI/HB20S 1.6M 1.6M, ANO DE FAB./MOD. 2013/2014, PLACA xxJ - xx05 e RENAVAL xxxxx502253;
2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025;
3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;
4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 115, DE 11 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2024/6670/500772, Sra. QUEILIE NE TELES SOBRINHO DIAS, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x11-27, residente e domiciliada no município de COLINAS DO TOCANTINS - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER S/Nº, às fls. 15/19 dos autos;

DECLARA:

1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo NISSAN/KICKS ACTIVE CVT, ANO DE FAB./MOD. 2021/2021, PLACA xxD - xx10 e RENAVAL xxxxx978399;
2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;
4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 116, DE 11 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6670/500004, formalizado pelo Sr. GERALDO FERREIRA DA SILVA JUNIOR, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x61-22, residente e domiciliado no município de Colinas do Tocantins/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER S/Nº, às fls. 15/19 dos autos;

DECLARA:

1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo VW/T CROSS SENSE TSI, ANO DE FAB./MOD. 2024/2024, PLACA xxA - xx31 e RENAVAL xxxxx698715;
2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;
4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 117, DE 13 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6040/500088, formalizado pelo Sr. VICTOR SOARES NUNES, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x41-11, residente e domiciliado no município de Palmas/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER Nº 066/2025, às fls. 15/19 dos autos;

DECLARA:

1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo JEEP/RENEGADE 1.3 TURBO, ANO DE FAB./MOD. 2024/2025, PLACA xxF - xx50 e RENAVAL xxxxx936400;
2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;
4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 118, DE 13 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6040/500062, formalizado pelo Sr. GUSTAVO PINTO GOMES FERREIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x12-54, residente e domiciliado no município de Palmas/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER Nº 063/2025, às fls. 16/20 dos autos;

DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo CHEV/ONIX PLUS 10 TAT NB, ANO DE FAB./MOD. 2019/2020, PLACA xxC - xx26 e RENAVAL xxxxx218044;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025;
- 3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
- 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 119, DE 13 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6140/500126, formalizado pelo Sr. NELDIONE TADEU PRÓSPERO GUILHERME, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x61-49, residente e domiciliado no município de Porto Nacional/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER/SEFAZ/DRFPN/PLANTÃO FISCAL Nº 025/2025, às fls. 12/16 dos autos;

DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo FIAT/TORO VOLCANO AT D4, ANO DE FAB./MOD. 2017/2017, PLACA xxJ - xx54 e RENAVAL xxxxx247880;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
- 3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
- 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 120, DE 13 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6430/500056, formalizado em nome AURELIO LUKE ANTUNES NOBRE, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x91-76, por sua genitora a Srª ANA PAULA ANTUNES TEIXEIRA, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x01-87, residentes e domiciliados no município de Araguatins/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e DESPACHO AUDITORIA Nº 22/2025, às fls. 16 dos autos;

DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo HONDA/WR-V LX CVT, ANO DE FAB./MOD. 2021/2021, PLACA xxB - xx02 e RENAVAL xxxxx111076;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
- 3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
- 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 180, DE 17 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6680/500000, formalizado pelo Sr. LEO PEDRO RIBEIRO DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x81-55, residente e domiciliado no município de Filadélfia/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER Nº 077/2025, às fls. 17/19 dos autos;

DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo HYUNDAI/CRETA 16A ACTION, ANO DE FAB./MOD. 2023/2024, PLACA xxL - xx76 e RENAVAL xxxxx330582;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
- 3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
- 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 181, DE 17 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2024/7100/500113, Sra. ANA CLAUDIA MARTINS DOS SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x81-20, residente e domiciliada no município de Arraias/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER/AFRE/552/6938477, às fls. 13/15 dos autos;

DECLARA:

1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo VW/POLO SENSE, ANO DE FAB./MOD. 2023/2024, PLACA xxA - xx92 e RENAVAL xxxxx335057;

2. A presente Declaração tem validade para os seguintes exercícios fiscais:

a) exercício fiscal de 2024, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 1.429,17 (um mil quatrocentos e vinte e nove reais e dezessete centavos), proporcional a 7/12 avos a partir da vigência da Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e;

b) exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);

3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;

4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;

5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 182, DE 17 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/7250/500007, Sra. LEILA PEREIRA DE MOURA, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x33-72, residente e domiciliada no município de Aguiarnópolis/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER Nº 006/953/2025/DRF/TOC/GADEL, às fls. 13 dos autos;

DECLARA:

1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo CHEV/ONIX 10TAT LT1, ANO DE FAB./MOD. 2024/2025, PLACA xxB - xx34 e RENAVAL xxxxx678390;

2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);

3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;

4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;

5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 183, DE 17 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/9540/500438, formalizado em nome de FILIPE FRANÇA DE CASTRO, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x71-07, por seu genitor o Sr. MAGNO FREIRE DE CASTRO, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x91-15, residentes e domiciliados no município de Nova Olinda/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, PARECER Nº 098/2025 e DESPACHO Nº 263/2025, às fls. 16/19 dos autos;

DECLARA:

1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo HYUNDAI/CRETA 16A ACTION, ANO DE FAB./MOD. 2024/2025, PLACA xxB - xx38 e RENAVAL xxxxx737414;

2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);

3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;

4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;

5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 184, DE 17 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/9540/500338, formalizado pelo Sr. JOSÉ CLEIDES DA SILVA AGUIAR, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x41-04, residente e domiciliado no município de Araguaína/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, PARECER Nº 081/2025 e DESPACHO Nº 202/2025, às fls. 14/17 dos autos;

DECLARA:

1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo I/FIAT CRONOS PREC 1.3AT, ANO DE FAB./MOD. 2024/2025, PLACA xxi - xx60 e RENAVAL xxxxx202005;

2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);

3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o manter;

4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;

5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 185, DE 17 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/9540/500457, formalizado pelo Sr. CAINÃ CARVALHO GUIMARÃES, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x02-00, residente e domiciliado no município de Araguaína/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, PARECER Nº 096/2025 e DESPACHO Nº 262/2025, às fls. 12/17 dos autos;

DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo RENAULT/DUSTER ICOP CVT, ANO DE FAB./MOD. 2024/2025, PLACA xxJ - xx79 e RENAVALM xxxxx361640;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
- 3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
- 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 186, DE 17 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/9540/500445, formalizado pelo Sr. DERALDO BARBOSA FERREIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x06-91, residente e domiciliado no município de Araguaína/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, PARECER Nº 097/2025 e DESPACHO Nº 264/2025, às fls. 14/17 dos autos;

DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo HONDA/BIZ 125, ANO DE FAB./MOD. 2023/2024, PLACA xxN - xx76 e RENAVALM xxxxx337602;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025;
- 3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
- 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 187, DE 17 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6040/500054, formalizado em nome de FRANCISCO MARTINS CAMPEÃO GARRIDO, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x31-90, por sua genitora a Sr.ª DANIELA MARTINS BRINGEL GARRIDO, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x11-49, residentes e domiciliados no município de Palmas/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER Nº 061/2025, às fls. 20/24 dos autos;

DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo CHEV/SPIN 1.8L MT LT, ANO DE FAB./MOD. 2024/2025, PLACA xxD - xx08 e RENAVALM xxxxx045587;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
- 3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
- 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 188, DE 17 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6040/500038, Sra. MARIA MADALENA SILVA, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x74-34, residente e domiciliada no município de Palmas/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER Nº 054/2025, às fls. 16/20 dos autos;

DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo RENAULT/DUSTER INTP CVT, ANO DE FAB./MOD. 2024/2025, PLACA xxL - xx56 e RENAVALM xxxxx877318;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
- 3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
- 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 189, DE 17 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6040/500034, Sra. GERALDINA ANTUNES ALMEIDA, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x31-00, residente e domiciliada no município de Palmas/TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER Nº 050/2025, às fls. 13/17 dos autos;

DECLARA:

1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo TOYOTA/YARIS HAXL15, ANO DE FAB./MOD. 2023/2024, PLACA xxN - xx69 e RENAVAL xxxxx494639;
2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente à importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.
- PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

ATO DECLARATÓRIO Nº 190, DE 18 DE MARÇO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2025/6490/500022, Sra. ROSE MARY VIEIRA DOS SANTOS AMOURY, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x51-04, residente e domiciliada no município de TOCANTINÓPOLIS - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 4.426, de 29.05.2024, e PARECER Nº 05/953/2025 - DRF/TOC/GADEL, às fls. 12 dos autos;

DECLARA:

1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente ao veículo CHEV/ONIX 10TAT HB, ANO DE FAB./MOD. 2021/2022, PLACA xxF - xx30 e RENAVAL xxxxx486545;
2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2025, limitada à parcela da operação no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com IPVA correspondente à importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais);
3. O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.
- PAULO AUGUSTO BISPO DE MIRANDA
Superintendente de Administração Tributária

SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL

PORTARIA SEIR Nº 044 - DSG, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DA IGUALDADE RACIAL, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, e com fulcro no art. 117, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo das suas atribuições normais, exercerem o encargo de fiscal, titular e suplente, assim como do gestor do instrumento contratual elencado a seguir:

| Contrato | Processo | Contratado | Objeto |
|--------------------|-------------------|--|---|
| 06/2025 | 2025/89010/000011 | PRIME SOLUTION SOLUCOES EM IMPRESSOES LTDA - EPP | Contratação de empresa prestadora dos serviços de outsourcing de impressão. |
| Fiscal de Contrato | | Titular: | Glênio Neil Tavares Marques - Matrícula nº 663776-1 |
| | | Suplente: | Patrícia da Silva Alcântara - Matrícula nº 922800-1 |
| Gestor de Contrato | | Igor de Sousa Lemos Fernandes - Matrícula nº 1277642-1 | |

Art. 2º São atribuições do Fiscal Titular e Suplente:

- I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;
- II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, comunicando imediatamente através de relatório, o Gestor do Contrato para ciência e apreciação das providências;
- IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de aditamento de objeto;
- VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;
- VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- IX - manifestar-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura;
- X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- XI - comunicar ao Gestor do Contrato, formalmente, irregularidades cometidas pela contratada, passíveis de penalidade, termos do §2º do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021;;
- XII - o Fiscal Suplente atuará como Fiscal do Contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

Art. 3º São atribuições do Gestor do Contrato:

I - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

II - opinar sobre a necessidade eventuais alterações contratuais;

III - verificar se a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

IV - notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias;

V - zelar para que o início da prestação de serviços/entrega de material e de seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

VI - comunicar à autoridade competente eventual atraso na entrega/execução dos serviços;

VII - em casos de irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade, na forma dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/21, que ultrapassem a competência do Gestor, deverão ser comunicadas formalmente à autoridade competente para a adoção das medidas convenientes, na forma do §2º do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO CASTRO FERREIRA

Secretário Executivo de Estado da Igualdade Racial

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

O ESTADO DO TOCANTINS, por meio da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços - SICS, torna público o CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026, destinado à seleção de Organizações da Sociedade Civil e Municípios para celebração de Termo de Fomento ou Termo de Convênio, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - CDE/TO, visando ao apoio à industrialização de agroindústrias e estruturas produtivas inseridas em cadeias produtivas prioritárias, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e dos Decretos Estaduais nº 5.815/2018 e nº 5.816/2018.

O valor estimado para apoio às propostas selecionadas é de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais).

O prazo para apresentação das propostas será de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de publicação deste Aviso no Diário Oficial do Estado.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis no endereço eletrônico da SICS <https://www.to.gov.br/sics/produtos-da-terra/5fay7if8519p>.

As propostas e documentos deverão ser protocolados na SICS, localizada na Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, S/N, Palmas/TO, no horário das 08h às 14h, ou encaminhados por meio eletrônico, conforme previsto no Edital.

Tocantins, 08 de janeiro de 2026.

Milton Neris Santana

Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Presidente do Fundo de Desenvolvimento Econômico

SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 021/2024 PROCESSO Nº 2024/85010/000045

CONTRATO Nº 021/2024

CONTRATANTE: Secretaria da Pesca e Aquicultura - SEPEA

CONTRATADA: Tcar Locação de Veículos LTDA

OBJETO: presente aditivo tem como objetivo a restauração das redações originais das CLÁUSULAS PRIMEIRA e TERCEIRA do Contrato nº 021/2024, estabelecendo, assim, em conformidade com a CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, as suas integralidades primitivas, tanto em relação ao objeto, valor e quantidade, inicialmente contratada, de veículos locados FINALIDADE: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de locação veículos destinado s a atender as demandas desta Pasta.

FIRMADO EM: 08/07/2024

VIGÊNCIA: 08 de julho de 2026

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20.122.1100.2431 - Manutenção dos Serviços de Transportes

FONTE: 1.500.0000000.666666

SIGNATÁRIOS: RODRIGO DE CARVALHO AYRES - Representante Legal da Contratante.

LEONARDO COSTA HOUAT - Representante Legal da Contratada.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA SEPLAN Nº 1/GASEC

O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 37, §1º, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Designar SILVIA RODRIGUES BARROS, Gerente de Planejamento Setorial, CPF XXX.XXX.901-10, número funcional 866080-5, para responder pela Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, de 19 a 29 de janeiro de 2026 e de 2 a 6 de fevereiro de 2026, períodos em que a titular do cargo ELIZANAALVES DE SOUZA, CPF XXX.XXX.162-00, número funcional 537448-6, encontrar-se-á em fruição de férias legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, em Palmas, aos 6 dias do mês de janeiro de 2026.

MAURÍCIO PARIZOTTO LOURENÇO

Secretário do Planejamento e Orçamento

PORTARIA SEPLAN Nº 2/GASEC

O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, combinado com o art. 86, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a fruição de 30 (trinta) dias de férias da servidora VIVIAN DIAS DINIZ, número funcional 822880-4, Superintendente de Gestão da Captação de Recursos, a partir de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2026, período aquisitivo 2024/2025, assegurando-lhe o direito de usufruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, em Palmas, aos 6 dias do mês de janeiro de 2026.

MAURÍCIO PARIZOTTO LOURENÇO
Secretário do Planejamento e Orçamento

PORTARIA SEPLAN Nº 3/GASEC

O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 37, §1º, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Designar JOSÉ PEDRO DIAS LEITE, Superintendente da Gestão de Projetos Estruturantes, CPF: XXX.000.XXX-68, número funcional 934784-2, para responder pelo cargo de Secretário Executivo, no período de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2026, período em que o titular do cargo SERGISLEI SILVA DE MOURA, CPF: XXX.000.XXX-34, número funcional 681444-3, encontra-se em fruição de férias legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, em Palmas, aos 6 dias do mês de janeiro de 2026.

MAURÍCIO PARIZOTTO LOURENÇO
Secretário do Planejamento e Orçamento

SECRETARIA DA SAÚDE

PORTARIA DE FISCAL DE CONTRATO Nº 243/2025/SES/GASEC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, nomeado pelo Ato nº 3.232 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6960, em 12 de dezembro de 2025, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, art. 3º, §I, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o art. 58, inc. III c/c art. 67, da Lei nº 8.666 e a Instrução Normativa TCE/-TO nº 3/2024-Pleno, de 15 de abril de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º, da Portaria nº 347/2022/SES/GASEC, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6066, de 8 de abril de 2022, na parte que trata da designação dos servidores para exercerem o cargo de Gestor, Fiscal e Suplente do Contrato nº 35/2022, que passará a ser:

CONTRATO Nº 35/2022
PROCESSO Nº 2022/30550/001617.
EMPRESA: IPANEMA SEGURANÇA
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Serviços de segurança e vigilância armada e desarmada para suprir as demandas das unidades hospitalares do Estado do Tocantins.

| UNIDADES | FISCAL | SUPLENTE | GESTOR |
|--|--|--|--|
| Unidade de Coleta e Transfusão de Porto Nacional | Ana Guilhermina B. Macedo Mat.: 338634-11 | Natalia Kesia Cirqueira Maciel Mat.: 715569-2 | Pollyana Gomes de Souza Mat.: 1093789-3 |

Art. 2º São competências e atribuições do Gestor de contratos, dentre outras:

I - zelar por uma adequada instrução processual, sobre tudo quanto à correta juntada de documentos;

II - manter sob sua guarda os processos de contratação;

III - controlar o saldo do contrato em função dos valores e dos prazos;

IV - controlar o prazo de vigência do contrato, e analisar a solicitação de prorrogação, quando for o caso;

V - encaminhar à unidade de programação orçamentária e financeira até o mês de novembro de cada exercício os pedidos de empenhamento para os contratos ainda em vigor no exercício seguinte;

VI - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

VII - cuidar das questões relativas à prorrogação ou os acréscimos/supressões necessários ao objeto do contrato, por meio de aditivos, junto à unidade requisitante, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas pertinentes;

VIII - comunicar a contratada das eventuais glosas nas faturas, referente aos serviços não prestados;

IX - verificar a regularidade de recolhimento das obrigações tributárias, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

X - aferir as certidões de regularidade fiscal e sua validade dentro do período de pagamento;

XI - zelar para que o início da prestação de serviços e seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

XII - comunicar, formalmente, à área requisitante sobre a necessidade de abertura de nova licitação, com antecedência mínima de 180(cento e oitenta) dias da data de término do contrato;

XIII - conferir e confrontar se os valores referentes às retenções de INSS, IRRF e ISSQN, estão destacados nas faturas/notas fiscais e em conformidade com a respectiva incidência dos devidos objetos contratuais, assim como acompanhar se as retenções foram efetuadas nas contas depósitos vinculadas.

Art. 3º São competências e atribuições do Fiscal de contratos, dentre outras:

I - acompanhar e fiscalizar a execução das cláusulas contratuais;

II - emitir relatório de fiscalização, circunstanciado, quando o objeto da contratação de mandar informações acessórias, do resultado do acompanhamento e da fiscalização da execução do objeto, de maneira concisa e clara, de forma que não parem dúvidas quanto às informações e interpretações ali registradas;

III - anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou de feitos observados;

IV - conferir se o objeto contratado fornecido está no prazo de entrega, nas especificações, nas quantidades estabelecidas e encontram-se de acordo com o instrumento contratual;

V - conferir se a nota fiscal/fatura apresentada pela contratada está de acordo com o cronograma de execução contratual em relação ao mês de referência ou período da prestação de serviços e se está compatível com a descrição do objeto contratado e o valor referente ao cronograma de pagamento mensal;

VI - atestar as notas fiscais/faturas correspondentes à execução dos objetos contratados;

VII - subsidiar em informações o gestor de contratos, em atividades burocráticas administrativas, como vigência contratual, repactuações, reajustes, prorrogações, processos de penalidade, avaliação da qualidade dos serviços, entre outras;

VIII - zelar pela fiel execução do objeto contratado, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais empregados;

IX - dirigir-se ao preposto da contratada para resolver qualquer problema na execução do objeto contratado, notificando por escrito e com prazo para cumprimento, o que for necessário para a regularização das falhas ou fatos observados em desconformidade com as cláusulas contratuais, constando do seu relatório de fiscalização e comunicando o fato ao gestor do contrato;

X - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

XI - indicar ao gestor de contrato eventuais glosas nas faturas, referente aos serviços não prestados;

XII - nos casos de pendência cumprida pela contratada, apresentar formalmente a informação de conclusão da pendência para respaldar a emissão de fatura específica ao objeto pendente;

XIII - exigir da contratada, quando for o caso, o uso de uniforme, crachá e Equipamento de Proteção Individual - EPI's pelos seus funcionários, repassando ao gestor do contrato o seu descumprimento;

XIV - avaliar se o quantitativo de funcionários alocados ao serviço, definidos no contrato, é suficiente para o bom desempenho das atividades, sugerindo e munindo de informações o gestor de contratos para tomada de decisões acerca de supressões ou aumento necessários desse quantitativo;

XV - fiscalizar o cumprimento dos regulamentos internos da SES-TO, bem como das normas e dos procedimentos de segurança e higiene estabelecidos em contrato, quando for o caso;

XVI - acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, disponibilizado pela contratada, destinado à execução do objeto contratado, inclusive quanto à sua qualidade;

XVII - manter cópia do contrato e todos os aditivos (se existentes), do edital da licitação, do projeto básico ou termo de referência, da proposta da contratada, da relação das faturas recebidas e das pagas e das Correspondências entre fiscal e contratada/preposto, para que possa dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, em Palmas, capital do Estado, aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 612/2025/SES/SGPES/DGP/GGP
Republicada para correção

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos, II e IV, da Constituição Estadual, considerando o art. 129, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar Sem Efeito a Portaria nº 592/2025/SES/SGPES/DGP/GGP, de 16 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.966, de 22 de dezembro de 2025, que Designou a servidora GEYSIANE CHAGAS DOS SANTOS, Técnica em Enfermagem, Matrícula nº 1122380/1, CPF: XXX. XXX. 923-07, para responder pela Diretoria de Vigilância de Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis retroativos a 01/12/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 623/2025/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins, e

Considerando que a parceria firmada tem como objeto específico a cessão de pessoal (servidores públicos estaduais efetivos e estabilizados do quadro da saúde), de acordo com a disponibilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, visando apoiar as instituições no desenvolvimento de ações e serviços de saúde voltada ao atendimento dos usuários do SUS;

Considerando que a Constituição Federal, especificamente no seu artigo 196, garante que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”;

Considerando o Decreto Estadual nº 5.282, de 23 de julho de 2015, alterado pelo Decreto Estadual nº 5.303, de 09/09/2015;

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica nº 08/2021, firmado entre a Secretaria Estadual da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de Araguacema/TO;

RESOLVE:

Art. 1º Ceder a partir de 01/01/2026 a 07/04/2026 para à Secretaria Municipal de Saúde de Araguacema/TO, o servidor adiante indicado, integrante do quadro de pessoal desta, com ônus para origem.

| ITEM | NOME | MATRÍCULA | CARGO | CPF |
|------|----------------------------------|-----------|-----------------------|-----------------|
| 01 | CLEITONETT PEREIRA ROCHA CANDIDO | 947997/3 | Técnico em Enfermagem | XXX.XXX. 911-20 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 30 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 624/2025/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos, II e IV, da Constituição Estadual;

Considerando o art. 23, §2º, da Lei nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012;

Considerando o Decreto Estadual nº 5.282, de 23 de julho de 2015, alterado pelo Decreto nº 5.303, de 09 de setembro de 2015;

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2024, celebrado entre a UNIÃO, por intermédio do Ministério da Saúde e o Governo do Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Tocantins, visando à cessão de servidores;

RESOLVE:

Art. 1º Ceder a partir de 01/01/2026 a 31/12/2026, para o Ministério da Saúde, a servidora LILIANNE LAZZAROTTI REIS, Farmacêutico-Bioquímico, Matrícula nº 1019414/2, CPF: XXX.XXX.626-87, com ônus para origem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 30 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 625/2025/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins.

Considerando que as parcerias firmadas tem como objeto específico a cessão de pessoal (servidores públicos estaduais efetivos e estabilizados do quadro da saúde), de acordo com a disponibilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, visando apoiar as instituições no desenvolvimento de ações.

Considerando o Decreto Estadual nº 5.282, de 23/07/2015, alterado pelo Decreto Estadual nº 5.303, de 09/09/2015;

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica nº 08/2025, firmado entre a Secretaria Estadual da Saúde e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE de Miracema do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º Ceder a partir de 01/01/2026 a 31/12/2026, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Miracema do Tocantins, o servidor adiante indicado, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, com ônus para origem:

| ITEM | NOME | MATRÍCULA | CARGO | CPF |
|------|--|-----------|----------|------------------|
| 01 | WELLINGTON JACINTO TEIXEIRA ALVES BRASILEIRO | 625465/5 | Contador | XXX. XXX. 274-34 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 30 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 626/2025/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos, II e IV, da Constituição Estadual, e do disposto no art. 35, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Considerando a Portaria DGRT nº 598, de 05 de maio de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º Remover

A pedido servidor AURELIO COELHO MIRANDA, Enfermeiro, Matrícula nº 1010816/2, CPF: XXX.XXX. 301-20, lotado no Hospital e Maternidade Irmã Rita para o Hospital de Referência de Guaraí, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 30 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 2/2026/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, e do disposto no art. 37 §1º e §2º da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Designar servidor SERGIO LUIS DE OLIVEIRA SILVA, Diretor de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Matrícula nº 515763/1, CPF: XXX. XXX. 853-00, para responder cumulativamente pela Superintendência de Vigilância em Saúde, no período de 05/01/2026 a 19/01/2026, por motivo de férias da servidora, PERCILIANA JOAQUINA BEZERRA DE CARVALHO, Superintendente de Vigilância em Saúde, Matrícula nº 286968/2, CPF: XXX.XXX.593-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 05 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA N 2/2026/SES/GASEC.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, designado pelo Ato Governamental de nº 3.232 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.960, de 12 de dezembro de 2025, consoante o disposto art. 40, inciso XI, da Constituição do Estado.

Considerando a Decisão Autos nº 0059593-20.2025.8.27.2729 a qual determina em suma: "(...) DETERMINO ao requerido ESTADO DO TOCANTINS que viabilize os meios de a criança C. BATISTA RODRIGUES realizar a cirurgia determinada no processo 0058312-29.2025.8.27.2729/TO, evento 13, DECDESPA1 (microcirurgia de laringe e todo o suporte de UTI pediátrica necessário (...));

Considerando a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Considerando os princípios constitucionais de Legalidade, Probidade Administrativa e Eficiência que norteiam a Administração Publica, bem como o Princípio da Instrumentalidade das Formas do Código de Processo Civil.

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar à realização de procedimento licitatório, nos termos do artigo 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021, em atendimento a decisão judicial, visando à contratação da empresa CLÍNICA SAGRADO CORAÇÃO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 14.066.867/0001-54 para a aquisição de MICROCIURURGIA DE LARINGE, no valor de R\$ 710.000,00 (setecentos e dez mil reais), destinado ao atendimento de demanda judicial, referente ao paciente, menor impúbere, C. B. R., contido no bojo do Processo Administrativo nº 2025/30550/0011361.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do Estado, aos 07 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JUNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 3/2026/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos, II e IV, da Constituição Estadual e consoante no disposto no art. 23, §2º, da Lei nº 2.670, de 19 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º REGULARIZAR A LOTAÇÃO do servidor abaixo relacionado na Superintendência de Unidades Hospitalares Próprias, retroativo a 18 de dezembro de 2025.

| ITEM | NOME | MATRÍCULA | CPF | CARGO |
|------|-----------------------------|-----------|------------------|------------------------|
| 01 | SILVIO MARCOS OLIVEIRA LIRA | 896175/1 | XXX. XXX. 251-72 | Auxiliar de Enfermagem |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 05 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 4/2026/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos, II e IV, da Constituição Estadual, considerando o art. 129, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar retroativo a 1º de janeiro de 2026, a Portaria nº 233/2023/SES/SGPES/DGP/GGP, de 11 de maio de 2023 publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.630, de 17 de maio de 2023, que designou a partir de 08 de maio de 2023, para assinar pelo titular da Pasta nos desígnios referentes às Declarações de Início de Exercício e Formulários de Férias, o servidor LUCAS MARTINS DE SENA, Matrícula nº 11678941/3 CPF: XXX.XXX.411-05.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 05 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 5/2026/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento do disposto no art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 1º de janeiro de 2026, para assinar pelo titular da Pasta nos desígnios referentes às Declarações de Início de Exercício e Formulários de Férias, a servidora abaixo relacionada:

| ITEM | NOME | MATRÍCULA | CPF | CARGO |
|------|----------------------------|-----------|------------------|--------------------------------------|
| 01 | ANGELA MARIA COELHO DANTAS | 777654/9 | XXX. XXX. 533-87 | Gerente de Gestão de Pessoas - DAI-1 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 05 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 6/2026/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos, II e IV, da Constituição Estadual, considerando o art. 129, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Excluir o item nº 01 da PORTARIA Nº 606/2025/SES/SGPES/SDGP/GGP, de 22 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.969, de 29 de dezembro de 2025, a servidora abaixo relacionada:

| NOME | CPF | MATRÍCULA | CARGO |
|-----------------------------|------------------|-----------|------------------------|
| FLORIANA DA SILVA GUIMARAES | XXX. XXX. 571-53 | 443844/1 | AUXILIAR DE ENFERMAGEM |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 05 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 7/2026/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, e do disposto no art. 37, §1º e §2º da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora JANAINA FERNANDES DOS SANTOS DE ANDRADE, Diretora de Serviços Administrativos Gerais, Matrícula nº 53111/1, CPF: XXX. XXX. 251-00, para responder cumulativamente pela Superintendência de Gestão Administrativa, no período de 05/01/2026 a 29/01/2026, por motivo de férias da servidora, LAIS REGINA RODRIGUES SANTOS, Superintendente de Gestão Administrativa, Matrícula nº 1280724/1, CPF: XXX. XXX. 551-84.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 05 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 13/2026/SES/SGPES/DGP/GGP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição Estadual, considerando o art. 129, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Designar interinamente à servidora HELOINA OLIVEIRA DA SILVA, Diretora de Gestão da Hemorrede, Matrícula nº 995943/4, CPF: XXX.XXX.911-04, para responder cumulativamente pela Superintendência da Gestão da Hemorrede, a partir de 06 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 06 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

REGIMENTO INTERNO DO GRUPO DE TRABALHO
DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE
DO ESTADO DO TOCANTINS

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 1º O Núcleo de Educação Popular, Participação Social e Equidade (NEPopS-E), e o Grupo De Trabalho e Educação Popular na Saúde (GTEPS), foram criados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), do Tocantins por meio da Portaria nº 449, de 16 de maio de 2024, instituída pela Portaria nº 628/2024/SES/GASEC e atualizada pela Portaria nº 445, de 4 de junho de 2025, com a finalidade de contribuir para a participação popular, a gestão participativa, o controle social, o cuidado, a formação e as práticas educativas em saúde.

Art. 2º Compete ao NEPopS-E promover processos educacionais, práticas pedagógicas e intervenções sociais para a Educação Popular em Saúde, a Participação Social e a Equidade no SUS.

Parágrafo único: O GTEPS está vinculado à Escola Tocantinense do SUS (ETSUS), que faz parte da Superintendência de Gestão Profissional e Educação na Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins.

CAPÍTULO II
DA FINALIDADE E OBJETIVOS

Art. 3º Este Regimento tem como finalidade definir a organização e o funcionamento do GTEPS do NEPopS-E, vinculado à ETSUS, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES/TO).

Art. 4º O GTEPS, possui caráter deliberativo, consultivo e permanente, para implementação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS no estado do Tocantins, por meio da ETSUS.

Art. 5º O GTEPS tem como objetivo implantar e implementar a Política Estadual de Educação Popular em Saúde no SUS/Tocantins, promovendo a participação popular, a gestão participativa, o controle social, o cuidado, a formação e as práticas educativas em saúde.

Art. 6º Política de Educação Popular em Saúde nos municípios do estado do Tocantins, em consonância com a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), fortalecendo e auxiliando a descentralização das ações, a gestão participativa, o controle social e a valorização dos saberes e práticas populares nos territórios.

Art. 7º Cabe ao GTEPS fomentar a articulação entre a PNEPS e a Política de Educação Permanente em Saúde, reconhecendo-as como práticas indissociáveis na qualificação do SUS, de modo a integrar os saberes populares, os processos formativos e os contextos do trabalho em saúde.

Art. 8º Planejar, articular e implementar ações voltadas à equidade e a promoção da saúde, considerando as especificidades de diferentes grupos populacionais e territórios historicamente vulnerabilizados e com dificuldades de acesso aos serviços do SUS.

Parágrafo único - As normas deste Regimento seguirão as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 2.761/2013, que institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Seção I
Dos Membros

Art. 9º O GTEPS será composto por representações de órgãos, Instituições e movimentos sociais do estado do Tocantins conforme art. 3º, da Portaria nº 449, de 16 de maio de 2024, considerando a relevância desses atores para a criação e a consolidação da Política Estadual de Educação Popular em Saúde.

Parágrafo único - As Instituições e movimentos terão assento permanente no Grupo de Trabalho, podendo a composição ser ampliada conforme mapeamento de novos coletivos, redes e comunidades populares estratégicas para o fortalecimento da política.

Seção II
Das Regras de Representação

Art. 10 Os membros serão formalmente nomeados por meio de Portaria elaborada pela ETSUS, sendo as representações descritas nos incisos I a XXVIII deste artigo:

- I - Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES/TO):
- a) Superintendência de Gestão Profissional e Educação na Saúde/SES
- b) Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde - SES/TO
- c) Superintendência de Vigilância em Saúde - SES/TO
- d) Superintendência de Gestão e Acompanhamento Estratégico/SES
- II - Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/Tocantins);
- III - Universidade Federal do Tocantins (UFT);
- IV - Fundação Osvaldo Cruz de Brasília (FIOCRUZ-DF)/Núcleo Angicos;
- V - Escola de Saúde Pública de Araguaína (ESPA);
- VI - Superintendência do Ministério da Saúde do Tocantins (MS/TO);
- VII - Secretaria de Povos Originários do Tocantins (SEPOT/ Tocantins);
- VIII - Distrito Sanitário Especial Indígena Tocantins (DSEI/TO);
- IX - Articulação Nacional de Educação Popular e Saúde do Tocantins (ANEPS/TO);
- X - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Tocantins (MST/TO);
- XI - Conselho Estadual de Saúde do Tocantins (CES/TO);
- XII - Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB);
- XIII - Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares do estado do Tocantins (FETAET);
- XIV - Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- XV - Associação de Desenvolvimento e Prevenção dos Rios Araguaia e Tocantins - (ADPRATO);

XVI - Articulação de Mulheres Negras e Quilombolas no Tocantins (ALAGBARA);

XVII - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO);

XVIII - Associação das Travestis e Transexuais do Estado do Tocantins (ATRATO);

XIX - Associação Tocantinense dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias (ATACOM/TO);

XX - Movimento Estadual de Direitos Humanos (MEDH);

XXI - Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins (ARPIT);

XXII - Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI);

XXIII - Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE);

XXIV - Coletivo Feminista de Mulheres Negras do Tocantins - Ajunta Preta;

XXV - Casa 8 de Março;

XXVI - Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT;

XXVII - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB);

XXVIII - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO).

Parágrafo único - A representação da SES/TO, conforme o inciso I, será composta por quatro membros, indicados pelas Superintendências de Gestão Profissional e Educação na Saúde, Políticas de Atenção à Saúde, Vigilância em Saúde e Gestão e Acompanhamento Estratégico.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Art. 11 O GTEPS realizará reuniões ordinárias bimestralmente de forma híbrida (presencial e remota), sempre na terceira semana de cada mês e as reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo (a) Coordenador (a) ou por solicitação da maioria simples.

Parágrafo único - As reuniões extraordinárias poderão ser solicitadas pelos membros do GTEPS com, pelo menos, quinze dias de antecedência.

Art. 12 Cada Instituição, movimento social, organização não governamental ou segmento da sociedade civil organizada deverá indicar formalmente seu representante titular e suplente no GTEPS.

Parágrafo único - As Instituições terão cadeira permanente desde que mantenham o interesse de colaboração mútua, a contar da publicação da nomeação da Portaria que designa a composição do GTEPS.

Art. 13 O GTEPS será composto por um representante titular e um suplente de cada órgão, entidade, Instituição, organização, movimento popular ou social, ou grupo indicado nos incisos I a XXVIII, do artigo 10, deste Regimento.

Art. 14 A ausência injustificada em três reuniões seguidas ou quatro alternadas no ano resultará na imediata notificação ao órgão ou organização para substituição de seu representante.

Art. 15 Quando o(a) representante titular não puder participar das reuniões, caberá ao(a) suplente representá-lo(a), salvo motivo de força maior cuja natureza será apreciada pela Coordenação do GTEPS para validação da presença nos moldes do art. 14 deste regimento.

Art. 16 A Coordenação do GTEPS terá o apoio de servidores com atribuições de técnico administrativo vinculado ao NEPopS-E para desempenho de suas funções, sendo este designado pelo Coordenador do Grupo de Trabalho (GT), de forma discricionária.

Art. 17 O GTEPS deliberará sobre os assuntos em pauta com a presença mínima de um quarto (¼) das representações, sejam titulares ou suplentes.

Art. 18 As reuniões do GTEPS seguirão a seguinte rotina:

I - Verificação da presença do(a) coordenador(a) e, em sua ausência, condução da reunião pelo(a) suplente;

II - Confirmação do quórum mínimo de ¼ dos membros do GTEPS, caso não seja atingido a reunião será redesignada para data posterior.

III - Leitura e aprovação da pauta;

IV - Leitura do relatório da reunião anterior;

V - Informes gerais dos representantes;

VI - Discussão dos assuntos em pauta, com registro das sugestões e deliberações.

VII - As reuniões são espaços de presença aberta aos convidados e demais interessados nas ações desenvolvidas pelo GTEPS;

VIII - As reuniões devem ocorrer na modalidade híbrida (presencial e remota) ampliando a participação dos membros e convidados;

IX - Têm direito a voz todos os representantes titulares e/ou suplentes das Instituições que compõem o GTEPS e convidados;

X - As deliberações serão aprovadas por maioria simples das representações presentes;

XI - Leitura e aprovação do relatório por maioria simples dos presentes.

Art. 19 Após o encerramento das discussões e a apresentação das sugestões, todas as deliberações serão registradas em relatório.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DO GTEPS

Art. 20 Compete ao GTEPS:

I - Apoiar o NEPopS-E no desenvolvimento de ações e práticas participativas e inclusivas, orientadas pelos princípios da educação popular em saúde;

II - Apoiar a implementação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS no Tocantins;

III - Apoiar a criação e implementação da Política Estadual de Educação Popular em Saúde no SUS do Tocantins;

IV - Apoiar o NEPopS-E na articulação com gestores, trabalhadores do SUS, educadores, universidades, controle social, movimentos sociais e atores sociais, visando fortalecer a educação popular em saúde nos espaços de formação, gestão, atenção à saúde e nos diversos territórios;

V - Apoiar a inclusão dos saberes populares e das práticas tradicionais no desenvolvimento de políticas de saúde do estado, fortalecendo o diálogo entre gestores, trabalhadores do SUS e a comunidade;

VI - Apoiar a construção de espaços de aprendizagem dialógica, onde as comunidades possam discutir e refletir sobre os problemas que afetam sua saúde e propor soluções baseadas em suas experiências;

VII - Levantar as necessidades e demandas de ofertas de formação e qualificação de trabalhadores do SUS e da comunidade, com vistas à melhoria da qualidade de vida e das práticas da educação popular em saúde no Tocantins;

IX - Elaborar ações e projetos em conjunto sob a Coordenação do NEPopS-E para financiamento e atender as necessidades na diversidade dos diferentes territórios;

X - Adotar o princípio da equidade no planejamento e execução das ações, assegurando que populações vulnerabilizadas como indígenas, quilombolas, ribeirinhas, população negra, tradicionais, periféricas e outras, sejam priorizadas nas estratégias de educação popular em saúde;

XI - Apoiar o planejamento e execução de ações formativas, cursos, oficinas e vivências para qualificar trabalhadores da saúde e atores sociais na perspectiva da educação popular, integrando saberes acadêmicos e conhecimentos populares;

XII - Monitorar e avaliar a implementação da PNEPS-SUS do Tocantins para qualificar a atuação nos territórios de forma dialógica, participativa e coletiva;

XIII - Divulgar as ações de educação popular em saúde desenvolvidas nos territórios.

CAPÍTULO VI DA COORDENAÇÃO

Seção I Da Coordenação Geral

Art. 21. De acordo com o art. 4º, da Portaria nº 449/2024, a Secretaria de Estado da Saúde - SES/TO, por meio da Diretoria da ETSUS, será responsável pela Coordenação do Grupo de Trabalho do NEPopS-E no Tocantins.

Art. 22. São atribuições do Coordenador do GTEPS:

I - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - Despachar expedientes e assinar documentos do GTEPS;

III - Dirigir os trabalhos do GTEPS;

IV - Comunicar a destituição dos representantes do GTEPS quando exceder as faltas não justificadas;

V - Assessorar o GTEPS com relação às diretrizes da ETSUS e da Secretaria de Estado da Saúde;

VI - Propor que a educação popular em saúde esteja incorporada nas diretrizes e ações da gestão do SUS no Tocantins, influenciando planos, programas e estratégias do setor saúde;

VII - Propor que as ações de Educação Permanente em Saúde estejam alinhadas aos princípios da Educação Popular em Saúde;

VIII - Coordenar o plano de trabalho do GTEPS a partir das prioridades, estratégias e metas deliberadas;

IX - Representar o GTEPS junto à ETSUS, à Secretaria de Estado da Saúde, aos gestores públicos e demais instâncias do SUS, assegurando que a Educação Popular em Saúde seja pauta estratégica;

X - Estabelecer parcerias com movimentos sociais, organizações da sociedade civil e comunidades locais com a finalidade de fortalecer o diálogo entre os saberes populares e os saberes técnico-científicos, promovendo a construção compartilhada de políticas e práticas de saúde culturalmente referenciadas, territorialmente contextualizadas e socialmente comprometidas com a equidade e a participação popular no SUS;

XI - Desenvolver processos educacionais que mobilizem a participação ativa da população no controle social para fortalecer a cidadania, a gestão democrática e a atuação popular na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de saúde.

XII - Articular, estimular e auxiliar a organização e condução de projetos e programas de educação popular em saúde.

Seção II Da Secretaria Executiva

Art. 23. São atribuições da Secretaria Executiva:

I - Organizar e secretariar as reuniões;

II - Receber, analisar e dar encaminhamento às correspondências, e-mails e demandas pertinentes ao GETPS;

III - Providenciar a convocação das reuniões e a divulgação das respectivas pautas;

IV - Elaborar o relatório das reuniões com supervisão e aprovação do coordenador;

V - Receber e arquivar documentos;

VI - Encaminhar documentos com anuência da Coordenação do GTEPS;

VII - Publicizar e encaminhar o relatório aos membros do GTEPS.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 A ETSUS, por meio da Superintendência de Gestão Profissional e Educação na Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, deve garantir a infraestrutura, os recursos materiais e a equipe necessária para o funcionamento do GTEPS;

Art. 25 Os custos com passagens, traslados, alimentação e hospedagem para membros do GTEPS em reuniões/encontros/eventos exclusivamente presenciais poderão ser cobertos pela ETSUS, conforme disponibilidade de recursos ou necessidade;

Art. 26 A atuação dos membros do GTEPS no âmbito da SES/TO não será remunerada e seu exercício será considerado serviço de relevância pública;

Art. 27 Os casos omissos neste Regimento Interno serão dirimidos pela Coordenação do GTEPS com apoio do GTEPS e da direção da ETSUS.

Art. 28 Esse Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, em Palmas, capital do Estado, aos 15 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PROCESSO Nº: 2025/30550/010074

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
1/2026/SES/GASEC/SESAU**

O Estado do Tocantins, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO TOCANTINS, inscrita no CNPJ sob o número 25.053.117/0001-64, neste ato representada pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde, CARLOS FELINTO JÚNIOR, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, designado pelo Ato Nº 3.232 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 6.960, em 12 de dezembro de 2025, adiante designada simplesmente DEVEDORA, celebra o presente instrumento, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A DEVEDORA reconhece expressamente, na forma do disposto nos arts. 62 e 63, §1º e §2º, incisos I e III da Lei Federal Nº 4.320/64, que deve a empresa PORTO IMAGEM DIAGNÓSTICOS MÉDICOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº 21.168.647/0001-05, o valor de R\$ 829.881,40 (oitocentos e vinte e nove mil e oitocentos e oitenta e um reais e quarenta centavos), em face da prestação de serviços de imagenologia com finalidade de diagnóstica, os quais foram realizados entre os períodos de junho a outubro de 2025 para os pacientes atendidos no Hospital Regional de Porto Nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA - Por fim, destaca-se que consta nos autos informação de abertura de Processo de Representação Nº 2025/30550/010682, a fim de apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao Reconhecimento da Dívida, em virtude da falta de cobertura contratual para a realização do fornecimento, nos termos do art. 149 da Lei Nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 37 da Lei Federal Nº 4.320 17 de março de 1964.

CLÁUSULA TERCEIRA - Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas para dirimir qualquer litígio.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do estado, aos 8 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/2022

Republicado para correção

PROCESSO PRINCIPAL Nº 2022/30550/012132

PROCESSO ADITIVO Nº 2023/30550/001018

CONTRATO Nº 181/2022

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde - SES

CONTRATADA: UNI-SOS Emergências Médicas LTDA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto as seguintes alterações contratuais: Fica rerratificado o Contrato em epígrafe, especificamente o 6º Termo Aditivo de Reajuste, assinado em 1º de julho de 2025, em razão de erro material identificado na elaboração da memória de cálculos referente aos períodos de outubro de 2022 a setembro de 2023 e de outubro de 2023 a setembro de 2024. Verificou-se que não foi considerado o acréscimo decorrente da regularização da inclusão dos meses com 31 (trinta e um) dias, necessário para a totalização da prestação do serviço pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anuais, conforme estabelecido no 4º Termo Aditivo de Acréscimo, assinado em 12 de março de 2025. Ressalta-se que fora concedido o reajuste no valor pecuniário de R\$ 212.205,60 (duzentos e doze mil duzentos e cinco reais e sessenta centavos), quando o correto seria o valor de R\$ 221.493,46 (duzentos e vinte e um mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos). Em razão disso, constata-se a ausência da inclusão do valor pecuniário de R\$ 9.287,86 (nove mil duzentos e oitenta e sete reais e oitenta e seis centavos) referente ao reajuste, conforme as considerações apresentadas a seguir:

Onde se lê:

O presente instrumento tem como objeto a alteração do Contrato nº 181/2022, conforme considerações abaixo: Fica o Contrato em epígrafe reajustado com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), no valor de R\$ 199.921,50 (cento e noventa e nove mil novecentos e vinte e um reais e cinquenta centavos).

Leia-se:

O presente instrumento tem como objeto a alteração do Contrato nº 181/2022, conforme considerações abaixo: Fica o Contrato em epígrafe reajustado com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), no valor de R\$ 221.493,46 (duzentos e vinte e um mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos).

O presente instrumento tem como objeto também a prorrogação do prazo de vigência do Contrato, pelo período de 12 (doze meses). Referente à contratação em caráter complementar de Empresa Especializada na prestação de serviços de remoção terrestre de pacientes adultos, pediátricos, lactentes e neonatos, conforme necessidade da Secretaria Estadual de Saúde, de forma regulada por meio da Central Estadual de Regulação, através da disponibilização de ambulâncias tipo "B" (Suporte Básico), com toda infraestrutura e recursos humanos necessários, com cobertura 24 horas, 7 dias por semana destinados a atender os pacientes das unidades Hospitalares do Estado do Tocantins. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.1165.4540.

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39

FONTE: 500.1002.102; 600.0000.250;

VALOR: R\$ 2.408.365,88 (dois milhões quatrocentos e oito mil trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)

VIGÊNCIA: 29/12/2025 a 29/12/2026

DATA DA ASSINATURA: 29/12/2025

SIGNATÁRIOS:

Carlos Felinto Júnior - P/CONTRATANTE.

UNI-SOS Emergências Médicas LTDA - P/CONTRATADA.

**EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 144/2023**

PROCESSO PRINCIPAL Nº 2023/30550/009078

PROCESSO ADITIVO Nº 2024/30550/008418

CONTRATO Nº 144/2023

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde - SES

CONTRATADA: Rcore Insumos Médicos LTDA.

OBJETO: O presente instrumento tem como objeto rerratificar a "CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO", referente ao 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 144/2023, uma vez que fora reservado o saldo no valor de R\$ 129.574,50 (cento e vinte e nove mil quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos) de forma equivocada conforme SOLICITAÇÃO DE COMPRAS - SERVIÇOS/MATERIAIS -2908/2025/SES/SGFD/DGRSCCF/GEO, acostada ao SGD: 2025/30559/206437, posteriormente fora feito uma nova reserva de saldo constando o valor anual do contrato corrigido no valor de R\$ 129.747,50 (cento e vinte e nove mil setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme SOLICITAÇÃO DE COMPRAS - SERVIÇOS/MATERIAIS -5628/2025/SES/SGFD/DGRSCCF/GEO, acostado ao SGD: 2025/30559/390062, e considerações abaixo:

Onde-se lê:

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato o valor mensal de R\$ 10.797,88 (dez mil setecentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos), totalizando o valor anual de R\$ 129.574,50 (cento e vinte e nove mil quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Leia-se:

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato o valor mensal de R\$ 10.812,29 (dez mil, oitocentos e doze reais e vinte e nove centavos), totalizando o valor anual de R\$ 129.747,50 (cento e vinte e nove mil e setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 06/01/2026

SIGNATÁRIOS:

Carlos Felinto Júnior - P/CONTRATANTE.

Rcore Insumos Médicos LTDA - P/CONTRATADA.

**EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO
Nº 1/2026/SES/GASEC**

Trata o presente de Termo de Apostilamento de Reajuste ao Contrato Administrativo nº 122/2023, firmado entre a Secretaria de Saúde do Tocantins e a empresa, CONTROL LAB CONTROLE DE QUALIDADE P LABORATORIOS LTDA, de acordo com o constante nos Autos do respectivo Processo, com o objetivo de reajustar o valor do Contrato, em observância às normas legais aplicáveis, às quais as partes sujeitam-se a cumprir.

PROCESSO PRINCIPAL Nº 2020/30550/007595

PROCESSO ADITIVO Nº 2024/30550/008379

OBJETO DO TERMO DE APOSTILAMENTO: O presente apostilamento tem como objeto a alteração do valor contratual, em razão do reajuste, conforme memória de cálculo produzido nos autos do Processo 2024/30550/008379, às fls. 353/357.

Fica o Contrato nº 122/2023 reajustado conforme abaixo:

A) Fica reconhecido o valor retroativo aberto acumulado referente à aplicação do reajuste, correspondente ao montante de R\$ 7.030,72 (sete mil trinta reais e setenta e dois centavos), decorrente do percentual de 4,424740%, relativo ao período de cálculo de outubro de 2023 a setembro de 2024, com reflexo financeiro a partir de outubro de 2024.

B) No 1º reajuste, o percentual aplicado é de 4,424740%, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, referente ao período de outubro de 2023 a setembro de 2024, resultando no valor de R\$ 7.030,72 (sete mil trinta reais e setenta e dois centavos), com reflexo financeiro a partir de outubro de 2024.

C) No 2º reajuste, o percentual aplicado é de 5,172370%, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, referente ao período de outubro de 2024 a setembro de 2025, resultando no valor de R\$ 8.581,36 (oito mil quinhentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos), com reflexo financeiro a partir de outubro de 2025.

D) No 3º reajuste, o percentual aplicado é de 5,172370 %, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, referente ao período de outubro de 2024 a setembro de 2025, resultando no valor de R\$ 15.612,08 (quinze mil seiscentos e doze reais e oito centavos), valor este resultante da soma dos valores decorrentes do 2º e do 3º reajustes, com reflexo financeiro a partir de outubro de 2025. E) O valor retroativo aplicado corresponde ao percentual de 5,172370%, incidente sobre o total acumulado do contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE. Em decorrência da soma dos reajustes, o montante acumulado perfaz R\$ 22.642,80 (vinte e dois mil seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos). Assim, o valor anual do contrato, anteriormente fixado em R\$ 158.898,36 (cento e cinquenta e oito mil oitocentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos), passa a ser de R\$ 174.510,44 (cento e setenta e quatro mil quinhentos e dez reais e quarenta e quatro centavos), com reflexo financeiro a partir de outubro de 2025.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.305.1165.4534

FONTE: 1.600.0000.251

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39

DATA DA ASSINATURA: 6/1/2026

SIGNATÁRIO:

CONTROL LAB CONTROLE DE QUALIDADE P LABORATORIOS LTDA.
CARLOS FELINTO JÚNIOR - P/CONTRATANTE.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL Nº 02/2025
PROCESSO Nº 2022/30550/010424

PARTÍCIPES: Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Saúde, e EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A - UNOPAR POLO GUARÁÍ.

OBJETO: A inclusão do Polo de Guarai/TO, de responsabilidade da Instituição de Ensino, no âmbito do Termo de Cooperação Institucional nº 16/2022, possibilitando a participação de seus alunos nos estágios estudantis supervisionado e atividades de aprendizagem em Serviço nas Unidades de Saúde e setores da Secretaria de Estado da Saúde.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2025

VIGÊNCIA: 06/03/2028

SIGNATÁRIOS:

CARLOS FELINTO JUNIOR - Secretário de Estado da Saúde.

GUSTAVO ALVES PIRES - Representante Legal

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO
NA SAÚDE****PORTARIA Nº 622/2025/SES/SGPES/DGP/GGP**

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante, a PORTARIA Nº 480/2023/SES/SGPES/DGP/GGP, de 21 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.420, com fundamento no disposto no art. 86, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias no período 05/01/2026 a 16/01/2026, para o servidor CARLOS ALBERTO BRITO DOS SANTOS, Superintendente Executivo do Fundo Estadual de Saúde, Matrícula Nº 1189794/1, CPF: XXX.XXX.901-25, lotado na Superintendência Executiva do Fundo Estadual de Saúde, relativa ao período aquisitivo 2023/2024, prevista para o período de 07/10/2024 a 18/10/2024, suspensa pela Portaria 401/2024/SES/SGPES/DGP/GGP de 10 de setembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 6.654, de 12 de setembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do estado, aos 30 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

LEIDE IDAINE BARROS DA SILVA

Superintendente de Gestão Profissional e Educação na Saúde.

PORTARIA Nº 1/2026/SES/SGPES/DGP/GGP

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante, a PORTARIA Nº 480/2023/SES/SGPES/DGP/GGP, de 21 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 6.420.

RESOLVE:

Art. 1º Suspender por necessidade do serviço, as férias da servidora, ANA PAULA MACHADO SILVA, Assistente de Serviços de Saúde, Matrícula Nº 1163140/1, CPF: XXX.XXX.201-37 período aquisitivo 2024/2025, Previstas 05/01/2026 a 24/01/2026, assegurando-lhe o direito de fru-las em data oportuna.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, capital do Estado, aos 05 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

LEIDE IDAINE BARROS DA SILVA

Superintendente de Gestão Profissional e Educação na Saúde.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 2025/30550/009297

CREDENCIAMENTO Nº: 003/2025

INTERESSADO: Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde

SGD: 2026/30559/001332

JULGAMENTO Nº 1/2026/SES/SCL

ASSUNTO: Credenciamento de empresa especializada na prestação dos serviços de imagenologia (Tomografia computadorizada, Radiologia Convencional, Ressonância Magnética, Mamografia, Ultrassonografia, Colonoscopia, Endoscopia, Ecodoppler Transcraniano e Densitometria), conforme Tabela SIGHTAP, com capacidade de atendimento adequado, equipamentos específicos, profissionais, estrutura física e material adequados para atender Municípios referenciados, de acordo com a PPI (Programação Pactuada e Integrada) e as Unidades Assistenciais de Saúde que estão sob gestão do Estado do Tocantins, conforme especificações técnicas contidas Termo.

O presente credenciamento se enquadra na hipótese do inciso I do art. 79 da Lei 14.133 de 2021; 1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, com base no artigo 79 da Lei Nº 14.133/2021 e nos critérios estabelecidos no Edital do CREDENCIAMENTO Nº 003/2025, profere o resultado de julgamento da empresa HABILITADA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, com base no artigo 79 da Lei Nº 14.133/2021 e nos critérios estabelecidos no Edital do CREDENCIAMENTO Nº 003/2025, HOMOLOGA o cadastro de instituição privada (com ou sem fins lucrativos), de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Tocantins interessada em ofertar o objeto descrito no Edital.

Empresa credenciada para o LOTE 5 - GRUPO 1 e LOTE 5 - GRUPO 2:
Lote 5 - Grupo 1 - Cerrado
Lote 5 - Grupo 2 - Cerrado - Rede Hospitalar

IMD TOCANTINS LTDA
CNPJ: 41.202.173/0001-70

O valor a ser pago a credenciada será de acordo com o previsto no Edital.

Palmas, capital do estado, aos 06 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

THIAGO BORGES SILVA
Agente de Contratação

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

PROCESSO Nº: 2025/30550/001737
CREDENCIAMENTO Nº: 003/2025
INTERESSADO: Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde
SGD: 2026/30559/002163

JULGAMENTO Nº 2/2026/SES/SCL

ASSUNTO: Credenciamento de empresa especializada na prestação dos serviços de imagenologia (Tomografia computadorizada, Radiologia Convencional, Ressonância Magnética, Mamografia, Ultrassonografia, Colonoscopia, Endoscopia, Ecodoppler Transcraniano e Densitometria), conforme Tabela SIGTAP, com capacidade de atendimento adequado, equipamentos específicos, profissionais, estrutura física e material adequados para atender Municípios referenciados, de acordo com a PPI (Programação Pactuada e Integrada) e as Unidades Assistenciais de Saúde que estão sob gestão do Estado do Tocantins, conforme especificações técnicas contidas Termo.

O presente credenciamento se enquadra na hipótese do inciso I do art. 79 da Lei 14.133 de 2021; 1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, com base no artigo 79 da Lei Nº 14.133/2021 e nos critérios estabelecidos no Edital do CREDENCIAMENTO Nº 003/2025, profere o resultado de julgamento da empresa HABILITADA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, com base no artigo 79 da Lei Nº 14.133/2021 e nos critérios estabelecidos no Edital do CREDENCIAMENTO Nº 003/2025, HOMOLOGA o cadastro de instituição privada (com ou sem fins lucrativos), de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Tocantins interessada em ofertar o objeto descrito no Edital.

Empresa credenciada para o LOTE 6 - GRUPO 1:
Lote 6 - Grupo 1 - Cantão

CLIMA - CLINICA DE RADIOLOGIA E OROPEDIA LTDA
CNPJ: 31.083.814/0001-60

O valor a ser pago a credenciada será de acordo com o previsto no Edital.

Palmas, capital do estado, aos 07 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

THIAGO BORGES SILVA
Agente de Contratação

CARLOS FELINTO JÚNIOR
Secretário de Estado da Saúde

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90153/2025 Site: www.comprasgovernamentais.gov.br

A Secretaria de Estado da Saúde torna público que foi suspensa "Sine Die", a data da abertura do certame acima, que tem por objeto a aquisição por sistema de consignação de órtese e prótese e materiais especiais - OPME para os serviços da especialidade de cirurgia neurovascular, padronizados destinados aos hospitais do Estado. A suspensão ocorre para responder pedidos de impugnação. (Processo nº 2025/30550/002825).

Palmas, capital do estado, aos 7 (sete) dias do mês de janeiro do ano de 2026.

DANILO VELÔSO OLIVEIRA
Superintendente da Central de Licitação respondendo interinamente

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PORTARIA - SETAS Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2026.

A SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, com fulcro no art. 86 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora Lilian Praigida Feitosa, ocupante do cargo de Auxiliar administrativo, nº funcional 37233-1, CPF nº XXX. XXX.011-08, para responder pela Gerência de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, no período de 5 de janeiro de 2026 a 22 de janeiro de 2026, devido à fruição de férias da titular, Katilvânia de Souza Guedes, nº funcional 1274180-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETAS, em Palmas - TO, aos 5 (cinco) dias do mês de janeiro de 2026.

CLEIZENIR DIVINA DOS SANTOS
Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social

ADAPEC

PORTARIA Nº 01, DE 06 DE JANEIRO DE 2026.

O Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inciso XI, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 6.384, de 4º de janeiro de 2022, c/c art. 42, §1º, inciso II da Constituição do Estado e, ainda, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133, de 01.04.2021;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento de fiscal para todos os contratos públicos;

CONSIDERANDO que os atos de gestão devem sempre ser fiscalizados;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições legais, exercerem o encargo de Gestor e Fiscais Setoriais (Titular e Suplente) do instrumento contratual, conforme segue:

Processo Central nº 2025 23000 002376, Contrato nº 384/2025/GEDEC/SECAD, vinculado ao processo de Execução Contábil nº 2025 34430 001243, firmado com a empresa SANCETUR SANTA CECILIA TURISMO LTDA, CNPJ nº 69.144.434/0001-61.

Fiscal Titular: Rosiane Teixeira Araujo, Mat. 11234903-1

Suplente: Vanderlúcia Vanderlei Veloso Sousa, Mat. 1072544-11

Gestor: Natalia Luiza de Oliveira, Mat. 11887451-2

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar, através de relatório, ao Gestor do Contrato para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 120 dias do final da vigência;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento;

X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

XI - Comunicar ao Gestor do Contrato, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade pela contratada;

XII - Anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

XIII - O Fiscal Suplente atuará como Fiscal do Contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

Art. 3º Revoga a Portaria Nº 252, de 29 de agosto de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

RODRIGO ROCHAEL GUERRA

Presidente

PORTARIA Nº 02, DE 06 DE JANEIRO DE 2026.

O Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS no uso das suas atribuições legais e com fulcro no art. 2º, incisos XI e XIII, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 3.481, de 1º de setembro de 2008, RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR a servidora CLAUDIA COSTA E SOUSA MARTINS, nº funcional: 712805-5, cargo: Assistente Administrativa, para responder pela Gerência de Gestão de Pessoas, em substituição do titular Susane Amaral Terra, nº funcional: 895390-6, no período de férias compreendido entre 05/01/2026 a 26/01/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

RODRIGO ROCHAEL GUERRA

Presidente

PORTARIA Nº 04, DE 06 DE JANEIRO DE 2026.

O Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS no uso das suas atribuições legais e com fulcro no art. 2º, incisos XI e XIII, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 3.481, de 1º de setembro de 2008, RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR a servidora RITA DE CASSIA RODRIGUES AGUIAR, nº funcional: 625519-3, cargo: Inspectora de Defesa Agropecuária, para responder pela Delegacia Regional de Serviços de Porto Nacional, em substituição da titular Elzirene de Carvalho de Araújo, nº funcional: 186871-2, no período de férias compreendido entre 05/01/2026 a 03/02/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

RODRIGO ROCHAEL GUERRA

Presidente

AGETO

ORDEM DE SERVIÇO

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO, nomeado através do ATO Nº 3.619 - NM, Diário Oficial Nº 6.969, de 29 de dezembro de 2025 no uso das atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, Incisos I e IV, da Constituição Estadual, por meio da DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA autoriza a empresa CONSÓRCIO CONTRUPONTES, a dar início a execução da construção de pontes padrão em Jaú do Tocantins - Rio Limoeiro Estado do Tocantins, em conformidade com o edital, projeto básico e seus anexos, objeto do contrato nº 0061/2025.

O prazo de execução do contrato será contado a partir da emissão desta O.S.

Palmas - TO, 30 de dezembro de 2025.

Eng. MAX RODRIGO BARBOSA SOUZA
Superintendente de Gestão Operacional

Eng. TÚLIO PARREIRA LABRE
Presidente - Ordenador

ORDEM DE SERVIÇO

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO, nomeado através do ATO Nº 3.619 - NM, Diário Oficial Nº 6.969, de 29 de dezembro de 2025 no uso das atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, Inciso I e IV, da Constituição Estadual, por meio da DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA autoriza a empresa CONSÓRCIO CONTRUPONTES, a dar início a execução da construção de pontes padrão em Santa Fé do Araguaia - Rio Cabiruru estado do Tocantins, em conformidade com o edital, projeto básico e seus anexos, objeto do contrato nº 0062/2025.

O prazo de execução do contrato será contado a partir da emissão desta O.S.

Palmas - TO, 30 de dezembro de 2025.

Eng. MAX RODRIGO BARBOSA SOUZA
Superintendente de Gestão Operacional

Eng. TÚLIO PARREIRA LABRE
Presidente - Ordenador

ORDEM DE PARALISAÇÃO DE SERVIÇOS

O VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO DA AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO, nomeado através do Ato nº 3.311 - NM, e designado através do Ato nº 3.312 - DSG, Diário Oficial nº 6.961, de 15 de dezembro de 2025, a responder interinamente pela Ageto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, por meio da SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, com base no parágrafo único, art. 8º da Lei nº 8.666/93, paralisa temporariamente a partir da data de 1º de novembro de 2025 os serviços da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PIER, ESTACIONAMENTO E QUIOSQUE NO LAGO DO PROJETO MANOEL ALVES, município de DIANÓPOLIS - TO, objeto do contrato de nº 00011/2024, firmado com a empresa CONSTRUTORA JARDIM LTDA.

Justificativa: Em atendimento ao Ofício nº 018/2024 - SGD 2025/38969/066046 da empresa contratada em que solicita a paralisação dos serviços a partir da data de 1º de novembro de 2025 até a conclusão da readequação da obra.

Palmas-TO, 19 de dezembro de 2025.

ENG. TULIO PARREIRA LABRE
Vice-Presidente Executivo - Ordenador

ENG. CIVIL CANDIDO F. COLINO JR.
Superintendente de Obras Públicas

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003807

PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO

PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Abreulândia

OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.

DATA DE ASSINATURA: 06/01/2026;

SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Manoel Francisco de Moura

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003825

PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO

PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis

OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.

DATA DE ASSINATURA: 06/01/2026;

SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Wanderly dos Santos Leite

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003814

PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO

PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Angico

OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.

DATA DE ASSINATURA: 06/01/2026;

SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Cleofan Barbosa Lima

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003813

PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO

PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Aparecida do Rio Negro

OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2025;

SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Deusimar Pereira de Amorim

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003809

PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO

PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Araguacema

OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.

DATA DE ASSINATURA: 06/01/2026;

SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Marcus Vinicius Moraes Martins

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003881

PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO

PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Arraias

OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.

DATA DE ASSINATURA: 06/01/2026;

SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Herman Gomes de Almeida

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003858
PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins
OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.
DATA DE ASSINATURA: 06/01/2026;
SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Lucilene Gomes de Brito Almeida

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003886
PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins
OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2025;
SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Elton Moreira Alves

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003831
PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Crixás - TO
OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2025;
SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Ana Flávia Alves Monteiro

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003880
PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Tocantins
OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2025;
SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Geciran Saraiva Silva

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003877
PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Dueré - TO
OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2025;
SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Silverio Taurino da Rocha de Moreira

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003916
PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Figueirópolis - TO
OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2025;
SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/José Fontoura Primo

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003950
PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Lavandeira - TO
OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2025;
SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Dennisson Péricles Pereira Almeida

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003945
PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Monte do Carmo - TO
OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2025;
SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Silverio Rubens da Paixão Pereira Amaral

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003954
PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Tocantins
OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2025;
SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Pedro Henrique Arruda Noleto

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003901
PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Praia Norte
OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.
DATA DE ASSINATURA: 06/01/2026;
SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Bruna Gabrielle Neves Pires de Araújo

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003925
PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Rio dos Bois - TO
OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2025;
SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Joel Alves Rufino

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2025/38960/003911
PARTICIPE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO
PARTICIPE: Prefeitura Municipal de Talismã - TO
OBJETO: Realização de obras, restauração, manutenção, conservação, sinalização, serviços de engenharia e outros em vias e travessias urbanas e de demais equipamentos públicos no âmbito do município, bem como a cessão de maquinários e de outros bens públicos.
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2025;
SIGNATÁRIOS: Túlio Parreira Labre/Flávio Moura de França

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.032/2025

A Presidente da Comissão de Contratação da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura torna público o Resultado da Concorrência Eletrônica nº 90.032/2025, Processo Administrativo nº 2025/27000/011943, que tem por objeto a reforma geral, construção de passarela, reforma dos banheiros, reforma das salas de aula e setor administrativo, pintura geral, manutenção do telhado, implantação da guarita padrão, troca de todas as esquadrias e reforma geral elétrica do colégio militar do estado do Tocantins La Salle, localizada no município de Augustinópolis - TO.

P. P. A CONSTRUÇÕES LTDA- CNPJ: 24.359.682/0001-91

O valor total adjudicado de R\$ 3.236.365,00 (três milhões, duzentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais).

O resultado completo encontra-se disponível no site: www.gov.br/compras.

Palmas -TO, 06 de janeiro de 2026.

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA
Presidente da Comissão de Contratação

ATI

PORTARIA ATI Nº 3/2026/GABPRES/ATI, DE 06/01/2026.

O VICE-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, c/c o art. 10, parágrafo único da Lei 3.421, de 8 de março de 2019, e art. 37, §1º e §2º da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor GILBERTO CAETANO DE ANDRADE, Número Funcional 859970-2, Analista em Tecnologia da Informação, para responder pela Gerência de Redes e Comunicação, durante os impedimentos ou afastamentos de seu titular EDIVAL MITTESTAD MARTINS DE SOUSA, Número Funcional 952725-2, no período de 05/01/2026 a 19/01/2026.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Agência de Tecnologia da Informação, em Palmas, aos 06/01/2026.

WAGNER LUIZ DE CASTRO SILVA
Vice-Presidente Executivo da Agência de Tecnologia da Informação

DETRAN

PORTARIA Nº 12/2026/GABPRES

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO TOCANTINS - DETRAN/TO, no uso de suas atribuições legais, conforme o que consta no art. 42, §1º, da Constituição do Estado, consoante o disposto no Ato Nº 3.257 - NM, de 12 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial Nº 6.960/2025.

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem como princípios a legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, de acordo com o disposto no art. 37, da Constituição da República;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a função de Examinador de Trânsito deste Órgão;

CONSIDERANDO ainda que o Detran/TO utiliza servidores de outros Órgãos da Administração Direta e Indireta deste Estado para aplicar provas de Legislação de Trânsito (LT) e prova de Direção Veicular (PD) aos candidatos que pretendem obter a CNH em todo o território do Tocantins.

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Examinador de Trânsito, para aplicar provas de Legislação de Trânsito (LT) e prova de Direção Veicular (PD) deste Órgão no Estado do Tocantins, para o exercício de 2026, nos termos da Resolução Contran nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025.

| ORDEM | NOME | MATRÍCULA | LOTAÇÃO | CIDADE |
|-------|--|------------|-----------------------------|-----------------------|
| 1. | Adonel Coelho Alves | 11457678-1 | Detran/TO | Araguaina |
| 2. | Abimael Ferreira dos Santos | 11782153-1 | Polícia Militar | Palmas |
| 3. | Adriana Machado Froes Alves | 1116530-8 | Detran/TO | Gurupi |
| 4. | Ana D'arque Ribeiro dos Santos | 331020-8 | Sec. Educação Seduc | Miracema do Tocantins |
| 5. | Ana Maria Camara Martins | 11942614-2 | Sup. Regional de Educação | Araguaina |
| 6. | Amélio Félix da Cunha | 488887-1 | Detran/TO | Palmas |
| 7. | Anivaldo Palmeira de Souza | 11141964-3 | Sec. da Cidadania e Justiça | Palmas |
| 8. | Antônio Candido De Jesus | 11152494-1 | Detran/TO | Gurupi |
| 9. | Antônio Cardoso de Castro | 1196227-1 | Polícia Civil-Ciopaer | Palmas |
| 10. | Antônio Filho Silva Pereira | 468475-4 | Secretaria da Fazenda | Palmas |
| 11. | Antony Isaac Santana de Oliveira Marques | 11180544-1 | Corpo de Bombeiros Militar | Palmas |
| 12. | Aurir Santana de Almeida | 11580151-1 | Secju | Porto Nacional |
| 13. | Bruno Silva Costa | 11156031-1 | Detran/TO | Araguaina |
| 14. | Clarindo Ferreira da Rocha Filho | 1287451 | Detran/TO | Palmas |
| 15. | Cristianne Simas Queiroz Teles | 889596-5 | Detran/TO | Palmas |
| 16. | Darcycerio Saraiva da Silva | 521659-3 | Detran/TO | Palmas |
| 17. | Darque Ane Ribeiro dos S. de C. Alves | 832601-1 | Detran/TO | Miracema do Tocantins |
| 18. | Daniel de Moraes Brito | 11584483-1 | Sec. Da Fazenda | Palmas |
| 19. | Daniel Pereira Carneiro | 1108077-5 | Assessor Esp. Técnico IV | Araguaina |
| 20. | Deusimar Santana de Rosa | 794184-4 | Detran/TO | Palmas |
| 21. | Derio Lopes Cardoso Rodrigues | 1119286-0 | Detran/TO | Gurupi |
| 22. | Domingos Teixeira Bastos | 1231529-10 | Detran/TO | Palmas |
| 23. | Donatília Freire De Castro | 608900-2 | Detran/TO | Palmas |
| 24. | Edvaldo Nery Figueiredo | 1215825-4 | Detran/TO | Palmas |
| 25. | Eduardo Tavares Fontoura de Almeida | 1083198 | Detran/TO | Palmas |
| 26. | Elton John Ribeiro da Silva | 11238461-1 | Corpo de Bombeiros Militar | Palmas |
| 27. | Erik Alberto Castro Negre | 11578807-1 | Sec. Cidadania e Justiça | Porto Nacional |
| 28. | Everaldo Batista Rosa | 92760-3 | Polícia Militar | Porto Nacional |
| 29. | Fabio Pereira dos Santos | 118741-5 | Assembleia Legislativa | Araguaina |
| 30. | Felipe Delmondes de Brito Fontenele | 1283910-2 | Detran/TO | Araguaina |
| 31. | Gebson Alves dos Reis | 943062-1 | Detran/TO | Palmas |
| 32. | Geovane Barbosa Frazão | 860405-1 | Detran/TO | Palmas |
| 33. | Geovani Ribeiro De Souza Junior | 11134348-2 | Detran/TO | Palmas |
| 34. | Gleiverson Pereira dos Santos | 11181290-1 | Detran/TO | Palmas |
| 35. | Iraná Rufino de Araújo | 788792-1 | Detran/TO | Palmas |
| 36. | Ismênia Wanderley Almeida | 1088602-1 | Detran/TO | Xambioá |
| 37. | Jane Eufrásia de Oliveira Coelho | 11455870-1 | Detran/TO | Araguaina |
| 38. | Jânio Santos da Silva | 11139072-1 | Detran/TO | Palmas |
| 39. | Jarbas Beserra Paiva | 11796383-1 | Secju | Palmas |
| 40. | Jocerlino de Jesus | 11181575-1 | Detran/TO | Guaraí |
| 41. | José Duarte Noleto | 523917-3 | Detran/TO | Palmas |
| 42. | José Gentil da Silva Júnior | 9915420 | Polícia Militar | Palmas |
| 43. | José Marcelo Cavalcante de Queiroz | 11160241-2 | Seduc/TO | Palmas |
| 44. | José Roberto Cardoso Almeida | 11142600-4 | Policial Penal | Palmas |
| 45. | Josélio Araújo de Sousa | 924146-2 | Polícia Civil-Ciopaer | Palmas |
| 46. | Josilene Tavares da Cunha | 858575-6 | IGEPREV | Palmas |
| 47. | Jones Cleiber Dias de Almeida | 972190-1 | Polícia Militar | Alvorada |
| 48. | Júlio César Soares e Silva | 489077-2 | Detran/TO | Colmeia |
| 49. | Jurandi Oliveira De Almeida | 11227672-1 | Detran/TO | Palmas |
| 50. | Laércio Pereira de Araújo | 11192518-1 | Detran/TO | Palmas |
| 51. | Laeson Dias Ferreira | 11519690-1 | Detran/TO | Formoso do Araguaia |
| 52. | Lázaro dos Santos Miranda | 672819-6 | Detran/TO | Paraíso do Tocantins |
| 53. | Lenir Pereira Nogueira | 285654-2 | Detran/TO | Palmas |

| | | | | |
|-----|--------------------------------------|------------|--------------------------|-----------------------|
| 54. | Liciane Maia Rodrigues | 905668-4 | Procon | Dianópolis |
| 55. | Lindomar Gomes da Silva | 1188634-1 | Detran/TO | Palmas |
| 56. | Maria Claudia da Costa Marques Silva | 1160411-1 | ATR | Gurupi |
| 57. | Maria dos Reis Oliveira Soares | 636700-3 | Detran/TO | Palmas |
| 58. | Marilene Gomes de Araujo Pereira | 67004-5 | Polícia Militar | Porto Nacional |
| 59. | Manoel Pereira Reges | 756158-5 | Detran/TO | Gurupi |
| 60. | Manoel Pereira de Santana | 988094-2 | Detran/TO | Palmas |
| 61. | Márcio Fernandes Coelho | 11577983-1 | Sec. Cidadania e Justiça | Palmas |
| 62. | Márcio Lopes de Souza | 824528-6 | Detran/TO | Palmas |
| 63. | Marcos Vinicius F. de Lima | 665244-5 | Detran/TO | Araguaína |
| 64. | Matorama Pereira da Silva | 1192542-1 | Detran/TO | Palmas |
| 65. | Nara Rubia Alves Parente Nunes | 762249-2 | Detran/TO | Palmas |
| 66. | Natan Fontes da Silva | 566369-2 | Detran/TO | Miracema do Tocantins |
| 67. | Ordep Abreu Silva | 861940-4 | Detran/TO | Guaraí |
| 68. | Regis Aires Gomes | 946040-6 | Ruraltins | Porto Nacional |
| 69. | Ricardo Rodrigues Pereira | 66166 | Polícia Militar | Araguaína |
| 70. | Roberto Alexandre Agripino da Silva | 11211936-1 | Polícia Militar | Gurupi |
| 71. | Romildo Santos Barbosa | 101753-1 | Detran | Palmas |
| 72. | Ronaldo Lopes Pimentel | 712878-3 | ATI | Palmas |
| 73. | Rosiane de Souza Luz | 1187328-1 | Ruraltins | Paraíso do Tocantins |
| 74. | Rosilene Souza Rodrigues | 1160659-1 | Detran/TO | Palmas |
| 75. | Sandro Delfino dos Santos | 11242000-2 | Secju | Palmas |
| 76. | Sara Cristina Batista Garcia Santos | 11155760-1 | Detran/TO | Palmas |
| 77. | Sebastião M. dos Passos | 22810-5 | Detran/TO | Palmas |
| 78. | Seginaldo Pereira do Nascimento | 883405-1 | Polícia Militar | Palmas |
| 79. | Sidney Reis de Farias | 63491-0 | Detran/TO | Palmas |
| 80. | Thiago Viana Rego | 767672 | Sec. Segurança Pública | Paraíso do Tocantins |
| 81. | Tiago Raimundo Ferreira Calado | 11236590-1 | Detran/TO | Guaraí |
| 82. | Valdelson Macedo da Silva | 983205-1 | Polícia Militar | Palmas |
| 83. | Wadson Barros Coimbra | 46738 | Polícia Militar | Palmas |
| 84. | Wodo Evangelista de Medeiros | 807270-3 | Detran/TO | Palmas |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Detran/TO, em Palmas/TO, aos 6 dias do mês de janeiro de 2026.

HERCY AYRES RODRIGUES FILHO
Presidente do Detran/TO

PORTARIA Nº 13/2026/GABPRES

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO TOCANTINS - DETRAN/TO, no uso de suas atribuições legais, conforme o que consta no art. 42, §1º, da Constituição do Estado, consoante o disposto no Ato Nº 3.257 - NM, de 12 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial Nº 6.960/2025.

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem como princípios a legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, de acordo com o disposto no art. 37, da Constituição da República.

CONSIDERANDO ainda que o Detran/TO utiliza servidores deste Órgão para aplicar provas de Legislação de Trânsito (LT) aos candidatos que pretendem obter a CNH em todo o território do Estado do Tocantins,

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para exercerem a função de Aplicadores de Exames de Legislação de Trânsito, para candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação - CNH no Estado do Tocantins, para o exercício de 2026, nos termos da Resolução Contran nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025.

| ORDEM | APLICADOR DE PROVA | LOCAL DE ATUAÇÃO | MATRÍCULA |
|-------|------------------------------------|------------------|-----------|
| 1. | Adriana Saraiva Guimarães | Tocantinópolis | 608492-1 |
| 2. | Adriana Cristina Aires de Oliveira | Araguatins | 92384-1 |

| | | | |
|-----|---|-----------------------------|--------------|
| 3. | Adriano Gomes Barros | Palmeirópolis | 11149108-2 |
| 4. | Adrielly Nunes Gomes | Lagoa da Confusão | 1192852-1 |
| 5. | Alessandra Gonçalves Lima | Combinado | 1127853-10 |
| 6. | Ana Cleide Rodrigues dos Santos | Gurupi | 1185660-1 |
| 7. | Ana Lúcia Carvalho Ferreira | Taguatinga | 323929 |
| 8. | Celma Praigida Feitosa Montelo | Palmas e Todas as Ciretrans | 11725575-3 |
| 9. | Cristiane Vieira da Silva | Posto Taquaralto | 11839457-1 |
| 10. | Cinthia Crisgena O. Ramos | Miracema do Tocantins | 1278835 |
| 11. | Cleverson de França Cardoso | Dianópolis | 1180838-1 |
| 12. | Claudineia Bernardi | Paraíso do Tocantins | 1204114-2 |
| 13. | Claudiney Pereira Alves | Palmas e Todas as Ciretrans | 1239465-2 |
| 14. | Daiane Oliveira Santos | Alvorada | 11159979-1 |
| 15. | Dayanne dos Santos Antunes | Gurupi | 11723980-2 |
| 16. | Ediana Rodrigues Barbosa | Guaraí | 11221658-1 |
| 17. | Edmar Pereira Bastos Junior | Araguaína | 81118/2 |
| 18. | Édipo Nogueira Almeida | Posto Taquaralto | 11221755-5 |
| 19. | Eliane da Silva Vieira Paes | Alvorada | 770453-1 |
| 20. | ElizabeteTorzecki | Alvorada | 632317-1 |
| 21. | Eva Campos de Aguiar Miranda | Colinas do Tocantins | 1038214-3 |
| 22. | Francisca de Moura Carvalho | Porto Nacional | 1161393-9 |
| 23. | Francimaura Soares Parrião Lustosa Aguiar | Paraíso do Tocantins | 1216040-6 |
| 24. | Francisco Maroedes P. de Oliveira | Tocantinópolis | 11138181-3 |
| 25. | Gabriela Pitombeira Sousa | Araguaína | 12007315-1 |
| 26. | Geralda Maria R. de Sousa Oliveira | Formoso do Araguaia | 871520-1 |
| 27. | Geane Torres Bandeira | Augustinópolis | 11473924-1 |
| 28. | Gislaine Soares da S. Tofoli | Pedro Afonso | 1050699-1 |
| 29. | Guete Luiz de Moraes | Colinas do Tocantins | 73149-6 |
| 30. | Hernizete Alencar C. Neiva | Paraíso do Tocantins | 992280 |
| 31. | Ildeete Guedes da Silva | Palmas e Todas as Ciretrans | 1023055-8 |
| 32. | Ivo Pereira de Oliveira | Araguaína | 11978929-1 |
| 33. | Ivonagno Macedo Pinheiro | Pedro Afonso | 11149850-2 |
| 34. | Janerce Martins Pereira Almeida | Palmas e Todas as Ciretrans | 1096540-9 |
| 35. | Jessica Silva de Sousa | Araguaína | 11655240.2 |
| 36. | João Luiz Aires Fontoura | Porto Nacional | 11978163-2 |
| 37. | João Rocha dos Santos | Colinas do Tocantins | 5452299-1 |
| 38. | Joao Victor Lustosa Novaes Gomes | Gurupi | 11843748-1 |
| 39. | Katiúcia Oliveira | Paraíso do Tocantins | 106253-6 |
| 40. | Marineize Moreira dos Santos Guimaraes | Araguatins | 686028-1 |
| 41. | Márcio Arruda de Souza | Palmeirópolis | 11230240-2 |
| 42. | Marisvalda Rodrigues da Silva | Paraíso do Tocantins | 1018507-3 |
| 43. | Marly Tavares de Carvalho | Colmeia | 971938-1 |
| 44. | Neuselinia Pereira Costa | Taguatinga | 60516-2 |
| 45. | Norma Barros de Lima Onishi | Colmeia | 692569-5 |
| 46. | Patrícia Montenegro M. Belle | Formoso do Araguaia | 576991001-15 |
| 47. | Raiana Pricila Antunes Borges | Xambioá | 111624221 |
| 48. | Regina Santos Jorge | Gurupi | 1121340-2 |
| 49. | Roney dos Santos Araújo | Miranorte | 1277375 |
| 50. | Sergio Marcos Ramalho Alves | Dianópolis | 44547-5 |
| 51. | Silvia Aires da Silva Dias | Guaraí | 11160870-1 |
| 52. | Simone das Graças Correia | Alvorada do Tocantins | 69716 |
| 53. | Telma Lopes da Silva | Miranorte | 679461-1 |
| 54. | Temes Tereza Ribeiro da Silva | Augustinópolis | 889390-3 |
| 55. | Terezinha Silva Oliveira | Lagoa da Confusão | 1186248-3 |
| 56. | Vivânia Souza Silva | Gurupi | 117612611 |
| 57. | Wallacy Batista Cavalcante | Miracema do Tocantins | 11150904-2 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Detran/TO, em Palmas/TO, aos 6 dias do mês de janeiro de 2026.

HERCY AYRES RODRIGUES FILHO
Presidente do Detran/TO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 002171/2026

O Departamento Estadual de Trânsito, com base nas competências elencadas nos arts. 21 e 281 da Lei 9.503/97 - CTB, e também nas disposições da Lei nº 9.873/99, resolve dar ciência dos respectivos Autos de Infração constantes do edital e estabelece o prazo de 30 dias para interposição de recursos. Os dados das infrações de trânsito estão na seguinte ordem: Placa/UF; Órgão Autuador; Nº Auto de Infração; Data do cometimento; Hora Cometimento e Código/Desdobramento. Demais informações e segunda via das notificações devem ser obtidas através do endereço eletrônico: multas@detran.to.gov.br.

| PLACA/UF | Órgão Autuador | Nº Auto de Infração | Data do cometimento | Hora do cometimento | Código/Desdobramento |
|-------------|----------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| SUZ1A27/TO | DETRAN | MB00050111 | 05/01/2026 | 09:14 | 6920-1 |
| RMC4G78/TO | DETRAN | MB00050112 | 05/01/2026 | 09:44 | 6920-1 |
| QKCS158/TO | DETRAN | MB00050113 | 05/01/2026 | 10:18 | 6920-1 |
| QKCS2535/TO | DETRAN | MB00050114 | 05/01/2026 | 10:18 | 6920-1 |
| QKJSJ88/TO | DETRAN | MB00050115 | 05/01/2026 | 10:20 | 6920-1 |
| EAB3J22/TO | DETRAN | MB00050116 | 05/01/2026 | 10:23 | 6920-1 |
| JUV6H87/TO | DETRAN | MB00050117 | 05/01/2026 | 11:00 | 6920-1 |
| MWY9J82/TO | DETRAN | MB00050118 | 05/01/2026 | 11:24 | 6920-1 |
| MVY7A81/TO | DETRAN | MB00050119 | 05/01/2026 | 12:27 | 6920-1 |
| O0B1E87/TO | DETRAN | MB00050120 | 05/01/2026 | 13:11 | 6920-1 |
| SOX7C70/TO | DETRAN | MB00050121 | 05/01/2026 | 13:18 | 6920-1 |
| SDW4G43/TO | DETRAN | MB00050122 | 05/01/2026 | 13:25 | 6920-1 |
| MW09F05/TO | DETRAN | MB00050123 | 05/01/2026 | 13:28 | 6920-1 |
| QWA4F18/TO | DETRAN | MB00050124 | 05/01/2026 | 13:30 | 6920-1 |
| RSDB8C19/TO | DETRAN | MB00050125 | 05/01/2026 | 13:35 | 6920-1 |
| QWESJ71/TO | DETRAN | MB00050126 | 05/01/2026 | 13:50 | 6920-1 |
| JFX5B79/TO | DETRAN | MB00050127 | 05/01/2026 | 13:56 | 6920-1 |
| QK15A01/TO | DETRAN | MB00050128 | 05/01/2026 | 14:00 | 6920-1 |
| PSA2D07/TO | DETRAN | MB00050129 | 05/01/2026 | 14:17 | 6920-1 |
| OLH7A14/TO | DETRAN | MB00050130 | 05/01/2026 | 16:01 | 6920-1 |
| OTC9I37/TO | DETRAN | MB00050131 | 05/01/2026 | 16:33 | 6920-1 |
| HCO7505/TO | DETRAN | MB00050132 | 05/01/2026 | 16:37 | 6920-1 |
| QKL7H13/TO | DETRAN | MB00050133 | 05/01/2026 | 16:47 | 6920-1 |
| OYB8E15/TO | DETRAN | MB00050134 | 05/01/2026 | 16:48 | 6920-1 |
| MWR7F88/TO | DETRAN | MB00050135 | 05/01/2026 | 17:47 | 6920-1 |
| PRM3E57/TO | DETRAN | MB00050136 | 05/01/2026 | 18:27 | 6920-1 |
| ONM6390/TO | DETRAN | SJ00P3700C | 04/01/2026 | 08:28 | 5541-1 |
| NLS5635/TO | DETRAN | SJ00P3700D | 04/01/2026 | 23:07 | 5541-1 |
| NLS5635/TO | DETRAN | SJ00P3700E | 04/01/2026 | 08:31 | 5541-1 |
| SGT8A09/TO | DETRAN | SJ00P3700F | 04/01/2026 | 08:26 | 5614-3 |
| PRG5A22/TO | DETRAN | SJ00N55019 | 04/01/2026 | 23:53 | 6653-1 |
| NTZ2137/MT | DETRAN | SJ00L4B007 | 05/01/2026 | 00:06 | 6637-1 |
| NTZ2137/MT | DETRAN | SJ00L4B008 | 05/01/2026 | 00:14 | 5169-1 |
| QKL8946/TO | DETRAN | SJ00MR601H | 05/01/2026 | 01:26 | 5169-1 |
| QWD5J64/TO | DETRAN | SJ00NT801E | 05/01/2026 | 02:07 | 6599-2 |
| KBW6382/GO | DETRAN | SJ00O0B00M | 05/01/2026 | 07:27 | 6548-0 |
| QKH3455/TO | DETRAN | SJ00N5501A | 05/01/2026 | 09:31 | 6050-1 |
| MWF6B63/TO | DETRAN | SJ00O0B00N | 05/01/2026 | 09:40 | 6599-2 |
| MWF6B63/TO | DETRAN | SJ00O0B00O | 05/01/2026 | 09:56 | 5010-0 |
| MWH6G56/TO | DETRAN | SJ00N5501B | 05/01/2026 | 09:55 | 6653-1 |
| MWH6G56/TO | DETRAN | SJ00N5501C | 05/01/2026 | 10:01 | 6637-1 |
| JHJ0955/TO | DETRAN | SJ00QL201N | 05/01/2026 | 10:42 | 6599-2 |
| JHJ0955/TO | DETRAN | SJ00QL201O | 05/01/2026 | 10:52 | 6726-1 |
| OLJ9C53/TO | DETRAN | SJ00RS500P | 05/01/2026 | 09:58 | 5010-0 |
| QKL0A47/TO | DETRAN | SJ00P5403J | 05/01/2026 | 11:03 | 6122-0 |
| MW19I03/TO | DETRAN | SJ00N3700I | 05/01/2026 | 11:07 | 6653-1 |
| RSD2D98/TO | DETRAN | SJ00PX105Z | 05/01/2026 | 11:39 | 6637-1 |
| RMC5H38/TO | DETRAN | SJ00QT100D | 05/01/2026 | 12:31 | 6580-0 |
| RMC5H38/TO | DETRAN | SJ00QT100F | 05/01/2026 | 12:41 | 5010-0 |
| RMB5E21/TO | DETRAN | SJ00PX1060 | 05/01/2026 | 16:08 | 6637-1 |
| MWG5F09/TO | DETRAN | SJ00RS500Q | 05/01/2026 | 16:31 | 5010-0 |
| MWG5F09/TO | DETRAN | SJ00RS500R | 05/01/2026 | 16:36 | 6637-1 |
| MVQ7361/TO | DETRAN | SJ00QL201P | 05/01/2026 | 17:12 | 7048-1 |

| | | | | | |
|------------|--------|------------|------------|-------|--------|
| MVQ7361/TO | DETRAN | SJ00QL201Q | 05/01/2026 | 17:22 | 6599-2 |
| OXQ8682/TO | DETRAN | SJ00OVI003 | 05/01/2026 | 17:28 | 5010-0 |
| OXY8328/TO | DETRAN | SJ00L39003 | 05/01/2026 | 19:00 | 5010-0 |
| OXY8328/TO | DETRAN | SJ00L39004 | 05/01/2026 | 19:08 | 7340-0 |
| OXY8328/TO | DETRAN | SJ00L39005 | 05/01/2026 | 19:13 | 6599-2 |
| FQU0F31/TO | DETRAN | SJ00NB9003 | 05/01/2026 | 18:54 | 5274-1 |
| FQU0F31/TO | DETRAN | SJ00NB9004 | 05/01/2026 | 19:30 | 5207-0 |
| NTA2A21/TO | DETRAN | SJ00TA501F | 05/01/2026 | 20:51 | 5010-0 |
| JVG7602/TO | DETRAN | SJ00IB104Q | 05/01/2026 | 21:42 | 6599-2 |
| JVG7602/TO | DETRAN | SJ00IB104R | 05/01/2026 | 21:53 | 5010-0 |
| MVS9B08/TO | DETRAN | SJ00MS200J | 05/01/2026 | 22:25 | 5010-0 |
| JUR7G26/TO | DETRAN | SJ00I7400B | 05/01/2026 | 22:27 | 6637-1 |

FOMENTO

AVISO DE LEILÃO ON-LINE Nº 001/2026

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A torna público o Leilão nº 001/2026, que tem por objeto a venda de bens imóveis localizados em municípios do Estado do Tocantins. O 1º Leilão ocorrerá no dia 28/01/2026, às 10h, pelo site: www.alvaroleiloes.com.br. Caso não haja êxito, o 2º Leilão será realizado no mesmo dia, às 15h. O Leiloeiro responsável é Álvaro Sérgio Fuzo, registrado na Junta Comercial do Estado de Tocantins sob o nº 022. Mais informações e o edital completo estão disponíveis no site acima ou pelo telefone 0800-707-9272. IMÓVEIS DISPONÍVEIS:

a) FAZENDA LAGOA DO JAPONÊS: Fazenda situada no município de Pindorama do Tocantins - TO, com a área total de 499,8107 hectares.

1º Leilão: R\$ 4.560.824,24 (à vista) e 2º Leilão: R\$ 3.100.000,00 (à vista) ou R\$ 3.410.000,00 (com entrada de 30% e parcelamento em 60 meses com correção pela taxa SELIC).

b) CHÁCARA LINCE II: Gleba Maior II, Lote 43, situada no município de Darcinópolis - TO, com a área total de 99,3422 hectares.

1º Leilão: R\$ 1.042.700,00 (à vista) e 2º Leilão: R\$ 521.350,00 (à vista) ou R\$ 573.485,00 (com entrada de 30% e parcelamento em 48 meses com correção pela taxa SELIC).

c) IMÓVEL URBANO: Imóvel urbano de uso misto com área de 108,42 m², edificação de 216,84 m², situado na Av. Espírito Santo, esquina com Rua 03, Setor Maria Galvão. Uso comercial e residencial.

1º Leilão: R\$ 262.047,67 (à vista) e 2º Leilão: R\$ 252.047,67 (à vista) ou R\$ 262.047,67 (com entrada de 10% e parcelamento em 48 meses com correção pela taxa SELIC).

d) IMÓVEL URBANO: Lote de terras para construção urbana de número 02, quadra 120, situado à Avenida Guarujá, do Loteamento Morada do Sol, município de Palmas - TO, com área total de 411,17 m².

1º Leilão: R\$ 243.000,00 (à vista) e 2º Leilão: R\$ 243.000,00 (à vista ou parcelado com entrada de 30% e parcelamento em 60 meses com correção pela taxa SELIC);

e) IMÓVEL URBANO: Lote de terreno urbano de número 53, quadra C, no Setor Comercial da Zona do Aeroporto, município de Porto Nacional - TO, contendo uma área de 600,00 m².

1º Leilão: R\$ 225.000,00 (à vista) e 2º Leilão: R\$ 225.000,00 (à vista ou parcelado com entrada de 30% e 60 parcelas com correção pela taxa SELIC).

Palmas/TO, 06 de janeiro de 2026.

Elaine Maria de Matos
Diretora Operacional

IGEPREV

PORTARIA Nº 1932, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Maria Roberta Rodrigues Pereira

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 26, I, "a", item 3; no art. 45, I a IV, §1º; no art. 55, *caput*; nos arts. 56 e 57; e no art. 59; todos da Lei nº 1.614, de 4 de outubro de 2005, bem como disposto no art. 20, §2º, II, no art. 46, e no art. 86, I e II, §1º e §3º, I e II, "a", da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, da Constituição Federal de 1988 e no art. 3º, I, II e III, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada MARIA ROBERTA RODRIGUES PEREIRA, matrícula nº 575589/1, no cargo de Assistente Administrativo, Padrão XII, Referência L, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com lotação na Secretaria da Educação, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 9.004,51, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo 2025.04.224352P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON JÚNIOR SILVEIRA
Presidente Interino

(ATO Nº 3180 - DSG, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2025, DOE Nº 6956)

PORTARIA Nº 1996, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição do segurado Jose Francisco de Sousa.

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 6º, §1º da Emenda Constitucional Estadual nº 52/2023, bem como disposto nos arts. 28, inciso I, "a", item 3, 49, §1º, 60, 61, 64 e 86, incisos I e II, §1º e §3º, I e II, "a", da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, §4º, II, da Constituição Federal de 1988 e no art. 1º, II, "a", da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao segurado JOSE FRANCISCO DE SOUSA, matrícula nº 518223/1, no cargo de Oficial Investigador de Polícia, Classe III, Referência L, carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro Permanente da Polícia Civil, com lotação na Secretaria da Segurança Pública, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, valor de R\$ 21.991,00, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.223069P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON JÚNIOR SILVEIRA
Presidente Interino

(ATO Nº 3180 - DSG, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2025, DOE Nº 6956)

PORTARIA Nº 1997, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Cristiane Freires Soares.

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, "a", item 3, art. 47, I, II, III, IV, V e §4º, I, II, III e §5º §6º, I, e §7º, I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada CRISTIANE FREIRES SOARES, matrícula nº 583781/1, no cargo de Professor da Educação Básica, Nível II, Referência G, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro de Magistério, com lotação na Secretaria da Educação o de Magistério, com lotação na Secretaria da Educação, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 8.403,91, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.223102P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON JÚNIOR SILVEIRA
Presidente Interino

(ATO Nº 3180 - DSG, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2025, DOE Nº 6956)

PORTARIA Nº 2008, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição do segurado Zoroastro Pereira Lima Junior.

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 6º, §1º da Emenda Constitucional Estadual nº 52/2023, bem como disposto nos arts. 28, inciso I, "a", item 3, 49, §1º, 60, 61, 64 e 86, incisos I e II, §1º e §3º, I e II, "a", da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, §4º, II, da Constituição Federal de 1988 e no art. 1º, II, "a", da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao segurado ZOROASTRO PEREIRA LIMA JUNIOR, matrícula nº 412883/1, no cargo de Papiloscopista, Classe III, Referência L, carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro Permanente da Polícia Civil, com lotação na Secretaria da Segurança Pública, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, valor de R\$ 21.991,00, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.223183P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON JÚNIOR SILVEIRA
Presidente Interino

(ATO Nº 3180 - DSG, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025, DOE Nº 6.956)

PORTARIA Nº 2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Maria Gracy Medrado de Sousa

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, "a", item 3, art. 47, I, II, III, IV, V e §1º §2º, e §3º, §6º, I, e §7º, I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada MARIA GRACY MEDRADO DE SOUSA, matrícula nº 419415/3, no cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão X, Referência K, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com lotação na Secretaria da Segurança Pública, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 4.392,87, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.224094P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON JÚNIOR SILVEIRA
Presidente Interino

(ATO Nº 3180 - DSG, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2025, DOE Nº 6956)

PORTARIA Nº 2027, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte do ex-segurado Pedro de Carvalho Neto.

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no arts. 28, II, parágrafo único, 39, I, 40 I "b" 5, 44, §1º e 2º, II, 59, parágrafo único, 62, todos da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, §2º, §7º, I, e §8º, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir de 06 de janeiro de 2025, ao cônjuge MARILENE DE MOURA SOARES CARVALHO, o benefício de Pensão por Morte do ex-segurado PEDRO DE CARVALHO NETO, referente a matrícula nº 11138769/1, no cargo de Fiscal de Defesa Agropecuária, Nível II, Referência G, carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro de Profissionais de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, com lotação na Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, com base no que consta do processo nº 2025.07.222866P.

Art. 2º FIXAR o benefício, em caráter temporário, no valor de 1.661,44, correspondente a 90% o segurado teria direito caso fosse aposentado por Incapacidade Permanente, no montante de R\$ 2.769,06.

I - MARILENE DE MOURA SOARES CARVALHO, 100% entre 06/01/2025 a 06/01/2045.

Art. 3º O benefício será custeado pelo Plano Previdenciário e reajustado pelo RPPS-TO.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a de 06 de janeiro de 2025.

WELLINGTON JÚNIOR SILVEIRA
Presidente Interino

(Ato nº 3180 - DSG, de 08 de dezembro de 2025, DOE nº 6.956)

PORTARIA Nº 2050, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Edilma Barros da Silva.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, "a", item 3, art. 47, I, II, III, IV, V e §1º §2º, e §3º, §6º, I, e §7º, I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada EDILMA BARROS DA SILVA, matrícula nº 5078451, no cargo de Assistente Administrativo, Padrão X, Referência L, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com lotação na Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 7.308,24, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.224277P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2057, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição do segurado Jose Altino Fernandes Araujo

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 26, I, "a", item 3; no art. 45, I a IV, § 1º; no art. 55, *caput*; nos arts. 56 e 57; e no art. 59; todos da Lei nº 1.614, de 4 de outubro de 2005, bem como disposto no art. 20, §2º, II, no art. 46, e no art. 86, I e II, §1º e §3º, I e II, "a", da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, da Constituição Federal de 1988 e no art. 3º, I, II e III, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao segurado JOSE ALTINO FERNANDES ARAUJO, matrícula nº 424861/1, no cargo de Professor Normalista, Nível II, Referência G, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro do Magistério, com lotação na Secretaria da Educação, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 6.989,60, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.224382P

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2070, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de Isenção de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária da segurada Arlene Guimarães Resende Antunes.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, §21, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto: no art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; no art. 35, II, "b", do Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; no art. 30, §1º, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

RESOLVE:

Art. 1º CONSIDERAR, a partir 10 de fevereiro de 2025, os proventos da segurada ARLENE GUIMARAES RESENDE ANTUNES, aposentada por meio da Portaria nº 616/AP, de 05 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial nº 4.680, de 09 de agosto de 2016, Isentos do Imposto de Renda - Pessoa Física, bem como da Imunidade Parcial consubstanciada na incidência da Contribuição Previdenciária somente sobre o valor dos proventos de aposentadoria que exceder o dobro do teto do Regime Geral de Previdência Social, com base no que consta do processo 2025.45.803345PA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 10 de fevereiro de 2025.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2083, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente da segurada Lucileia Martins Dos Santos.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto: no art. 13-B, inciso I, da Emenda Constitucional Estadual nº 52/2023, bem como disposto nos arts. 28, inciso I, "a", item 1, 29, inciso I, "a" e "b" II e III, 58, §2º, 60, 61, 64 e 86, incisos I e II, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, reajustados nos termos do art. 59 da Lei Complementar Estadual nº 150;

CONSIDERANDO a manifestação da Procuradoria Geral do Estado por meio do Parecer "SPA" nº 1438/2025, de 14 de outubro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada LUCILEIA MARTINS DOS SANTOS, matrícula nº 988070/1, no cargo de Professor da Educação Básica, Nível II, Referência G, carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro do Magistério, com lotação na Secretaria da Educação, o benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente, calculado pela média aritmética simples, no valor de R\$ 6.487,92, ficando o benefício a ser pago na ordem de R\$ 6.487,92, reajustado pelo RPPS-TO e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.17.223783P.

Art. 2º Estabelecer que a segurada deverá ser avaliada anualmente pela Junta Médica Oficial do Estado, pelo período de cinco anos contados da publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2095, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Maria De Fatima Silva

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, "a", item 3, art. 48, I, II, III, IV, §1º, §2º I, e §3º I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada MARIA DE FATIMA SILVA, matrícula nº 754708/3, no cargo de Professor da Educação Básica, Nível II, Referência F, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro de Magistério, com lotação na Secretaria da Educação, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 8.079,15, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.223224P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2105, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Jarlete Pereira da Silva Rocha.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, "a", item 3, art. 47, I, II, III, IV, V e §1º §2º, e §3º, §6º, I, e §7º, I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada JARLETE PEREIRA DA SILVA ROCHA, matrícula nº 516378/5, no cargo de Professor da Educação Básica, Nível II, Referência G, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro de Magistério, com lotação na Secretaria da Educação, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 8.403,91, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.223790P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 2106, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição do segurado Adlair Aires da Cruz.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, "a", item 3, art. 48, I, II, III, IV, §2º I, e §3º I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao segurado ADLAIR AIRES DA CRUZ, matrícula nº 696034/1, cargo de Professor Normalista, Nível III, Referência "G", carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro do Magistério com lotação na Secretaria da Educação, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 7.563,21, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2024.04.222545P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 05, DE 05 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Isenção de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária do segurado Frederick Batista Borges.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, §21, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto: no art. 6º, XIV, da Lei Federal nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; no art. 35, II, "b", do Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; no art. 30, §1º, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

RESOLVE:

Art. 1º CONSIDERAR, a partir 29 de outubro de 2025, os proventos do segurado FREDERICK BATISTA BORGES, aposentada por meio da Portaria Nº 996, de 26 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial Nº 5724, de 13 de novembro de 2020, Isentos do Imposto de Renda - Pessoa Física, bem como da Imunidade Parcial consubstanciada na incidência da Contribuição Previdenciária somente sobre o valor dos proventos de aposentadoria que exceder o dobro do teto do Regime Geral de Previdência Social, com base no que consta do processo 2025.45.1205774PA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 29 de outubro de 2025.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 10, DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Celia Ferreira da Silva Dias

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, "a", item 3, art. 47, I, II, III, IV, V e §1º §2º, e §3º, §6º, I, e §7º, I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada CELIA FERREIRA DA SILVA DIAS, matrícula nº 3955751, no cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão X, Referência K, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com lotação na Secretaria da Segurança Pública, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 4.392,87, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.224018P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 11, DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Nilza Batista Borges

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, "a", item 3, art. 47, I, II, III, IV, V e §1º §2º, e §3º, §6º, I, e §7º, I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada NILZA BATISTA BORGES, matrícula nº 783046/1, no cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão X, Referência K, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com lotação na Polícia Militar do Estado do Tocantins, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 4.392,87, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.224151P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 15, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Maria Dos Reis Rodrigues da Silva

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, "a", item 3, art. 47, I, II, III, IV, V e §1º §2º, e §3º, §6º, I, e §7º, I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada MARIA DOS REIS RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 907604/3, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Padrão IV, Referência J, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com lotação na Secretaria da Educação, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 2.938,77, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.223867P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 16, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte da ex-segurada Terezinha Macena de Alencar.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no arts. 28, II, parágrafo único, 39, I, 40 I, IV "a", 44, §1º e 2º, II, 59, parágrafo único, 62, todos da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, §2º, §7º, I, e §8º, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir de 10 de julho de 2025, ao cônjuge VICENTE PEREIRA DE ALECAR, o benefício de Pensão por Morte da ex-segurada TEREZINHA MACENA DE ALENCAR, referente ao benefício nº 0007131, aposentado no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Padrão I, Referência J, carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de servidores do Poder Executivo, com base no que consta do processo nº 2025.07.223883P.

Art. 2º FIXAR o benefício, em caráter vitalício, no valor de R\$ 792,00, correspondente a 60% dos proventos percebidos pela ex-segurada na data do óbito, no montante de R\$ 1.320.

Art. 3º O benefício será custeado pelo Plano Financeiro e reajustado pela RPPS - TO.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a de 10 de julho de 2025.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 17, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição do segurado Aldineis Vieira Tavares Bezerra

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, "a", item 3, art. 48, I, II, III, IV, §2º I, e §3º I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao segurado ALDINEIS VIEIRA TAVARES BEZERRA, matrícula nº 6577643, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, Padrão XII, Referência K, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro de Profissionais da Saúde, com lotação na Secretaria da Saúde, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 7.836,81, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.223985P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 18, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Ivanilde Barbosa dos Santos.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, "a", item 3, art. 48, I, II, III, IV, §2º I, e §3º I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada IVANILDE BARBOSA DOS SANTOS, matrícula nº 863390/1, no cargo de Assistente Administrativo, Padrão XI, Referência K, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com lotação no Junta Comercial do Estado do Tocantins, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 7.725,86, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.224004P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 19, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte do ex-segurado Antonio Alves de Aguiar

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 9º, I, §5º, I; no art. 17-A, I; no art. 26, II; no art. 36, I, "a"; nos arts. 37, III; 37-A, IV, "a" e 38; no art. 39; no art. 54; nos arts. 56, I e II, e 57; e no art. 75, I e II, e §1º e §2º, I e II, "c"; todos da Lei nº 1.614, de 4 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, §2º, §7º, I, e §8º, da Constituição Federal de 1988, na Emenda Constitucional nº 41/2003 e na Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir de 05 de fevereiro de 2025, à companheira MADALENA CORREIA DE ANDRADE, nascida em 04/07/1963, o benefício de Pensão por Morte do ex-segurado ANTONIO ALVES DE AGUIAR, benefício nº 0011040, aposentada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Padrão III, Referência F, com carga horária de 180 horas, do Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com base no que consta do processo nº 2025.07.222954P.

Art. 2º Fixar o benefício, em caráter vitalício no valor correspondente a 100% dos proventos percebidos pelo ex-segurado na data do óbito, na ordem de R\$ 957,06, devendo ser complementado o montante de R\$ 344,94, para alcançar o valor do salário mínimo, ficando o benefício a ser pago na ordem de R\$ 1.302,00.

Art. 3º O benefício será custeado pelo Plano Previdenciário e reajustado pelo RPPS-TO.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 05 de fevereiro de 2025.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 20, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição do segurado Jair Alves De Oliveira

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, “a”, item 3, art. 48, I, II, III, IV, §2º I, e §3º I, 60,61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao segurado JAIR ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 460154/1, cargo de Professor Normalista, Nível III, Referência “G”, carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro do Magistério com lotação na Secretaria da Educação, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 7.563,21, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.223959P

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 21, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte do ex-segurado Carlos Alberto Sales.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no arts. 28, II, parágrafo único, 39, I, 40 I, IV “a”, 44, §1º e 2º, II, 59, parágrafo único, 62, todos da Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, §2º, §7º, I, e §8º, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir de 26 de agosto de 2025, ao cônjuge MARIA IVONETE MACIEL DE SOUSA, o benefício de Pensão por Morte do ex-segurado CARLOS ALBERTO SALES, referente ao benefício nº 0001249, aposentado no cargo de Médico, Padrão IV, Referência K, carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro de Profissionais da Saúde, com lotação na Secretaria da Saúde, com base no que consta do processo nº 2025.07.224040P.

Art. 2º FIXAR o benefício, em caráter vitalício, no valor de 13.486,61, correspondente a 60% dos proventos percebidos pela ex-segurada na data do óbito, no montante de R\$ 22.477,68.

Art. 3º O benefício será custeado pelo Plano Financeiro e reajustado pela RPPS - TO.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a de 26 de agosto de 2025.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 23, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição do segurado Aldeni Ferreira Araujo.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, “a”, item 3, art. 47, I, II, III, IV, V e §1º §2º, e §3º, §6º, I, e §7º, I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao segurado ALDENI FERREIRA ARAUJO, matrícula nº 487457/3, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Padrão VIII, Referência K, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com lotação na Secretaria da Educação, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 3.565,35, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.223976P

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 24, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Aldenora Mendes da Silva

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, “a”, item 3, art. 48, I, II, III, IV, §2º I, e §3º I, 60,61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada ALDENORA MENDES DA SILVA, matrícula nº 669213/1, no cargo de Professor da Educação Básica, Nível II, Referência G, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro de Magistério, com lotação na Secretaria da Educação, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 8.403,91, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.223905P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 25, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Olga Barale de Souza Guimaraes

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, “a”, item 3, art. 47, I, II, III, IV, V e §1º §2º, e §3º, §6º, I, e §7º, I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada OLGA BARALE DE SOUZA GUIMARAES, matrícula nº 563733/3, no cargo de Engenheiro Civil, Padrão XI, Referência K, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com lotação no Instituto Natureza do Tocantins, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 21.888,00, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.223983P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

PORTARIA Nº 27, DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Maria de Lourdes Fernandes Pereira.

APRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto no: art. 5º, I, II, III, IV e V, §2º, I, da Emenda Constitucional nº 52/2023;

CONSIDERANDO o disposto no: art. 28, I, "a", item 3, art. 47, I, II, III, IV, V e §1º §2º, e §3º, §6º, I, e §7º, I, 60, 61, I, II, III, 62, 64, 86, I, II, §3º e 87 da Lei Complementar nº 150/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada MARIA DE LOURDES FERNANDES PEREIRA, matrícula nº 563502/4, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Padrão III, Referência I, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com lotação na Secretaria da Educação, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 2.302,97, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2025.04.223821P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BÁRBARA JESUÍNA MENDES GOMES
Presidente

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 24/2025

Processo nº: 2025/24830/003582

Contrato nº: 24/2025

Nº automático do Siafe/TO: 25000824

Contratante: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado Tocantins - IGEPREV/TO

Contratada: ACTUARIAL-ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL-EPP.
CNPJ: 00.767.919/0001-05

Objeto: Rescisão Consensual sendo motivada por alterações ocorridas na Administração Pública Estadual, que manifestou o desinteresse na continuidade da execução contratual, em razão de reavaliação administrativa e reorganização interna de suas demandas institucionais.
Data da Assinatura: 05/01/2026

Signatários: Bárbara Jesuína Mendes Gomes - Presidente do IGEPREV-TO
Ana Cláudia Pereira da Cunha - Vice Presidente do IGEPREV-TO
Luiz Cláudio Kogut - Representante da empresa ACTUARIAL ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA.

JUCETINS**PORTARIA JUCETINS Nº 001/2026, DE 06 DE JANEIRO DE 2026.**

O VICE-PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS, no uso de suas atribuições legais, pela competência que lhe fora atribuída pelo Ato nº 3.172 - DSG, de 08 de dezembro de 2025, publicado no D.O.E nº 6.956, de 08 de dezembro de 2025;

Art. 1º DESIGNAR, o servidor JAMPIERRE PERON DE OLIVEIRA ALVES, Gerente de Controle e Fiscalização, matrícula nº 103849-5, CPF xxx.xxx.x51-88, para sem prejuízo de suas funções, responder pelo expediente da Procuradoria Jurídica da Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS, por motivo de férias da titular MARIANA SAMPAIO DE ALMEIDA FERNANDES, Procuradora Jurídica, matrícula nº 811480-2, CPF xxx.xxx.x61-53, no período de 06/01/2026 a 25/01/2026.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmas-TO, aos 06 de janeiro de 2026.

WESLEY DE SOUSA LEMOS
Presidente Interino

MINERATINS**PORTARIA Nº 01/2026.**

A COMPANHIA DE MINERAÇÃO DO TOCANTINS - MINERATINS, representada por sua Diretora Interina, Fabrícia Sales Soares, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 0016/2025/EXT/CONAD desta Companhia e Estatuto Social, ocorrida aos dez dias do mês de dezembro de 2025.

CONSIDERANDO a necessidade de Contratação de empresa especializada em fornecimento de mobiliário sob medida para atender as necessidades da Companhia de Mineração do Tocantins - MINERATINS.

CONSIDERANDO a Dispensa de licitação, com base no art. 29, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, e suas alterações.

CONSIDERANDO a justificativa (SGD nº 2025/99949/003474), acostada aos autos que dispõe sobre as razões da escolha do fornecedor e a justificativa do preço, em atendimento ao disposto, artigo 29, II da Lei nº 13.303/16, conforme consta nos autos do Processo: 2025/99940/000085.

CONSIDERANDO a manifestação favorável constante no Parecer Jurídico (SGD nº: 2025/99949/003728), exarado pela Assessoria Jurídica, quanto a possibilidade da contratação.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, RATIFICAR e AUTORIZAR o Termo de Referência objetivando a Contratação de empresa especializada em fornecimento de mobiliário sob medida para atender as necessidades da Companhia de Mineração do Tocantins - MINERATINS, no valor total de R\$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais), por Dispensa de licitação, com base no art. 29, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, e suas alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DO TOCANTINS - MINERATINS, Palmas - TO, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

FABRÍCIA SALES SOARES
Diretora-Presidente
MINERATINS

NATURATINS

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 242/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Notificação nº NOT-E/FC035F/2025 (Processo 2025/40311/004935), lavrado em desfavor do Sr. Júlio César dos Santos, C.P.F xxx.xxx.xxx-23, com a descrição da seguinte conduta: "Destruir 34,3017 hectares de vegetação nativa tipologia cerrado em área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão competente, no imóvel rural denominado Fazenda Bebedouro localizada no município de Paranã-TO, inscrita no CAR nº 2176741". Providências determinadas: 1-providenciar e executar plano de recuperação das áreas degradadas-PRAD 2-retificar o CAR inserindo as áreas de preservação permanente não declaradas.

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura na Notificação, que comprove a ciência do notificado sobre a referida notificação ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA ao Sr. Júlio César dos Santos, C.P.F xxx.xxx.xxx-23, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 30 de outubro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 243/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Auto de Infração nº AUT-E/3350B8/2025 (Processo 2025/40311/004939), lavrado em desfavor do Sr. Júlio César dos Santos, C.P.F xxx.xxx.xxx-23, com a descrição da seguinte conduta: "Destruir 34,3017 hectares de vegetação nativa tipologia cerrado em área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão competente, no imóvel rural denominado Fazenda Bebedouro localizada no município de Paranã-TO, inscrita no CAR nº 2176741". Enquadramentos: art. 70, parágrafo §1º da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 72, Inciso II, da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 72, Inciso VII, da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 43, da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Como sanção administrativa foi aplicada multa simples no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Bem como lavrado o Termo de Embargo nº EMB/FE0333/2025 (Processo 2025/40311/004929).

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura no auto de infração, que comprove a ciência do autuado sobre a referida infração ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA ao Sr. Júlio César dos Santos, C.P.F xxx.xxx.xxx-23, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 30 de outubro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 244/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Auto de Infração nº AUT-E/6BE949/2025 (Processo 2025/40311/010655) lavrado em desfavor de LESSA AGROPECUÁRIA LTDA, C.N.P.J xx.xxx.xxx/xxxx-62, com a descrição da seguinte conduta: "Desmatar a corte raso uma área de 69,2347 hectares em florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal sem autorização do órgão ambiental competente". Enquadramentos: art. 70, parágrafo §1º da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 72, Inciso II, da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 72, Inciso VII, da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 52, da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Como sanção administrativa foi aplicada multa simples no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Bem como lavrado o Termo de Embargo nº EMB-E/A1F22A/2025 (Processo 2025/40311/010654).

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura no auto de infração, que comprove a ciência do autuado sobre a referida infração ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA a LESSA AGROPECUÁRIA LTDA, C.N.P.J xx.xxx.xxx/xxxx-62, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 30 de outubro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 245/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Auto de Infração nº AUT-E/BEE3D2/2025 (Processo 2025/40311/001488) lavrado em desfavor de LESSA AGROPECUÁRIA LTDA, C.N.P.J xx.xxx.xxx/xxxx-62, com a descrição da seguinte conduta: "Exercer atividade de extração mineral sem atualização e/ou licença do órgão ambiental competente". Enquadramentos: art. 66, parágrafo Único da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Como sanção administrativa foi aplicada multa simples no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Bem como lavrado o Termo de Embargo nº EMB-E/97DCDE/2025 (Processo 2025/40311/001517).

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura no auto de infração, que comprove a ciência do autuado sobre a referida infração ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA a LESSA AGROPECUÁRIA LTDA, C.N.P.J xx.xxx.xxx/xxxx-62, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 30 de outubro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 246/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Auto de Infração nº AUT-E/2A8A4F/2025 (Processo 2025/40311/001489) lavrado em desfavor de LESSA AGROPECUÁRIA LTDA, C.N.P.J xx.xxx.xxx/xxxx-62, com a descrição da seguinte conduta: "Desmatar 10,9251 hectares de vegetação nativa sem área remanescente sem autorização prévia do órgão ambiental competente. Conforme carta imagem anexo". Enquadramentos: art. 70, parágrafo §1º da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Art. 52, da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Como sanção administrativa foi aplicada multa simples no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura no auto de infração, que comprove a ciência do autuado sobre a referida infração ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA a LESSA AGROPECUÁRIA LTDA, C.N.P.J xx.xxx.xxx/xxxx-62, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 30 de outubro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 247/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Auto de Infração nº AUT-E/0EC2EF/2025 (Processo 2025/40311/014675), lavrado em desfavor da Sra. Maria de Sousa Lima da Silva, C.P. F xxx.xxx.xxx-90, com a descrição da seguinte conduta: "Construir (casa) em área considerada de preservação permanente, às margens do Ribeirão Sinhá, no loteamento Estrela do Norte. Sem autorização e/ou licença do órgão ambiental competente. Conforme Nota Técnica Nº 253/2024/GMGIA/NATURATINS - SGD: 2024/40319/166853". Enquadramentos: art. 60, da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 66, da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Art. 70, parágrafo §1º da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Art. 72, Inciso II, da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 72, Inciso VII, da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Como sanção administrativa foi aplicada a multa simples no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Bem como lavrado o Termo de Embargo nº EMB/9DE805/2025(Proces so2025/40311/014680).

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura no auto de infração, que comprove a ciência do autuado sobre a referida infração ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA a Sra. Maria de Sousa Lima da Silva, C.P.F xxx.xxx.xxx-90, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 30 de outubro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 248/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Auto de Infração nº AUT-E/72A640/2024 (Processo 2024/40311/022591), lavrado em desfavor do Sr. Walney Candido de Sousa, C.P. F xxx.xxx.xxx-21, com a descrição da seguinte conduta: "Desmatar 14,7243 hectares de vegetação nativa em área remanescente sem autorização prévia do órgão ambiental competente". Enquadramentos: art. 52, da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Como sanção administrativa foi aplicada multa simples no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura no auto de infração, que comprove a ciência do autuado sobre a referida infração ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA ao Sr. Walney Candido de Sousa., C.P.F xxx.xxx.xxx-21, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 30 de outubro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 249/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Auto de Infração nº AUT-E/9572C2/2024 (Processo 2024/40311/022583), lavrado em desfavor do Sr. Walney Candido de Sousa, C.P. F xxx.xxx.xxx-21, com a descrição da seguinte conduta: "Desmatar 4,4452 hectares de vegetação nativa em área considerada de preservação permanente - APP". Enquadramentos: art. 43, da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Como sanção administrativa foi aplicada multa simples no valor de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais). Bem como lavrado o Termo de Embargo nº EMB/F0DAAF/2024 (Processo 2024/40311/022584).

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura no auto de infração, que comprove a ciência do autuado sobre a referida infração ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA ao Sr. Walney Candido de Sousa., C.P.F xxx.xxx.xxx-21, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 30 de outubro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 250/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Auto de Infração nº AUT-E/FE13C5/2024 (Processo 2024/40311/022578), lavrado em desfavor do Sr. Walney Candido de Sousa, C.P. F xxx.xxx.xxx-21, com a descrição da seguinte conduta: "Desmatar 2,6478 hectares de vegetação nativa em área de reserva legal sem autorização do órgão ambiental competente". Enquadramentos: art. 51, da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Como sanção administrativa foi aplicada multa simples no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Bem como lavrado o Termo de Embargo nº EMB/2408C7/2024 (Processo 2024/40311/022580).

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura no auto de infração, que comprove a ciência do autuado sobre a referida infração ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA ao Sr. Walney Candido de Sousa., C.P.F xxx.xxx.xxx-21, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 30 de outubro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 251/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Auto de Infração nº AUT-E/EB180D/2025 (Processo 2025/40311/011173), lavrado em desfavor da Sra. Maria Alvina Alves da Luz, C.P. F xxx.xxx.xxx-53, com a descrição da seguinte conduta: "Danificar 0,143 hectares de florestas ou demais formações de vegetação nativa fora da reserva legal, sem autorização prévia da autoridade ambiental competente". Enquadramentos: art. 70, parágrafo §1º da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 72, Inciso II, da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 53, da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Como sanção administrativa foi aplicada a multa simples no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura no auto de infração, que comprove a ciência do autuado sobre a referida infração ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA a Sra. Maria Alvina Alves da Luz, C.P.F xxx.xxx.xxx-53, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 30 de outubro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 252/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Notificação nº NOT-E/158A2E/2025 (Processo 2025/40311/011894), lavrado em desfavor do Sr. Mário Sérgio Martin, C.P. F xxx.xxx.xxx-25, com a descrição da seguinte conduta: "Remete-se - a conferência de informações das informações apresentadas pelo empreendedor MARIO SERGIO MERTIN do empreendimento FAZENDA LAGOA DE SANTA LUZIA - ZONA RURAL localizado no município Natividade - Tocantins, para a obtenção da Declaração de Uso Insignificante - DUI: 2599/2021. CONFORME PARECER TÉCNICO DE MONITORAMENTO Nº 1198 AG-DIANOPOLIS/2024, SIGAM Nº 2021/40319/177471, referente ao Processo: 2021/40311/013567". Providências determinadas: Ao empreendedor deve providenciar as RECOMENDAÇÕES citadas no PARECER TÉCNICO DE MONITORAMENTO Nº 1198 AG-DIANOPOLIS/2024. • Certidão de Inteiro Teor atualizada; ou escritura Pública; ou Contrato Público de Compra e venda; ou outro documento que comprove a justa posse; Procuração (se for o caso). • Comprovante de endereço e documento com foto atualizados • Confirmar capacidade de vazão da captação, pois o volume máximo não deve ultrapassar 21,6 m³ por dia.

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura na Notificação, que comprove a ciência do notificado sobre a referida notificação ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA ao Sr. Mário Sérgio Martin, C.P.F xxx.xxx.xxx-25, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 30 de outubro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 253/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Notificação nº NOT-E/22887B/2025 (Processo 2025/40311/000442), lavrado em desfavor da/e Draga Bela Vista LTDA., C.N.P.J xx.xxx.xxx/xxxx-75, com a descrição da seguinte conduta: "Monitoramento Ambiental". Providências determinadas: Atender recomendações contidas no Parecer Técnico de Monitoramento 1624-AG ARAGUATINS/2024 SIGAM 2024/40319/253161.

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura na Notificação, que comprove a ciência do notificado sobre a referida notificação ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA a Draga Bela Vista LTDA, C.N.P.J xx.xxx.xxx/xxxx-75, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 02 de dezembro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 254/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Notificação nº NOT-E/AE77A1/2025 (Processo 2025/40311/010675), lavrado em desfavor do Sr. Antônio Dias dos Santos, C.P. F xxx.xxx.xxx-53, com a descrição da seguinte conduta: "Criação e manutenção espécie Tilápia-do-Nilo (*Oreochromis niloticus*) em tanque escavado.". Providências determinadas: Cessar a criação, manutenção e introdução Tilápia-do-Nilo (*Oreochromis niloticus*) em tanque escavado na Chácara Morada de Deus. Caso haja descumprimento da notificação, o notificado estará sujeito a multa diária até a regularização.

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura na Notificação, que comprove a ciência do notificado sobre a referida notificação ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA ao Sr. Antônio Dias dos Santos, C.P.F xxx.xxx.xxx-53, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 02 de dezembro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 255/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Notificação nº NOT-E/323BF0/2025 (Processo 2025/40311/000416), lavrado em desfavor do Sr. Gustavo Ferreira de Brito, C.P. F xxx.xxx.xxx-10, com a descrição da seguinte conduta: "Atendimento à Nota Técnica nº 3184-AG ARAGUAÍNA/2024. SIGAM: 2024/40319/282239". Providências determinadas: Atender as determinações elencadas no item EXIGÊNCIAS/RECOMENDAÇÕES da Nota Técnica nº 3184-AG ARAGUAÍNA/2024, sobretudo as exigências 02 e 03.

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura na Notificação, que comprove a ciência do notificado sobre a referida notificação ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA ao Sr. Gustavo Ferreira de Brito, C.P.F xxx.xxx.xxx-10, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 02 de dezembro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 256/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Auto de Infração nº AUT-E/AF6BCE/2024 (Processo 2024/40311/020583), lavrado em desfavor da Sra. Cleodilce Mesquita Macedo, C.P. F xxx.xxx.xxx-00, com a descrição da seguinte conduta: "Desmatar, a corte raso, 2,1833ha de vegetação nativa tipologia cerrado, no lote 52 PA Califórnia sem autorização do Órgão Ambiental competente". Enquadramentos: art. 52, da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Art. 70, parágrafo §1º da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Como sanção administrativa foi aplicada a multa simples no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Bem como lavrado o Termo de Embargo nº EMB/7601EE/2024(Processo 2024/40311/020584).

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura no auto de infração, que comprove a ciência do autuado sobre a referida infração ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA a Sra. Cleodilce Mesquita Macedo, C.P.F xxx.xxx.xxx-00, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 02 de dezembro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 257/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Auto de Infração nº AUT-E/FE4831/2024 (Processo 2024/40311/022156), lavrado em desfavor do Sr. James Lima Cipriano Mota, C.P. F xxx.xxx.xxx-40, com a descrição da seguinte conduta: "Desmatar 1,8203 hectares em área de reserva legal da tipologia cerrado sem autorização prévia do órgão ambiental competente na Fazenda denominada Beira do Ouro inscrita no CAR 1419704 no município de Taguatinga-TO. Contrariando ainda artigo 17 *caputs* da Lei Federal 12.651/12". Enquadramentos: art. 70, parágrafo §1º da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 72, Inciso II, da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 72, Inciso VII, da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 51, da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Como sanção administrativa foi aplicada multa simples no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Bem como lavrado o Termo de Embargo nº EMB/DE5764/2024 (Processo 2024/40311/022158).

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura no auto de infração, que comprove a ciência do autuado sobre a referida infração ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA ao Sr. James Lima Cipriano Mota, C.P.F xxx.xxx.xxx-40, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 02 de dezembro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 258/2025

O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, neste ato representado por seu Presidente, CLEDSON DA ROCHA LIMA, nomeado por meio do Ato Nº 2.109 - NM, de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6894 de mesma data, resolve expedir a presente NOTIFICAÇÃO:

Trata-se de Auto de Infração nº AUT-E/770992/2024 (Processo 2024/40311/022153), lavrado em desfavor do Sr. James Lima Cipriano Mota, C.P.F xxx.xxx.xxx-40, com a descrição da seguinte conduta: "Desmatar 8,5712 hectares de vegetação nativa da tipologia cerrado fora da reserva legal sem autorização prévia do órgão ambiental competente na Fazenda Beira Rio no município de Taguatinga-TO, contrariando artigo 51 parágrafos 1º da Lei Federal 12.651/2012 conforme coordenadas em anexo". Enquadramentos: art. 70, parágrafo §1º da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 72, Inciso II, da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 72, Inciso VII, da (o) LEI Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Art. 52, da (o) Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008. Como sanção administrativa foi aplicada multa simples no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Bem como lavrado o Termo de Embargo nº EMB/2AE8F2/2024(Processo 2024/40311/022154).

CONSIDERANDO o disposto no art. 96 do Decreto Federal nº 6514/2008.

CONSIDERANDO o disposto no art. 256 do Novo Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO a ausência de assinatura no auto de infração, que comprove a ciência do autuado sobre a referida infração ambiental e, considerando ainda, a tentativa frustrada de notificação por carta registrada com aviso de recebimento (AR) via CORREIOS.

Dê-se CIÊNCIA ao Sr. James Lima Cipriano Mota, C.P.F xxx.xxx.xxx-40, para que tenha conhecimento da lavratura do auto de infração em comento e, caso queira, apresente manifestação (DEFESA) no prazo de até 20 (vinte) dias após a presente publicação.

Palmas/TO, 02 de dezembro de 2025.

Cledson da Rocha Lima
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL Nº 92/2025.

REF: Pelo presente Termo de Compromisso, celebrado com fundamento nos §§3º e 5º do art. 59 e no art. 60 da Lei Federal nº 12.651/2012, bem como no art. 79-A da Lei Federal nº 9.605/2008, as partes abaixo qualificadas ajustam a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme as cláusulas a seguir estabelecidas.

PROCESSO: 2023/40311/019069
OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem objetivo a adesão ao PRA mediante a regularização ambiental de passivos identificados no imóvel rural de responsabilidade da COMPROMISSÁRIA, conforme Cadastro Ambiental Rural (CAR) Nº 466409.
VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência na data de sua assinatura e permanecerá válido até o integral cumprimento das obrigações nele pactuadas.
DATA DA ASSINATURA: 05 de dezembro de 2025
SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.
Compromissado: Ugui Campany Participações LTDA, CNPJ: XX.663.XXX/0001-19

TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL Nº 48/2025.

REF: Pelo presente Termo de Compromisso, celebrado com fundamento nos §§3º e 5º do art. 59 e no art. 60 da Lei Federal nº 12.651/2012, bem como no art. 79-A da Lei Federal nº 9.605/2008, as partes abaixo qualificadas ajustam a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme as cláusulas a seguir estabelecidas.

PROCESSO: 2023/40311/009282
OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem objetivo a adesão ao PRA mediante a regularização ambiental de passivos identificados no imóvel rural de responsabilidade da COMPROMISSÁRIA, conforme Cadastro Ambiental Rural (CAR) Nº 768069.
VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência na data de sua assinatura e permanecerá válido até o integral cumprimento das obrigações nele pactuadas.
DATA DA ASSINATURA: 05 de dezembro de 2025
SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.
Compromissada: Daltiva José Dos Santos, CPF: 169.XXX.391-XX

TERMO DE COMPROMISSO
PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL -
PRA DO IMÓVEL RURAL

Pelo presente Termo de Compromisso, celebrado com fundamento nos §§3º e 5º do art. 59 e no art. 60 da Lei Federal nº 12.651/2012, bem como no art. 79-A da Lei Federal nº 9.605/1998, as partes abaixo qualificadas ajustam a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme as cláusulas a seguir estabelecidas.

PROCESSO: 2023/40311/20008
OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a adesão ao PRA mediante a regularização ambiental de passivos identificados no imóvel rural de responsabilidade da COMPROMISSÁRIA, conforme Cadastro Ambiental Rural (CAR) nº 1150531.
VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá válido até o integral cumprimento das obrigações nele pactuadas.
DATA DA ASSINATURA: 22 de dezembro de 2025
SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.
Compromissado: FABRICIO ALVES BARBOSA, CPF: XXX.297/988-XX

TERMO DE COMPROMISSO
PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL -
PRA DO IMÓVEL RURAL Nº 90/2025

REF: Pelo presente Termo de Compromisso, celebrado com fundamento nos §§3º e 5º do art. 59 e no art. 60 da Lei Federal nº 12.651/2012, bem como no art. 79-A da Lei Federal nº 9.605/2008, as partes abaixo qualificadas ajustam a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme as cláusulas a seguir estabelecidas.

PROCESSO: 2023/40311/245575
OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem objetivo a adesão ao PRA mediante a regularização ambiental de passivos identificados no imóvel rural de responsabilidade da COMPROMISSÁRIA, conforme Cadastro Ambiental Rural (CAR) Nº 234708.
VIGÊNCIA: Este Termo de Compromisso terá vigência na data de sua assinatura e permanecerá válido até o integral cumprimento das obrigações nele pactuadas.
DATA DA ASSINATURA: 05 de dezembro de 2025
SIGNATÁRIOS: Compromitente: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, CNPJ nº 33.195.942/0001-21.
Compromissado: MILTON SANTANA DE FREITAS, CPF: XX.714.XXX/076-XX

COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 281-COMISSAO/2023

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 01/2022, de 01 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.141, em 02 de agosto de 2022, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, ANDREIVE RAFAEL VERCOSA FIGUEIREDO; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx2-20, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/012591 e Auto de Infração AUT-E/AF3F6A-2021, com a seguinte descrição: "Transporta 30.912 ST de carvão, sem licença válida para todo o tempo da viagem". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente, condenado o autuado ao pagamento da multa no valor de R\$9.273.60 (nove mil duzentos e setenta e três reais e sessenta centavos);

b) Caso o autuado queira efetuar o pagamento da multa, deverá procurar o NATURATINS para emissão do Documento de Arrecadação da Receita Estadual (DARE) ou apresentar proposta de parcelamento da multa, ou para apresentar recurso administrativo perante este órgão no prazo 20(vinte) dias;

c) O pagamento da multa realizado no prazo de até 05 (cinco) dias após a ciência do autuado, contará com desconto de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, conforme art. 126 *caput* e parágrafo único do Decreto Federal nº 6.514/2008;

d) Em não sendo efetuado o pagamento no prazo estipulado, impõe-se o encaminhamento do nome do autuado à Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins para que se proceda a sua inscrição em Dívida Ativa.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone: (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 05 de junho de 2023.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 624-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 150/2025, de 02 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.850, em 07 de julho de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, RUBENS CORREA JUNIOR; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx1-49, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2020/40311/003624 e Auto de Infração AUT-E/8857B5-2020, com a seguinte descrição: "Desmatar a corte raso 19,2454 há de vegetação nativa da tipologia cerrado, fora da reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente, condenado o autuado ao pagamento da multa no valor de R\$ 20.000.00 (vinte mil reais);

b) Caso o autuado queira efetuar o pagamento da multa, deverá procurar o NATURATINS para emissão do Documento de Arrecadação da Receita Estadual (DARE) ou apresentar proposta de parcelamento da multa, ou para apresentar recurso administrativo perante este órgão no prazo 20 (vinte) dias;

c) O pagamento da multa realizado no prazo de até 05 (cinco) dias após a ciência do autuado, contará com desconto de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, conforme art. 126 *caput* e parágrafo único do Decreto Federal nº 6.514/2008;

d) Em não sendo efetuado o pagamento no prazo estipulado, impõe-se o encaminhamento do nome do autuado à Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins para que se proceda a sua inscrição em Dívida Ativa.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone: (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 11 de agosto de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 653-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 150/2025, de 02 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.850 em 07 de julho de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, JULIANO ELIAS PEGO; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx1-74, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/017310 e Auto de Infração AUT-E/497D5E-2022, com a seguinte descrição: "Deixar de atender a exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Declarar encerrada a fase de instrução do processo administrativo ambiental;

b) Notificar o autuado ou procurador habilitado para, caso queira, apresentar alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 50 da IN/Naturatins nº 02/2017 e arts. 96 e 122 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Caso queira, poderão ser enviadas as alegações finais para o e-mail da Câmara de Julgamento de Auto de Infrações - CJAI, julgamentodigital@naturatins.to.gov.br.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone (63) 3218-2631, ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 14 de agosto de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 852-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 150/2025, de 02 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.850, em 07 de julho de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, AILSON CORREA RANGEL; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx7-00, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/017304 e Auto de Infração 157249, com a seguinte descrição: "Transportar 36,07m³ de madeira serrada, em razão da divergência do tipo constante". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente, condenado o autuado ao pagamento da multa no valor de R\$ 10.821,00 (dez mil e oitocentos e vinte e um reais);

b) Caso o autuado queira efetuar o pagamento da multa, deverá procurar o NATURATINS para emissão do Documento de Arrecadação da Receita Estadual (DARE) ou apresentar proposta de parcelamento da multa, ou para apresentar recurso administrativo perante este órgão no prazo 20 (vinte) dias;

c) O pagamento da multa realizado no prazo de até 05 (cinco) dias após a ciência do autuado, contará com desconto de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, conforme art. 126 *caput* e parágrafo único do Decreto Federal nº 6.514/2008;

d) Em não sendo efetuado o pagamento no prazo estipulado, impõe-se o encaminhamento do nome do autuado à Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins para que se proceda a sua inscrição em Dívida Ativa.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone: (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 01 de outubro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 903-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 226/2025, de 30 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.911, em 02 de outubro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, REGINALDO CARNEIRO DOS SANTOS; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx1-50, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/009326 e Auto de Infração AUT-E/68D81E-2022, com a seguinte descrição: "Adquirir para fins comerciais madeira serrada, sem a devida licença do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Declarar encerrada a fase de instrução do processo administrativo ambiental;

b) Notificar o autuado ou procurador habilitado para, caso queira, apresentar alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 50 da IN/Naturatins nº 02/2017 e arts. 96 e 122 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Caso queira, poderão ser enviadas as alegações finais para o e-mail da Câmara de Julgamento de Auto de Infrações - CJAI, julgamentodigital@naturatins.to.gov.br.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone: (63) 3218-2631, ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 09 de outubro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 947-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 226/2025, de 30 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.911 em 02 de outubro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa jurídica denominada, AUTOPEÇAS TEIXEIRA E SILVA; inscrito no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxx1-83, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/00873 e Auto de Infração AUT-E/A95CA5-2022, com a seguinte descrição: "Causar poluição de qualquer natureza (lançamento de derivados de petróleo) em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana ou ao meio ambiente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente, condenado o autuado ao pagamento da multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

b) Caso o autuado queira efetuar o pagamento da multa, deverá procurar o NATURATINS para emissão do Documento de Arrecadação da Receita Estadual (DARE) ou apresentar proposta de parcelamento da multa, ou para apresentar recurso administrativo perante este órgão no prazo 20 (vinte) dias;

c) O pagamento da multa realizado no prazo de até 05 (cinco) dias após a ciência do autuado, contará com desconto de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, conforme art. 126 *caput* e parágrafo único do Decreto Federal nº 6.514/2008;

d) Em não sendo efetuado o pagamento no prazo estipulado, impõe-se o encaminhamento do nome do autuado à Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins para que se proceda a sua inscrição em Dívida Ativa.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 17 de outubro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 978-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 226/2025, de 30 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.911, em 02 de outubro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa jurídica denominada, ROLLEMBERG EGIDIO FERREIRA DE AGUIAR; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx1-91, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2021/40311/011313 e Auto de Infração AUT-E/5DAC87-2021, com a seguinte descrição: "Desmatar a corte raso uma área de 23,9ha de vegetação nativa em área remanescente, sem autorização do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente, condenado o autuado ao pagamento da multa no valor de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais);

b) Caso o autuado queira efetuar o pagamento da multa, deverá procurar o NATURATINS para emissão do Documento de Arrecadação da Receita Estadual (DARE) ou apresentar proposta de parcelamento da multa, ou para apresentar recurso administrativo perante este órgão no prazo 20 (vinte) dias;

c) O pagamento da multa realizado no prazo de até 05 (cinco) dias após a ciência do autuado, contará com desconto de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, conforme art. 126 *caput* e parágrafo único do Decreto Federal nº 6.514/2008;

d) Em não sendo efetuado o pagamento no prazo estipulado, impõe-se o encaminhamento do nome do autuado à Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins para que se proceda a sua inscrição em Dívida Ativa.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br. ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 14 de outubro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 998-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 226/2025, de 30 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.911, em 02 de outubro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, RAIMUNDO NONATO DA SILVA; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx1-01, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/013247 e Auto de Infração AUT-E/B31385-2021, com a seguinte descrição: "Destruir ou danificar floresta ou demais forma de vegetação natural em área de preservação permanente-APP, sem autorização do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente, condenado o autuado ao pagamento da multa no valor de R\$ 5.000.00 (cinco mil reais);

b) Caso o autuado queira efetuar o pagamento da multa, deverá procurar o NATURATINS para emissão do Documento de Arrecadação da Receita Estadual (DARE) ou apresentar proposta de parcelamento da multa, ou para apresentar recurso administrativo perante este órgão no prazo 20 (vinte) dias;

c) O pagamento da multa realizado no prazo de até 05 (cinco) dias após a ciência do autuado, contará com desconto de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, conforme art. 126 *caput* e parágrafo único do Decreto Federal nº 6.514/2008;

d) Em não sendo efetuado o pagamento no prazo estipulado, impõe-se o encaminhamento do nome do autuado à Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins para que se proceda a sua inscrição em Dívida Ativa.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br. ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 24 de outubro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 1010-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 226/2025, de 30 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.911, em 02 de outubro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, JAIME ATAVILA NETO; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx1-88, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/011202 e Auto de Infração AUT-E/37EFFF-2022, com a seguinte descrição: "Desmatar a corte raso 51,095 hectares de vegetação tipologia cerrado fora da reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente, condenado o autuado ao pagamento da multa no valor de R\$ 52.000.00 (cinquenta e dois mil reais);

b) Por constar comprovante de pagamento efetuado com 30% de desconto, não resta mais dívida quanto ao auto de infração nº AUT-E/37EFFF-2022.

c) Que seja encaminhado cópia desta decisão a autuada, após trânsito em julgado, os autos devem ser arquivados com as formalidades de praxe.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br. ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 21 de outubro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 1011-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 226/2025, de 30 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.911, em 02 de outubro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa jurídica denominada, TRANSBRAZILIANA TRANSPORTES E TURISMO; inscrito no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxx4-37, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/001990 e Auto de Infração AUT-E/0B0D24-2022, com a seguinte descrição: "Funcionar estabelecimento atividades obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, sem autorização do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente, condenado o autuado ao pagamento da multa no valor de R\$ 5.000.00 (cinco mil reais);

b) Caso o autuado queira efetuar o pagamento da multa, deverá procurar o NATURATINS para emissão do Documento de Arrecadação da Receita Estadual (DARE) ou apresentar proposta de parcelamento da multa, ou para apresentar recurso administrativo perante este órgão no prazo 20 (vinte) dias;

c) O pagamento da multa realizado no prazo de até 05 (cinco) dias após a ciência do autuado, contará com desconto de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, conforme art. 126 *caput* e parágrafo único do Decreto Federal nº 6.514/2008;

d) Em não sendo efetuado o pagamento no prazo estipulado, impõe-se o encaminhamento do nome do autuado à Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins para que se proceda a sua inscrição em Dívida Ativa.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 28 de outubro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 1014-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 226/2025, de 30 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.911, em 02 de outubro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, VALDOMIR LOPES DE BRITO; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx1-20, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/002009 e Auto de Infração AUT-E/DC0120-2021, com a seguinte descrição: "Deixar de atender as exigências legais quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente, condenado o autuado ao pagamento da multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

b) Caso o autuado queira efetuar o pagamento da multa, deverá procurar o NATURATINS para emissão do Documento de Arrecadação da Receita Estadual (DARE) ou apresentar proposta de parcelamento da multa, ou para apresentar recurso administrativo perante este órgão no prazo 20 (vinte) dias;

c) O pagamento da multa realizado no prazo de até 05 (cinco) dias após a ciência do autuado, contará com desconto de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, conforme art. 126 *caput* e parágrafo único do Decreto Federal nº 6.514/2008;

d) Em não sendo efetuado o pagamento no prazo estipulado, impõe-se o encaminhamento do nome do autuado à Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins para que se proceda a sua inscrição em Dívida Ativa.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 28 de outubro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 1059-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 260/2025, de 04 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.935, em 06 de novembro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, ORLANDO NUNES DA SILVA JÚNIOR; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx1-91, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/009100 e Auto de Infração AUT-E/D450B2-2022, com a seguinte descrição: "Pescar em lugares interditados por órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente;

b) Por ser a presente infração administrativa ambiental considerada como de menor lesividade ao meio ambiente, em decorrência da condenação do autuado ao pagamento de multa pecuniária simples no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), conforme art. 5º, §1º do Decreto Federal nº 6.514/2008, sem prejuízo das demais sanções eventualmente aplicadas e ainda, converte-se a multa simples aplicada em advertência;

c) O autuado deverá ser notificado por via postal com aviso de recebimento, para dar-lhe ciência da decisão ou via publicação no Diário Oficial do Estado, para que tome conhecimento da decisão prolatada por essa comissão;

d) Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 10 de novembro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 1074-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 260/2025, de 04 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.935, em 06 de novembro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, IRANY OLIVEIRA DA SILVA; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx1-91, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/010093 e Auto de Infração AUT-E/073B91-2022, com a seguinte descrição: "Desmatar 14,9831 hectares de vegetação nativa em área de reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Declarar encerrada a fase de instrução do processo administrativo ambiental;

b) Notificar o autuado ou procurador habilitado para, caso queira, apresentar alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 50 da IN/Naturatins nº 02/2017 e arts. 96 e 122 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Caso queira, poderão ser enviadas as alegações finais para o e-mail da Câmara de Julgamento de Auto de Infrações - CJAI, julgamentodigital@naturatins.to.gov.br.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone: (63) 3218-2631, ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 11 de novembro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 1087-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 260/2025, de 04 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.935, em 06 de novembro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, GERMANO XAVIER GALL; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx9-41, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/014000 e Auto de Infração AUT-E/802396-2022, com a seguinte descrição: "Transportar 51,76 estéreos de madeira(mourões) em desacordo com a legislação ambiental em vigor". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Declarar encerrada a fase de instrução do processo administrativo ambiental;

b) Notificar o autuado ou procurador habilitado para, caso queira, apresentar alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 50 da IN/Naturatins nº 02/2017 e arts. 96 e 122 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Caso queira, poderão ser enviadas as alegações finais para o e-mail da Câmara de Julgamento de Auto de Infrações - CJAI, julgamentodigital@naturatins.to.gov.br.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone: (63) 3218-2631, ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 12 de novembro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 1090-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 260/2025, de 04 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.935, em 06 de novembro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, ERCÍLIO BEZERRA DE CASTRO FILHO; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx1-15, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/002500 e Auto de Infração AUT-E/A549A8-2022, com a seguinte descrição: "Transportar 5,38kg de pescado de diversas espécies sem comprovante de origem, sem autorização do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente;

b) Por ser a presente infração administrativa ambiental considerada como de menor lesividade ao meio ambiente, em decorrência da condenação do autuado ao pagamento de multa pecuniária simples no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), conforme art. 5º, § 1º do Decreto Federal nº 6.514/2008, sem prejuízo das demais sanções eventualmente aplicadas e ainda, converte-se a multa simples aplicada em advertência;

c) O autuado deverá ser notificado por via postal com aviso de recebimento, para dar-lhe ciência da decisão ou via publicação no Diário Oficial do Estado, para que tome conhecimento da decisão prolatada por essa comissão;

d) Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone: (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 12 de novembro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 1097-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 260/2025, de 04 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.935, em 06 de novembro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, DANTAS CARNEIRO JUNIOR; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx6-53, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/011713 e Auto de Infração AUT-E/370A95-2022, com a seguinte descrição: "Desmatar a corte raso 25,6142 hectares de vegetação nativa tipologia cerrado, sem autorização do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Declarar encerrada a fase de instrução do processo administrativo ambiental;

b) Notificar o autuado ou procurador habilitado para, caso queira, apresentar alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 50 da IN/Naturatins nº 02/2017 e arts. 96 e 122 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Caso queira, poderão ser enviadas as alegações finais para o e-mail da Câmara de Julgamento de Auto de Infrações - CJAI, julgamentodigital@naturatins.to.gov.br.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone: (63) 3218-2631, ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 13 de novembro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 1110-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 260/2025, de 04 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.935 em 06 de novembro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa jurídica denominada, DOMINIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A; inscrito no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxx2-67, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/011871 e Auto de Infração AUT-E/1178AD-2022, com a seguinte descrição: "Destruir, desmatar, danificar ou explorar 23,45 há de floresta ou qualquer outro tipo de vegetação, sem autorização do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Declarar encerrada a fase de instrução do processo administrativo ambiental;

b) Notificar o autuado ou procurador habilitado para, caso queira, apresentar alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 50 da IN/Naturatins nº 02/2017 e arts. 96 e 122 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Caso queira, poderão ser enviadas as alegações finais para o e-mail da Câmara de Julgamento de Auto de Infrações - CJAI, julgamentodigital@naturatins.to.gov.br.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone: (63) 3218-2631, ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 14 de novembro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 1113-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 260/2025 de 04 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.935 em 06 de novembro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa jurídica denominada, DOMINIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A; inscrito no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xx2-67, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/011868 e Auto de Infração AUT-E/A1B5FF-2022, com a seguinte descrição: "Desmatar ou danificar 24,80 há de floresta considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Declarar encerrada a fase de instrução do processo administrativo ambiental;

b) Notificar o autuado ou procurador habilitado para, caso queira, apresentar alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 50 da IN/Naturatins nº 02/2017 e arts. 96 e 122 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Caso queira, poderão ser enviadas as alegações finais para o e-mail da Câmara de Julgamento de Auto de Infrações - CJAI, julgamentodigital@naturatins.to.gov.br.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone (63) 3218-2631, ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 14 de novembro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 1126-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 226/2025, de 30 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.911, em 02 de outubro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, JOSÉ LOPES DA SILVA; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx1-87, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/011357 e Auto de Infração AUT-E/6C1364-2022, com a seguinte descrição: "Desmatar 20,9237 hectares de vegetação nativa em área de reserva legal (ARL), sem autorização do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente, condenado o autuado ao pagamento da multa no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais);

b) Caso o autuado queira efetuar o pagamento da multa, deverá procurar o NATURATINS para emissão do Documento de Arrecadação da Receita Estadual (DARE) ou apresentar proposta de parcelamento da multa, ou para apresentar recurso administrativo perante este órgão no prazo 20 (vinte) dias;

c) O pagamento da multa realizado no prazo de até 05 (cinco) dias após a ciência do autuado, contará com desconto de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, conforme art. 126 *caput* e parágrafo único do Decreto Federal nº 6.514/2008;

d) Em não sendo efetuado o pagamento no prazo estipulado, impõe-se o encaminhamento do nome do autuado à Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins para que se proceda a sua inscrição em Dívida Ativa.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone: (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 17 de novembro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº: 1139-COMISSAO/2025

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAI, instituída pela Portaria/NATURATINS nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, e posteriormente alterada pela Portaria nº 260/2025, de 04 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.935, em 06 de novembro de 2025, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA a pessoa física denominada, DULCIANA FALCÃO COELHO CALDEIRA; inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx1-72, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo.

Refere-se ao processo nº 2022/40311/014221 e Auto de Infração nº 157061, com a seguinte descrição: "Destruir 0,22 hectares de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente". Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Cancelar o auto de infração, julgando-lhe improcedente;

b) O autuado deverá ser notificado por via postal com aviso de recebimento, para dar-lhe ciência da decisão, ou via publicação no Diário Oficial do Estado, para que tome conhecimento da decisão da comissão.

c) Notificar da decisão a Gerência de Fiscalização Ambiental, conforme o disposto no art. 98, Parágrafo Único da IN/Naturatins 02/2017.

d) Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Comissão de Julgamento de Auto de Infração, através do telefone: (63) 3218-2631, e-mail: julgamentodigital@naturatins.to.gov.br ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 18 de novembro de 2025.

JOÃO BENTO SANTOS BARBOSA
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO
1ª Instância

UNITINS

**PORTARIA/UNITINS/Nº 003/2026/GABREITOR,
DE 06 DE JANEIRO DE 2026.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o ATO n. 1.564 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.380, de 31 de julho de 2023, e na conformidade do artigo 10, inciso XV, do Estatuto da Universidade Estadual do Tocantins, RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Ordinário em desfavor de C.T.M., matrícula nº 831619, lotado na Coordenação do curso de Engenharia Agrônoma, Câmpus Palmas, para apurar suas responsabilidades diante das informações contidas no Procedimento 2024.0011149 encaminhado pela Ministério Público do Estado, que supostamente infringir o art. 135 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins.

Art. 2º A Comissão Processante deverá ser formada pelos servidores que compõem a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designados pela PORTARIA/UNITINS/Nº 535/2025/GABREITOR, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.961, de 15 de dezembro de 2025, sendo presidida necessariamente por Bacharel em Direito, com objetivo de apurar possível transgressão disciplinar dos fatos mencionados no artigo anterior, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Parágrafo único. Os membros que irão conduzir o Processo Administrativo Disciplinar e deverão constar no Termo de Instauração de Processo Administrativo Disciplinar, cuja identificação da Comissão deverá ser comunicada ao sindicato no início dos procedimentos.

Art. 3º Determinar o prazo de 60(sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, contado a partir da publicação deste ato na imprensa oficial, que poderá ser prorrogado por igual período mediante justo motivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas-TO, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

**PORTARIA/UNITINS/Nº 004/2026/GABREITOR,
DE 06 DE JANEIRO DE 2026.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o ATO n. 1.564 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.380, de 31 de julho de 2023, e na conformidade do artigo 10, inciso XV, do Estatuto da Universidade Estadual do Tocantins, RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Ordinário em desfavor de T.M.L., matrícula nº 810175, lotado na Coordenação do curso de Engenharia Agrônoma, Câmpus Palmas, para apurar suas responsabilidades diante das informações contidas no Procedimento 2024.0011149 encaminhado pela Ministério Público do Estado, que supostamente infringir o art. 135 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins.

Art. 2º A Comissão Processante deverá ser formada pelos servidores que compõem a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designados pela PORTARIA/UNITINS/Nº 535/2025/GABREITOR, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.961, de 15 de dezembro de 2025, sendo presidida necessariamente por Bacharel em Direito, com objetivo de apurar possível transgressão disciplinar dos fatos mencionados no artigo anterior, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Parágrafo único. Os membros que irão conduzir o Processo Administrativo Disciplinar e deverão constar no Termo de Instauração de Processo Administrativo Disciplinar, cuja identificação da Comissão deverá ser comunicada ao sindicato no início dos procedimentos.

Art. 3º Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, contado a partir da publicação deste ato na imprensa oficial, que poderá ser prorrogado por igual período mediante justo motivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas-TO, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

**PORTARIA/UNITINS/Nº 005/2026/GABREITOR,
DE 06 DE JANEIRO DE 2026.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o ATO n. 1.564 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.380, de 31 de julho de 2023, e na conformidade do artigo 10, inciso XV, do Estatuto da Universidade Estadual do Tocantins, RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Ordinário em desfavor de M.C.S.L., para apurar suas responsabilidades diante das informações contidas no Procedimento 2024.0011149 encaminhado pela Ministério Público do Estado, que supostamente infringir o art. 135 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins.

Art. 2º A Comissão Processante deverá ser formada pelos servidores que compõem a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designados pela PORTARIA/UNITINS/Nº 535/2025/GABREITOR, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.961, de 15 de dezembro de 2025, sendo presidida necessariamente por Bacharel em Direito, com objetivo de apurar possível transgressão disciplinar dos fatos mencionados no artigo anterior, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Parágrafo único. Os membros que irão conduzir o Processo Administrativo Disciplinar e deverão constar no Termo de Instauração de Processo Administrativo Disciplinar, cuja identificação da Comissão deverá ser comunicada ao sindicato no início dos procedimentos.

Art. 3º Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, contado a partir da publicação deste ato na imprensa oficial, que poderá ser prorrogado por igual período mediante justo motivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas-TO, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

**PORTARIA/UNITINS/Nº 006/2026/GABREITOR,
DE 06 DE JANEIRO DE 2026.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o ATO n. 1.564 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.380, de 31 de julho de 2023, e na conformidade do artigo 10, inciso XV, do Estatuto da Universidade Estadual do Tocantins, RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Ordinário em desfavor de J.L.C.S.J., matrícula nº 821623, lotado na Coordenação do curso de Engenharia Agrônoma, Câmpus Palmas, para apurar suas responsabilidades diante das informações contidas no Procedimento 2024.0011149 encaminhado pela Ministério Público do Estado, que supostamente infringir o art. 135 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins.

Art. 2º A Comissão Processante deverá ser formada pelos servidores que compõem a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designados pela PORTARIA/UNITINS/Nº 535/2025/GABREITOR, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.961, de 15 de dezembro de 2025, sendo presidida necessariamente por Bacharel em Direito, com objetivo de apurar possível transgressão disciplinar dos fatos mencionados no artigo anterior, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Parágrafo único. Os membros que irão conduzir o Processo Administrativo Disciplinar e deverão constar no Termo de Instauração de Processo Administrativo Disciplinar, cuja identificação da Comissão deverá ser comunicada ao sindicato no início dos procedimentos.

Art. 3º Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, contado a partir da publicação deste ato na imprensa oficial, que poderá ser prorrogado por igual período mediante justo motivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas-TO, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

**PORTARIA/UNITINS/Nº 007/2026/GABREITOR,
DE 06 DE JANEIRO DE 2026.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o ATO n. 1.564 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.380, de 31 de julho de 2023, e na conformidade do artigo 10, inciso XV, do Estatuto da Universidade Estadual do Tocantins, RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Ordinário em desfavor de G.C.A., matrícula nº 821624, lotado na Coordenação do curso de Engenharia Agrônômica, Câmpus Palmas, para apurar suas responsabilidades diante das informações contidas no Procedimento 2024.0011149 encaminhado pela Ministério Público do Estado, que supostamente infringir o art. 135 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins.

Art. 2º A Comissão Processante deverá ser formada pelos servidores que compõem a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designados pela PORTARIA/UNITINS/Nº 535/2025/GABREITOR, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.961, de 15 de dezembro de 2025, sendo presidida necessariamente por Bacharel em Direito, com objetivo de apurar possível transgressão disciplinar dos fatos mencionados no artigo anterior, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Parágrafo único. Os membros que irão conduzir o Processo Administrativo Disciplinar e deverão constar no Termo de Instauração de Processo Administrativo Disciplinar, cuja identificação da Comissão deverá ser comunicada ao sindicato no início dos procedimentos.

Art. 3º Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, contado a partir da publicação deste ato na imprensa oficial, que poderá ser prorrogado por igual período mediante justo motivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas-TO, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

**PORTARIA/UNITINS/Nº 008/2026/GABREITOR,
DE 06 DE JANEIRO DE 2026.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o ATO n. 1.564 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.380, de 31 de julho de 2023, e na conformidade do artigo 10, inciso XV, do Estatuto da Universidade Estadual do Tocantins, RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Ordinário em desfavor de E.U.L., matrícula nº 830200, lotada na Coordenação do curso de Engenharia Agrônômica, Câmpus Palmas, para apurar suas responsabilidades diante das informações contidas no Procedimento 2024.0011149 encaminhado pela Ministério Público do Estado, que supostamente infringir o art. 135 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins.

Art. 2º A Comissão Processante deverá ser formada pelos servidores que compõem a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designados pela PORTARIA/UNITINS/Nº 535/2025/GABREITOR, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.961, de 15 de dezembro de 2025, sendo presidida necessariamente por Bacharel em Direito, com objetivo de apurar possível transgressão disciplinar dos fatos mencionados no artigo anterior, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Parágrafo único. Os membros que irão conduzir o Processo Administrativo Disciplinar e deverão constar no Termo de Instauração de Processo Administrativo Disciplinar, cuja identificação da Comissão deverá ser comunicada ao sindicato no início dos procedimentos.

Art. 3º Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, contado a partir da publicação deste ato na imprensa oficial, que poderá ser prorrogado por igual período mediante justo motivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas-TO, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

**PORTARIA/UNITINS/Nº 009/2026/GABREITOR,
DE 06 DE JANEIRO DE 2026.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o ATO n. 1.564 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.380, de 31 de julho de 2023, e na conformidade do artigo 10, inciso XV, do Estatuto da Universidade Estadual do Tocantins, RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Ordinário em desfavor de E.R.S., para apurar suas responsabilidades diante das informações contidas no Procedimento 2024.0011149 encaminhado pela Ministério Público do Estado, que supostamente infringir o art. 135 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins.

Art. 2º A Comissão Processante deverá ser formada pelos servidores que compõem a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designados pela PORTARIA/UNITINS/Nº 535/2025/GABREITOR, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.961, de 15 de dezembro de 2025, sendo presidida necessariamente por Bacharel em Direito, com objetivo de apurar possível transgressão disciplinar dos fatos mencionados no artigo anterior, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Parágrafo único. Os membros que irão conduzir o Processo Administrativo Disciplinar e deverão constar no Termo de Instauração de Processo Administrativo Disciplinar, cuja identificação da Comissão deverá ser comunicada ao sindicato no início dos procedimentos.

Art. 3º Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, contado a partir da publicação deste ato na imprensa oficial, que poderá ser prorrogado por igual período mediante justo motivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas-TO, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

**PORTARIA/UNITINS/Nº 12/2026/GABREITOR,
DE 08 DE JANEIRO DE 2026.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o ATO nº 1.564 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6380, de 31 de julho de 2023, na conformidade da Lei n. 3.124/2016 e do artigo 10, inciso XV, do Estatuto desta Universidade, consubstanciado pelo MEMO/UNITINS/Nº 002/2026/GABREITOR,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR EXPEDITO ALVES CARDOSO, matrícula nº 900364, a partir de 08 de janeiro de 2026, do cargo de provimento em comissão de Assessor I - AEU-1-CDAL -1, junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação, com efeitos a partir da data da exoneração.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 08 dias do mês de janeiro de 2026.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

**PORTARIA/UNITINS/Nº 13/2026/GABREITOR,
DE 08 DE JANEIRO DE 2026.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o ATO nº 1.564 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6380, de 31 de julho de 2023, e na conformidade da Lei n. 3.124/2016 e do artigo 10, inciso XV, do Estatuto desta Universidade, consubstanciado pelo MEMO/UNITINS/Nº 004/2026/GABREITOR,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a partir de 08 de janeiro de 2026, EXPEDITO ALVES CARDOSO, matrícula funcional n. 900364 para o exercício de Função Comissionada Especial da UNITINS FC-Unitins-3, conforme Lei Estadual nº 4.008, de 07 de novembro de 2022, junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação com efeitos a partir da data de designação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 08 dias do mês de janeiro de 2026.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

**PORTARIA/UNITINS/Nº 14/2026/GABREITOR,
DE 08 DE JANEIRO DE 2026.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o ATO nº 1.564 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6380, de 31 de julho de 2023, e na conformidade da Lei n. 3.124/2016 e do artigo 10, inciso XV, do Estatuto desta Universidade, consubstanciado pelo MEMO/UNITINS/Nº 003/2026/GABREITOR,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 08 de janeiro de 2026, MARIA LUIZA PEREIRA NUNES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor I - AEU-1, junto à Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS. Em conformidade com a Lei nº 4.008, de 07 de novembro de 2022, de cargos em comissão desta Instituição, consubstanciada pela Lei nº 4.188, de 18 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação, com efeito a partir da data de nomeação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 08 dias do mês de janeiro de 2026.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº: 2022/20321/000368

Contrato nº: 004/2024

Termo Aditivo: 6º

Contratante: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS

Contratada: IRKA CONSTRUÇÕES LTDA

Interveniente: AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO

CNPJ: 16.879.847/0001-28

Objeto: Fica o valor do contrato reajustado com base no Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCCM), no valor de R\$ 417.657,46 (quatrocentos e dezessete mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta e seis centavos), correspondendo a 24,61%, sendo o valor inicial do contrato de R\$ 1.697.216,61 (um milhão, seiscentos e noventa e sete mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos), perfazendo um valor total do contrato após o aditivo em R\$ 2.114.874,09 (dois milhões, cento e quatorze mil, oitocentos e setenta e quatro reais, nove centavos) Valor do Contrato Aditivado: R\$ 2.114.874,09 (dois milhões, cento e quatorze mil, oitocentos e setenta e quatro reais, nove centavos).

Natureza da Despesas: 449051

Fonte de Recursos: 50010011010888888

Data de Assinatura: 16 de dezembro de 2025

Vigência: 15/12/2025 a 14/12/2027

Signatários: AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS - Reitor da UNITINS;

IUKIE BRINGEL KAWAMURA - Representante da Contratada

AGETO TÚLIO PEREIRALABRE - Vice-Presidente Executivo da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura

EXTRATO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

A Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, CNPJ: 01.637.536/0001-85, torna público para fins de atendimento do disposto no art. 21 da Portaria MEC Nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, que no período de 01/12/2025 a 31/12/2025 registrou 49 (quarenta e nove) diplomas de graduação, no seguinte livro de registro e sequências numéricas: Livro 100 - Registros 100968 a 100976 e 100978 a 101019. Torna público, ainda, que a relação de diplomas registrados poderá ser consultada no endereço eletrônico <<http://www.unitins.br>>.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO/CONSUNI/N. 079, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Republicada para correção

Aprovar o Regulamento do Programa de Pré-Incubação Germina, do Núcleo de Inovação Tecnológica da UNITINS, conforme especifica.

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, usando das atribuições que lhe confere o art. 10, incisos XXI, do Decreto Estadual nº 5.759/2017, que aprova o Estatuto da Unitins, considerando o disposto no art. 51, inciso XII do Estatuto da Universidade e o princípio da eficiência e da continuidade do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Programa de Pré-Incubação Germina, vinculado ao Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, conforme Processo Administrativo n. 2025/20320/000696.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

SALA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI da Universidade Estadual do Tocantins, em Palmas/TO, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Presidente

ANEXO À RESOLUÇÃO/CONSUNI/N. 079/2025,
de 16 de dezembro de 2025.

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PRÉ-INCUBAÇÃO DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS - GERMINA

O Programa de Pré-Incubação da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), promovido pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), é uma iniciativa estratégica voltada ao fomento do empreendedorismo inovador e à transformação de ideias em negócios sustentáveis. Destinado a estudantes, servidores e colaboradores da Unitins, além de servidores das Secretarias estaduais, o programa oferece mentoria especializada, capacitação técnica e acesso a redes de inovação, com o objetivo de validar modelos de negócio e desenvolver soluções alinhadas às demandas do mercado e aos princípios de sustentabilidade (ESG). Ao integrar a universidade, o setor público e o ecossistema empreendedor, a iniciativa fortalece a cultura de inovação no Tocantins, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região e a formação de empreendimentos de base tecnológica e impacto social.

1. APRESENTAÇÃO

O Programa de Pré-Incubação Germina, desenvolvido pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) por meio de seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), é uma iniciativa estratégica que visa transformar ideias inovadoras em modelos de negócio sustentáveis. Projetado como etapa preparatória à incubação, o programa oferece estrutura, capacitação e mentoria especializada para validação de conceitos, desenvolvimento de protótipos e construção de modelos de negócio. Os Estudos do Sebrae (2025) destacam que a chance de mortalidade das empresas nos primeiros 5 anos é alta, logo, programas dessa natureza são fundamentais para reduzir a mortalidade de startups, pois capacitam empreendedores ainda na fase embrionária de seus projetos.

Alinhado aos princípios ESG (Environmental, Social, and Governance), o Germina busca não apenas viabilidade econômica, mas também impacto socioambiental positivo. Na dimensão ambiental, incentiva soluções como tecnologias verdes, economia circular e eficiência energética, seguindo tendências globais apontadas pela OCDE (2021). Essa abordagem garante que os projetos nasçam resilientes e adaptados às demandas contemporâneas.

No eixo social, o programa promove inclusão e diversidade, ao envolver estudantes, servidores da UNITINS e servidores públicos estaduais em ações que resolvem problemas reais da sociedade, como saúde, educação e mobilidade urbana - alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015). Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2025) os empreendimentos originados em ambientes acadêmicos, como os fomentados pela UNITINS, têm maior potencial de impacto coletivo.

A governança (Governance) é assegurada por processos transparentes, metodologias ágeis e acompanhamento técnico, garantindo que os projetos avancem com ética e responsabilidade. Conforme a ANPROTEC (2019), programas estruturados com critérios claros, como o Germina, elevam significativamente as taxas de sucesso dos empreendimentos.

Como ponte entre a UNITINS, o setor público e a iniciativa privada, o programa fortalece o ecossistema de inovação tocantinense. Essa integração, essencial para escalar ideias disruptivas (Blank e Dorf, 2014), permite que conhecimento acadêmico se transforme em soluções práticas para o mercado e a sociedade.

O programa também prioriza a sustentabilidade financeira dos projetos, orientando sobre fontes de fomento, editais e modelos escaláveis. Dados da ABStartups (2023) comprovam que empreendimentos pré-incubados têm maior capacidade de captar recursos, pois já nascem alinhados às demandas do mercado. Assim, a UNITINS consolida seu papel no desenvolvimento econômico equilibrado do Tocantins, formando negócios inovadores e socialmente responsáveis.

2. DEFINIÇÕES

I - Pré-Incubação: fase inicial de apoio ao empreendedorismo inovador que visa desenvolver, validar e estruturar ideias, protótipos e modelos de negócio antes da criação formal da empresa ou ingresso em incubadora.

II - Proponente: indivíduo ou equipe que submete uma ideia inovadora ao processo de Pré-Incubação, conforme critérios deste regulamento.

III - Projeto Inovador: solução, produto, serviço, processo ou modelo de negócio que apresenta elementos de novidade, aplicando critérios do Manual de Oslo (OCDE) e alinhado às demandas do mercado ou da sociedade.

IV - MVP (Minimum Viable Product): versão inicial e funcional do produto, contendo características mínimas necessárias para testes e validação com usuários.

V - Mentor: profissional ou docente com experiência técnica, científica ou de mercado, responsável por orientar o desenvolvimento dos projetos conforme metodologia do programa.

VI - Equipe: conjunto de participantes formalmente inscritos, com no mínimo dois integrantes, responsáveis pela execução do projeto.

VII - Confidencialidade: proteção das informações estratégicas, tecnológicas e comerciais compartilhadas ao longo do programa.

VIII - Termo de Compromisso: documento assinado pelos participantes que estabelece direitos, deveres e obrigações no âmbito da Pré-Incubação.

IX - ESG: conjunto de práticas ambientais, sociais e de governança que orientam o desenvolvimento sustentável dos projetos.

X - ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, que norteiam o impacto social dos projetos.

3. BASE LEGAL E NORMATIVA

O Programa de Pré-Incubação Germina está fundamentado na legislação e normativas que orientam a ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo no Brasil, incluindo:

I - Lei Federal nº 10.973/2004 (Lei de Inovação);

II - Lei Complementar nº 182/2021 (Marco Legal das Startups);

III - Marco Legal de CT&I (Lei nº 13.243/2016);

IV - Política de Inovação da UNITINS e normativas internas do NIT;

V - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNITINS;

VI - Diretrizes e recomendações da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC);

VII - Manual de Oslo (OCDE) para avaliação de inovação.

O presente regulamento deve ser interpretado em consonância com estes dispositivos, preservando o alinhamento institucional e a segurança jurídica do programa.

4. OBJETIVOS

Fomentar o desenvolvimento de empreendimentos inovadores e sustentáveis a partir de ideias de estudantes, servidores da UNITINS e servidores das Secretarias Estaduais, preparando-os para etapas posteriores de incubação e aceleração, com base nos princípios de inovação, sustentabilidade (ESG) e impacto socioeconômico no Tocantins.

I - Desenvolver e validar ideias de modelos de negócio: Apoiar a estruturação de projetos inovadores, desde a ideação até a prototipagem, garantindo viabilidade técnica e mercadológica.

II - Promover a cultura empreendedora e a inovação: Capacitar participantes em metodologias de gestão, inovação e criatividade, fortalecendo habilidades técnicas e gerenciais.

III - Integrar princípios ESG (Ambiental, Social e Governança): Incentivar soluções com impacto socioambiental positivo, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) e às demandas do Tocantins.

IV - Fortalecer o ecossistema de inovação regional: Conectar empreendedores a redes de mentoria, parceiros estratégicos e investidores, ampliando oportunidades de negócios no estado.

V - Estimular a transferência de conhecimento e tecnologia: Transformar pesquisas acadêmicas e soluções desenvolvidas na UNITINS e nas Secretarias Estaduais em produtos ou serviços com aplicação prática no mercado.

VI - Promover inclusão e diversidade no empreendedorismo: Garantir a participação de mulheres, comunidades subrepresentadas e setores estratégicos (como agronegócio, saúde e educação).

VII - Preparar para captação de recursos e investimentos: Orientar sobre editais, financiamentos e modelos de negócio escaláveis, aumentando a competitividade dos projetos.

5. PÚBLICO-ALVO

O Programa de Pré-Incubação Germina da UNITINS foi concebido para engajar atores estratégicos do ecossistema de inovação tocaninense, selecionados com base em critérios técnicos e científicos que maximizam seu potencial de geração de impacto socioeconômico e tecnológico.

I - Estudantes de Graduação e Pós-Graduação da UNITINS;

II - Servidores Docentes e Técnico-Administrativos da UNITINS;

III - Servidores Públicos Estaduais (das Secretarias do Tocantins);

IV - Projetos da sociedade civil com vínculo prévio com a UNITINS.

Os estudantes de graduação e pós-graduação da UNITINS constituem o núcleo central do programa devido à sua capacidade singular de converter conhecimento acadêmico em aplicações práticas, característica essencial em processos de inovação tecnológica, este grupo apresenta elevada capacidade de absorção tecnológica e flexibilidade para experimentação de modelos de negócio, fatores críticos para o sucesso em estágios iniciais de empreendimentos inovadores.

O corpo docente e técnico-administrativo da UNITINS agrega valor ao programa através de seu capital intelectual acumulado e domínio de metodologias científicas avançadas, elementos fundamentais para a geração de inovações com base tecnológica, sua atuação permite a identificação precisa de demandas sociais e a articulação institucional necessária para transformar pesquisas em produtos e serviços com aplicação prática. Os servidores públicos estaduais complementam este ecossistema trazendo conhecimento empírico sobre problemas regionais e capacidade de implementação de políticas públicas inovadoras, características que os tornam agentes essenciais no processo de validação de soluções em contextos reais.

A participação de projetos da sociedade civil é permitida quando houver vínculo prévio com ações acadêmicas, extensionistas, científicas, tecnológicas ou de inovação da UNITINS, garantindo que tais iniciativas estejam alinhadas às práticas institucionais e potencializem a interação universidade-sociedade dentro do ambiente de Pré-Incubação.

Esta composição de públicos cria uma matriz de complementaridades que potencializa a transferência de tecnologia, a criação de redes de inovação regional e a geração de spin-offs acadêmicos, a interação sistemática entre esses grupos no âmbito do programa segue as melhores práticas internacionais de ecossistemas de inovação bem-sucedidos, onde o conhecimento teórico se combina com experiência prática para gerar soluções tecnologicamente avançadas e socialmente relevantes.

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E PARTICIPAÇÃO

O Programa de Pré-Incubação Germina estabelece parâmetros objetivos de seleção baseados em evidências de melhores práticas em ecossistemas de inovação (OECD, 2021), garantindo a adequação dos participantes aos objetivos estratégicos da iniciativa. Os critérios foram estruturados conforme a metodologia SMART (Specific, Measurable, Achievable, Relevant, Time-bound), assegurando transparência e eficiência no processo seletivo.

I - Vínculo Institucional Comprovado: Exigência de comprovação de matrícula ativa (para discentes) ou vínculo empregatício (para docentes, técnicos administrativos da UNITINS e servidores públicos estaduais), conforme regulamentação interna da universidade e legislação aplicável.

II - Disponibilidade Para Participação: Assinatura de termo de compromisso atestando disponibilidade para:

a) No mínimo de 75% das atividades;

b) 20 horas mensais dedicadas ao desenvolvimento do projeto;

c) Participação obrigatória nos eventos de avaliação intermediária.

III - Composição da Equipe, com grupos multidisciplinares com no mínimo 2 integrantes.

IV - Critérios de Exclusão:

a) Empresas formalizadas;

b) Propostas sem elementos de inovação comprovável (avaliado pelo método do Manual de Oslo);

c) Inexistência de disponibilidade para participação.

7. DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES

I - Direitos

Os participantes do Programa de Pré-Incubação Germina têm direito a:

a) Acesso às mentorias especializadas e orientações técnicas;

b) Participação em workshops, capacitações e atividades formativas;

c) Uso compartilhado da infraestrutura disponibilizada pela UNITINS para o programa, observadas as normas internas;

d) Recebimento de feedbacks e avaliações das etapas do projeto;

e) Certificação pela participação e conclusão das atividades;

f) Acesso à rede institucional de parceiros, quando aplicável;

g) Apoio do NIT para orientações sobre propriedade intelectual e proteção de ativos tecnológicos.

II - Deveres

São deveres dos participantes:

- a) Cumprir a carga horária mínima e participar das atividades obrigatórias;
- b) Entregar as atividades, relatórios e materiais exigidos em cada fase;
- c) Tratar com ética os mentores, colegas e equipe do programa;
- d) Zelar pelo patrimônio e infraestrutura disponibilizada;
- e) Respeitar as normas de confidencialidade e propriedade intelectual;
- f) Manter atualizados os dados de contato e comunicar ausências justificadas;
- g) Cumprir o Termo de Compromisso do programa.

8. DESLIGAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS

A participação no Programa de Pré-Incubação Germina da UNITINS exige comprometimento contínuo com as atividades propostas e adesão integral aos princípios e metas estabelecidos no presente regulamento. Para assegurar a efetividade do processo formativo e a qualidade dos resultados, o programa define critérios específicos para o desligamento e a substituição de membros das equipes.

Serão passíveis de desligamento automático do programa os participantes que:

- I - Não atingirem a frequência mínima de 75% nas atividades obrigatórias;
- II - Não cumprirem a carga horária mensal mínima de 20 horas dedicadas ao projeto;
- III - Deixarem de participar de eventos obrigatórios (como workshops, mentorias e avaliações) sem justificativa formal aceita pela coordenação;
- IV - Comprometerem o andamento da equipe devido a conduta antiética, desrespeito às normas institucionais ou descumprimento reiterado de prazos;
- V - Violarem as políticas de confidencialidade ou de uso responsável dos recursos do programa.

O desligamento será formalizado após análise individualizada pela Coordenação de Ambientes de Inovação e pela Diretoria do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), garantido ao participante o direito à defesa prévia, por meio de manifestação escrita.

Caso a ausência ou o desligamento de um integrante comprometa a composição mínima da equipe (dois membros), será concedido um prazo de 15 (quinze) dias corridos para que a equipe apresente um novo membro, desde que:

- I - Possua perfil compatível com o projeto;
- II - Comprove disponibilidade para assumir as atividades;
- III - Atenda aos critérios de elegibilidade do programa.

A admissão do substituto está sujeita à aprovação da coordenação, que avaliará sua adequação aos objetivos do projeto. O não cumprimento dos prazos ou a ausência de alternativa viável poderá implicar na descontinuidade do projeto no âmbito da Pré-Incubação, com posterior emissão de relatório de encerramento pela cooperação.

9. PROCESSO DE SELEÇÃO

O Programa de Pré-Incubação Germina selecionará seus participantes por meio de edital próprio, que detalhará prazos, documentação necessária e etapas do processo. A seleção será objetiva e transparente, utilizando uma matriz de avaliação com pesos diferenciados para cada critério, conforme sua relevância para os objetivos do programa.

| Critério | Descrição | Peso |
|------------------------------------|--|------|
| Inovação e Impacto | Grau de novidade da solução e potencial de transformação socioeconômica. | 3,0 |
| Alinhamento com ODS/ESG | Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou práticas ambientais, sociais e de governança. | 2,0 |
| Viabilidade Técnica | Capacidade real de execução, considerando recursos e tempo. | 2,0 |
| Aderência às Demandas do Tocantins | Relevância do projeto para o desenvolvimento regional. | 1,5 |
| Equipe e Comprometimento | Qualificação dos membros e disponibilidade para participar do programa. | 1,5 |

10. ESTRUTURA DO PROGRAMA

O Programa de Pré-Incubação Germina da UNITINS está estruturado em cinco fases sequenciais ao longo de cinco meses, desenvolvidas para guiar os participantes desde a concepção inicial até a preparação para o mercado. O processo inicia com uma fase de Imersão, em seguida os projetos então evoluem para a Modelagem, e na sequência, com essas bases consolidadas o programa avança para a etapa de Validação, em seguida na fase de Desenvolvimento Avançado os projetos passam por mentorias especializadas e acompanhamento no refinamento de protótipos, nos estágios finais do programa, os projetos passam por um processo intensivo de preparação para a apresentação final, onde recebem treinamento especializado para comunicar seu valor de forma clara e impactante

I - IMERSÃO: nesta fase é onde os participantes são introduzidos aos conceitos fundamentais de empreendedorismo inovador, com ênfase na definição clara do problema a ser resolvido e na formulação de uma proposta de valor consistente, sempre alinhada aos princípios de inovação e sustentabilidade que norteiam o programa.

II - MODELAGEM: nesta etapa os projetos ganham forma concreta através da estruturação de seu modelo de negócios, definição de métricas de sucesso e desenvolvimento de protótipos ou versões mínimas viáveis (MVPs) que materializam a solução proposta.

III - VALIDAÇÃO: etapa dedicada ao teste rigoroso das hipóteses do projeto junto a potenciais usuários e partes interessadas. Este momento importante permite a coleta de evidências concretas sobre a demanda real pela solução proposta e sua viabilidade prática, gerando aprendizados valiosos para os ajustes necessários antes da próxima fase.

IV - DESENVOLVIMENTO AVANÇADO: nesta etapa os projetos recebem acompanhamento técnico específico para superar desafios operacionais e estratégicos, melhorias dos protótipos desenvolvidos com mentorias setoriais que abordam desde aspectos tecnológicos até estratégias de comercialização.

V - APRESENTAÇÃO (PITCH DAY): Esta fase transforma o trabalho desenvolvido ao longo dos meses em uma narrativa convincente, preparando os empreendedores para se destacarem perante investidores, parceiros e avaliadores.

Ao longo de todo o processo de Pré-Incubação, os participantes contarão com mentorias especializadas ministradas por professores da UNITINS e especialistas convidados, todos com ampla experiência acadêmica e de mercado. Essas mentorias ocorrerão em momentos estratégicos do programa, garantindo suporte personalizado desde a fase de ideação até a preparação para o pitch final. Os mentores atuarão como facilitadores do conhecimento, oferecendo orientações técnicas, feedbacks construtivos e conexões com o ecossistema de inovação, enquanto ajudam os empreendedores a superar desafios específicos de seus projetos.

11. ENTREGAS OBRIGATÓRIAS E RELATÓRIO FINAL

Ao término das atividades de Pré-Incubação, as equipes deverão apresentar:

I - Pitch final conforme modelo disponibilizado pela coordenação;

II - Relatório final do projeto, contendo:

a) descrição do problema validado;

b) proposta de valor;

c) testes realizados com usuários;

d) resultados obtidos e aprendizados;

e) MVP ou protótipo funcional, quando aplicável;

II - Documentos complementares exigidos pela coordenação, tais como canvas atualizado, roadmap e indicadores.

A entrega completa e dentro do prazo é condição para certificação dos participantes.

12. PROCESSO DE MENTORIA

O Programa de Pré-Incubação Germina adota um modelo de mentoria integrada, combinando o conhecimento acadêmico da UNITINS com a experiência prática de especialistas do mercado. Inspirado no conceito de “mentoria como processo de cocriação” (Etzkowitz, 2003), o programa oferece acompanhamento contínuo e personalizado, adaptado às necessidades específicas de cada projeto ao longo de todas as fases da Pré-Incubação.

As mentorias serão conduzidas por professores da UNITINS selecionados por sua expertise nas áreas técnicas relevantes e por especialistas convidados com atuação comprovada no ecossistema de inovação. O processo ocorrerá por meio de encontros regulares, organizados em três modalidades principais:

I - Sessões Individuais para acompanhamento detalhado de cada projeto;

II - Workshops Temáticos sobre tópicos específicos;

III - Mentorias Técnicas pontuais para resolver desafios específicos.

Todas as atividades de mentoria serão documentadas e avaliadas periodicamente, garantindo que o apoio oferecido esteja sempre alinhado com o estágio de desenvolvimento de cada projeto.

Como destacado por Blank (2013), “a mentoria eficaz vai além da transferência de conhecimento ela acelera a transformação de ideias em soluções reais”. É exatamente esse o objetivo do sistema implantado no Germina de oferecer não apenas orientação teórica, mas também os insights práticos necessários para que os projetos superem os desafios típicos das fases iniciais de desenvolvimento.

Ao final do processo, espera-se que os projetos tenham não apenas avançado em seu desenvolvimento técnico, mas também adquirido a maturidade necessária para comunicar seu valor potencial a investidores, parceiros e outros stakeholders do ecossistema de inovação.

13. CONFIDENCIALIDADE E PROPRIEDADE INTELECTUAL

No âmbito do Programa de Pré-Incubação Germina da UNITINS, a proteção das informações estratégicas, técnicas e comerciais é considerada essencial para garantir a segurança jurídica dos projetos e a integridade do ambiente de inovação. Dessa forma, todos os participantes, mentores, especialistas convidados e demais colaboradores envolvidos se comprometem a manter a confidencialidade sobre quaisquer dados sensíveis compartilhados durante o desenvolvimento dos projetos.

A confidencialidade será formalizada por meio da assinatura do Termo de Confidencialidade (TCA), que especificará as obrigações de sigilo, os limites de uso da informação e as disposições aplicáveis em caso de descumprimento. Este termo será obrigatório para todos os membros da equipe, mentores e avaliadores externos, garantindo a proteção recíproca entre as partes envolvidas.

No que tange à propriedade intelectual, a titularidade das criações originadas durante o programa será, por padrão, atribuída aos autores ou equipes proponentes, respeitados os dispositivos legais vigentes e a política institucional de inovação da UNITINS. Caso haja o uso de recursos técnicos, humanos ou financeiros da universidade que configurem coautoria institucional, a titularidade será compartilhada, conforme condições normativas da Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004) e pelas diretrizes do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

Os participantes são incentivados a buscar a proteção formal de suas invenções, marcas, desenhos industriais, direitos autorais e demais ativos intelectuais, com apoio do NIT para registro junto aos órgãos competentes, como o INPI. Durante o período de Pré-Incubação, qualquer intenção de divulgação pública ou negociação com terceiros deverá ser previamente comunicada de forma gradual do programa, a fim de resguardar os direitos de propriedade intelectual envolvidos.

Essa política visa garantir um ambiente de confiança mútua, respeito à autoria e incentivo à proteção de ativos tecnológicos, promovendo uma cultura de inovação responsável e sustentável no âmbito universitário.

14. AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E INSTITUCIONAL

Ao aderirem ao Programa de Pré-Incubação Germina da UNITINS, os participantes automaticamente concordam e autorizam a utilização das informações técnicas, imagens e resultados parciais ou finais de seus projetos para fins de divulgação científica e promoção institucional. Essa autorização abrange a publicação em relatórios anuais, materiais acadêmicos, portfólio tecnológico da incubadora, sites institucionais, redes sociais e eventos de inovação, sempre com a citação adequada dos autores e participantes envolvidos.

A UNITINS se compromete a utilizar esses conteúdos exclusivamente para propósitos educacionais, de pesquisa e de visibilidade do ecossistema de inovação, preservando a confidencialidade de quaisquer dados sensíveis ou estratégicos que possam comprometer a propriedade intelectual ou vantagem competitiva dos projetos. Caso os participantes desejem restringir o uso de informações específicas, deverão formalizar solicitação por escrito à coordenação do programa no ato da inscrição, justificando os motivos da restrição para avaliação individualizada.

Esta política visa equilibrar a transparência das atividades de inovação desenvolvidas na universidade com a proteção dos interesses legítimos dos empreendedores, fortalecendo ao mesmo tempo a difusão do conhecimento gerado e o reconhecimento institucional das iniciativas de Pré-Incubação.

15. VIGÊNCIA, CRONOGRAMA E PRAZOS

O Programa de Pré-Incubação terá duração total de 5 (cinco) meses, conforme fases estabelecidas neste regulamento. O cronograma detalhado, incluindo datas de cada fase, será divulgado no edital específico do ciclo vigente.

A coordenação poderá autorizar, em caráter excepcional, a extensão dos prazos para entrega de relatórios, desenvolvimento de MVP ou participação em atividades, desde que devidamente justificada pela equipe e avaliada pela gestão do programa.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

O Programa de Pré-Incubação Germina da UNITINS opera sob princípios de fomento à inovação sem fins lucrativos, não exigindo equity (participação societária) nos projetos desenvolvidos pelos participantes, preservando assim a integralidade dos direitos sobre as ideias e tecnologias criadas durante o processo.

Em situações não previstas expressamente neste regulamento, a Coordenadoria de Ambientes de Inovação, em conjunto com a Diretoria do Núcleo de Inovação Tecnológica da UNITINS, será responsável por analisar e decidir sobre os casos omissos, garantindo alinhamento com os objetivos institucionais e as melhores práticas de empreendedorismo acadêmico.

Adicionalmente, projetos que demonstrarem excelência técnica, potencial de impacto e maturidade durante a Pré-Incubação poderão receber indicação para ingresso direto no programa regular de incubação da UNITINS, onde terão acesso a infraestrutura mais robusta, conexões com o setor produtivo e oportunidades de financiamento específicas, conforme regulamento próprio da incubadora.

REFERÊNCIAS

ABSTARTUPS. Mapeamento do Ecossistema Brasileiro de Startups - Brasil. São Paulo: ABStartups, 2023. Disponível em: <https://abstartups.com.br/mapeamento-do-ecossistema-brasileiro-de-startups-brasil-2/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ANPROTEC. Mapeamento dos mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no Brasil. Brasília: Anprotec, 2019. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2019/09/Mapeamento_Empreendimentos_Inovadores.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FGV, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Empreendedorismo acadêmico: conheça empresas que surgiram em instituições de pesquisa. São Paulo, 11 abr. 2025. Disponível em: <<https://eaesp.fgv.br/noticias/empreendedorismo-academico-conheca-empresas-que-surgiram-instituicoes-pesquisa>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BLANK, Steve; DORF, Bob. Manual do empreendedor: o guia passo a passo para construir uma grande empresa. Tradução de Edite Sciulli. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

OECD. OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2021: times of crisis and opportunity. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2021/01/oecd-science-technology-and-innovation-outlook-2021_3f424d14/75f79015-en.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ONU (Brasil). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SEBRAE. Relatório técnico: sobrevivência das empresas mercantis brasileiras. Brasília: Sebrae, 2025. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-tecnico-Sobrevivencia-das-empresas-mercantis-brasileiras-28022025.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

PALMAS

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 012/2025 2ª PUBLICAÇÃO

A Superintendência de Licitações torna pública a realização, às 14h00min (horário de Brasília-DF) do dia 09 de fevereiro de 2026, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, da CONCORRÊNCIA Nº 012/2025 - 2ª Publicação, cujo objeto é a concessão do serviço de transporte público coletivo de passageiros no Município de Palmas -TO, compreendendo a operação e manutenção do serviço de transporte coletivo, mediante a disponibilização de ônibus e a implantação, disponibilização, operação e manutenção de Sistemas Inteligentes de Transporte, instruído no processo NUP: 00000.0.005981/2025, de interesse da Agência de Transporte Coletivo de Palmas.

O Edital poderá ser retirado no site: www.portaldecompraspublicas.com.br ou examinado no endereço eletrônico: <<https://acessoainformacao.palmas.to.gov.br/cidadao/informacao/solicitacoes>>, bem como no https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1. Mais informações poderão ser obtidas na Superintendência de Licitações, em horário das 13h às 19h, pelos telefones: (63) 3212-7244/7243 ou e-mail: compraslicitacoes@palmas.to.gov.br, em dias úteis.

Palmas/TO, 06 de janeiro de 2026.

Antonio Luiz Cardozo Brito
Presidente da Comissão de Contratação

ALIANÇA DO TOCANTINS

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2025/ADM

O Município de Aliança do Tocantins - TO, através da Comissão de Contratação, torna pública a realização de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sob a forma de execução indireta, visando à seleção e Contratação de empresa especializada para execução de serviços de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) e pavimentação em blocos sextavados de concreto. Início de recebimento das propostas dia 08/01/2026, no site: <https://bnc.org.br>. Início da sessão eletrônica dia 22/01/2026 às 10h00min, no Site: <https://bnc.org.br>. EDITAL: Poderá ser retirado pelo site: <http://www.alianca.to.gov.br>, no site: <https://bnc.org.br>, ou solicitado pelo e-mail: licitacaoalianca2021@gmail.com. INFORMAÇÕES: Telefones: (063) 3377-1262. (41) 3166 6868, WhatsApp: (42) 3026-4550.

Aliança do Tocantins - TO, 06 de janeiro de 2026.

Elves Moreira Guimarães
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2025/ADM

A Prefeitura Municipal de Aliança do Tocantins - TO, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público que fará realizar licitação na MODALIDADE Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preço, TIPO Menor Preço Por Item, visando o Registro de Preço para eventual e parcelada fornecimento de materiais de expediente, conforme as especificações estabelecidas no termo de referência (Anexo I), do Edital. Início e recebimento das propostas dia 08/01/2026, no site: <https://bnc.org.br>. Início da sessão eletrônica dia 19/01/2026 às 09h00min, no site: <https://bnc.org.br>. EDITAL: Poderá ser retirado pelo site: <http://www.alianca.to.gov.br>, no site: <https://bnc.org.br>, ou solicitado pelo e-mail: licitacaoalianca2021@gmail.com. INFORMAÇÕES: Telefones: (063) 3377-1262. (41) 3166 6868, WhatsApp: (42) 3026-4550.

Aliança do Tocantins - TO, 06 de janeiro de 2026.

Marcelo Nunes Bezerra
Pregoeiro Substituto

ALVORADA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025/FME

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2025/FME
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Educação de Alvorada/TO, CNPJ nº 19.108.179/0001-23
CONTRATADA: ARP nº 001/2026/FME - BKS DISTRIBUIDORA E SERVICOS - LTDA, CNPJ nº 59.745.964/0001-01. Valor total R\$ 129.769,53. ARP nº 002/2026/FME - PAPELARIA COMETA LTDA, CNPJ nº 08.940.428/0001-26. Valor total R\$ 78.765,70. ARP nº 003/2026/FME - DJ DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 27.563.168/0001-61. Valor total R\$ 211.173,20. ARP nº 004/2026/FME - TECHSAM COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ nº 61.462.914/0001-69. Valor total R\$ 4.498,20.
DATA DA ASSINATURA: 06/01/2026.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PAPELARIA.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é 12 (meses) a partir da data da assinatura.

Alvorada/TO, aos 07 dias do mês janeiro de 2026.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
VERA SONIA TOMASI ALMEIDA
Decreto nº 005/2025

CARIRI DO TOCANTINS**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026**

A Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins torna público a Ata de Registro de Preços referente ao Processo Administrativo nº 1033/2025 - ADM, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025 - ADM, julgamento tipo menor preço por item, cujo objeto se trata da Registro de Preços para futura, eventual e parcelada aquisição de lanches (pães, bolos e salgados) para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO e Fundos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social de cariri do tocantins para os próximos 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, tendo como vencedora a empresa ODERLEI ALVES DE ASSIS 79804608120, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 18.071.212/0001-25, com sede à Av. Bernardo Sayão, Cariri do Tocantins, CEP: 77.453-000, vencedora do lote: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31; perfazendo o valor total de R\$ 487.831,25 (quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2026 - ADM

A Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins torna público o Contrato referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025 - ADM, Processo Administrativo Nº 1033/2025 - ADM, cujo objeto se trata da aquisição de lanches (pães, bolos e salgados) para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO para os próximos 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, tendo como vencedora a Empresa: ODERLEI ALVES DE ASSIS 79804608120, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 18.071.212/0001-25, com sede à Av. Bernardo Sayão, Cariri do Tocantins, CEP: 77.453-000; perfazendo o valor global de R\$ 180.927,50 (cento e oitenta mil e novecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

A Ata de Registro de Preço e Contrato terão vigência de 06/01/2026 até 05/01/2027 e está disponível no site <http://www.cariri.to.gov.br/>. Maiores informações no endereço Av. Bernardo Sayão, nº 01, Centro, Cariri do Tocantins, CEP: 77.453-000, Fone: (63) 3383-1165.

Cariri do Tocantins - TO, 06 de janeiro de 2026.

Sr. Elton Moreira Alves
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2026 - FMAS**

O Fundo Municipal de Assistência Social de Cariri do Tocantins torna público o Contrato Nº 001/2026 - FMAS, oriundo da Ata de Registro de Preços Nº 001/2026-ADM, referente ao Processo Administrativo nº 1033/2025-ADM, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025-ADM, julgamento tipo menor preço por item, cujo objeto se trata da registro de preços para futura, eventual e parcelada aquisição de lanches (pães, bolos e salgados) para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Cariri do Tocantins para os próximos 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, tendo como vencedora a Empresa: ODERLEI ALVES DE ASSIS 79804608120, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 18.071.212/0001-25, com sede à Av. Bernardo Sayão, Cariri do Tocantins, CEP: 77.453-000; perfazendo o valor global de R\$ 85.212,50 (oitenta e cinco mil e duzentos e doze reais e cinquenta centavos). O Contrato terá vigência de 06/01/2026 até 05/01/2027 e está disponível no site <http://www.cariri.to.gov.br/>. Maiores informações no endereço Av. Bernardo Sayão, nº 01, Centro, Cariri do Tocantins, CEP: 77.453-000, Fone: (63) 3383-1165.

Cariri do Tocantins, 06 de janeiro de 2026.

Sra. Ana Paula Carvalho Silva
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social
de Cariri do Tocantins - TO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2026 - FME**

O Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins torna público o Contrato Nº 001/2026 - FME, oriundo da Ata de Registro de Preços Nº 001/2026-ADM, referente ao Processo Administrativo nº 1033/2025-ADM, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025-ADM, julgamento tipo menor preço por item, cujo objeto se trata da registro de preços para futura, eventual e parcelada aquisição de lanches (pães, bolos e salgados) para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins para os próximos 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, tendo como vencedora a Empresa: ODERLEI ALVES DE ASSIS 79804608120, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 18.071.212/0001-25, com sede à Av. Bernardo Sayão, Cariri do Tocantins, CEP: 77.453-000; perfazendo o valor global de R\$ 102.775,00 (cento e dois mil e setecentos e setenta e cinco reais). O Contrato terá vigência de 06/01/2026 até 05/01/2027 e está disponível no site <http://www.cariri.to.gov.br/>. Maiores informações no endereço Av. Bernardo Sayão, nº 01, Centro, Cariri do Tocantins, CEP: 77.453-000, Fone: (63) 3383-1165.

Cariri do Tocantins - TO, 06 de janeiro de 2026.

Sra. Gercionita Tavares Vieira
Gestora do Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins - TO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2026 - FMS**

O Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins torna público o Contrato Nº 001/2026 - FMS, oriundo da Ata de Registro de Preços Nº 001/2026-ADM, referente ao Processo Administrativo nº 1033/2025-ADM, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025-ADM, julgamento tipo menor preço por item, cujo objeto se trata da registro de preços para futura, eventual e parcelada aquisição de lanches (pães, bolos e salgados) para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins para os próximos 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, tendo como vencedora a Empresa: ODERLEI ALVES DE ASSIS 79804608120, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 18.071.212/0001-25, com sede à Av. Bernardo Sayão, Cariri do Tocantins, CEP: 77.453-000; perfazendo o valor global de R\$ 118.916,25 (cento e dezoito mil e novecentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos). O Contrato terá vigência de 06/01/2026 até 05/01/2027 e está disponível no site <http://www.cariri.to.gov.br/>. Maiores informações no endereço Av. Bernardo Sayão, nº 01, Centro, Cariri do Tocantins, CEP: 77.453-000, Fone: (63) 3383-1165.

Cariri do Tocantins - TO, 06 de janeiro de 2026.

Sr. Leandro Evaristo da Silva
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Cariri do Tocantins - TO

COLINAS DO TOCANTINS**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025/FMASCO/TO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9464/2025/FMASCO/TO**

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE COLINAS DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, através da Secretaria Adjunta de Licitação, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal Nº 07, de 31 de janeiro de 2024, torna público que fará realizar no dia 22 de janeiro de 2026 às 09:00 (nove horas) horário de Brasília, por meio da INTERNET, através do site: <https://www.gov.br/compras/pt-br> a abertura do Pregão Eletrônico Nº 005/2025/FMASCO/TO, cujo objeto é o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa especializada em prestação serviços de fornecimento de urnas funerárias, bem como serviços fúnebres, para distribuição gratuita visando beneficiar famílias carentes do município de Colinas do Tocantins de acordo com a

Lei de benefícios eventuais, atendendo da solicitação do Fundo Municipal de Assistência Social, para o período estimado do 12 (doze) meses, conforme condições, quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I e demais Anexos, os quais integram este Edital, independente de transcrição Tipo: Menor Preço - Lote Único - Modo de Disputa: Aberto. UASG: 928041. Data da abertura: 22/01/2026, às 09:00 horas.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos, junto à Secretaria Adjunta de Licitação, no Anexo 01 da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 23, Nº 1445, Setor Aeroporto, Colinas do Tocantins/TO, ou através do site oficial do município: <https://colinas.to.gov.br/editais> ou do Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP (<https://www.gov.br/pncp/>), ou solicitação formal através do e-mail: licitacao@colinas.to.gov.br. Maiores informações: Fone: (63) 98439-0067.

Colinas do Tocantins/TO, aos sete (07) dias do mês de janeiro de 2026.

Malvina da Cruz Nascimento
Secretário Adjunta de Licitação

DARCINÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DARCINÓPOLIS - TO, por meio de seu Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, sob o regime de registro de preços, com abertura de propostas na Plataforma BNC - Bolsa Nacional de Compras (www.bnc.org.br), conforme segue:

OBJETO: Registro de preços para futura e parcelada aquisição de conjuntos escolares, materiais de expediente/escritório e gênero alimentício destinado à merenda escolar, para atender às necessidades do Fundo Municipal de Educação de Darcinópolis - TO.
DATA DE ABERTURA DA DISPUTA: 23/01/2026
HORÁRIO: 08h00min (horário de Brasília)
LOCAL: Plataforma BNC - www.bnc.org.br

Edital e informações (para todos os pregões): Disponíveis gratuitamente em www.darcinopolis.to.gov.br e na Plataforma BNC. Esclarecimentos: licitacao@darcinopolis.to.gov.br. (63) 9305-8245 - das 08h às 12h (dias úteis).

Darcinópolis - TO, 08 de janeiro de 2026.

Marcus Vinicius Oliveira Sabino
Pregoeiro

GURUPI

EXTRATO TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL CONTRATO Nº 067/2024

Processo Licitatório Nº 2024022220002/2024001870, Concorrência Nº CE/2024.003-INFRA. Partes: Secretaria Municipal de Infraestrutura de Gurupi-TO, CNPJ Nº 17.590.843/0001-98 e a empresa: Construtora Porto S.A., CNPJ Nº 37.243.599/0001-02. Objeto: Extinção unilateral do Contrato nº 067/2024, firmado entre as partes em: 11/04/2024. Fundamentação legal sob os termos dos artigos 137, incisos I e II, c/c 138, inciso I, e §1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como, na Cláusula Décima Quinta do referido contrato. Data de assinatura: 24/12/2025.

Juliana Passarin
Secretária Municipal de Infraestrutura
Decreto nº 1.598/2024
Contratante

NAZARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATOS DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO Nº 115/2025/FMS - Processo nº 1645/2025 - Credenciamento nº 003/2025/FMS - Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Nazaré-TO; Credenciado: S C CRUZ SERVIÇOS MÉDICOS, inscrita no CNPJ nº 52.871.487/0001-81; Objeto: Credenciamento para contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médico junto ao (PSF) - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA DO NAZARÉ/TO, zona rural e zona rural; Data da assinatura: 30 de dezembro de 2025; Vigência: 12 meses.

CONTRATO Nº 116/2025/FMS - Processo nº 1645/2025 - Credenciamento nº 003/2025/FMS - Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Nazaré-TO; Credenciado: PREVSUL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.487.038/0001-64; Objeto: Credenciamento para contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médico junto ao (PSF) - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA DO NAZARÉ/TO, zona rural e zona rural; Data da assinatura: 30 de dezembro de 2025; Vigência: 12 meses.

CONTRATO Nº 002/2026/FMS - Processo nº 1645/2025 - Credenciamento nº 003/2025/FMS - Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Nazaré-TO; Credenciado: MOURÃO DANTAS SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 61.964.641/0001-50; Objeto: Credenciamento para contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médico junto ao (PSF) - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA DO NAZARÉ/TO, zona rural e zona rural; Data da assinatura: 06 de janeiro de 2026; Vigência: 12 meses.

CONTRATO Nº 113/2025/FMS - Processo nº 1643/2025 - Credenciamento nº 004/2025/FMS - Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Nazaré-TO; Credenciado: S C CRUZ SERVIÇOS MÉDICOS, inscrita no CNPJ nº 52.871.487/0001-81; Objeto: CONTRATAÇÃO SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, SOB REGIME DE PLANTÃO DE 12 E 24 HORAS. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS: ATENDIMENTO EM CLÍNICA GERAL, CONSULTA DE EMERGÊNCIA, EM ATENDIMENTO NÃO AGENDADO, para atender o Fundo de Saúde de Nazaré/TO; Data da assinatura: 30 de dezembro de 2025; Vigência: 12 meses.

CONTRATO Nº 114/2025/FMS - Processo nº 1643/2025 - Credenciamento nº 004/2025/FMS - Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Nazaré-TO; Credenciado: PREVSUL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.487.038/0001-64; Objeto: CONTRATAÇÃO SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, SOB REGIME DE PLANTÃO DE 12 E 24 HORAS. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS: ATENDIMENTO EM CLÍNICA GERAL, CONSULTA DE EMERGÊNCIA, EM ATENDIMENTO NÃO AGENDADO, para atender o Fundo de Saúde de Nazaré/TO; Data da assinatura: 30 de dezembro de 2025; Vigência: 12 meses.

CONTRATO Nº 003/2026/FMS - Processo nº 1643/2025 - Credenciamento nº 004/2025/FMS - Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Nazaré-TO; Credenciado: MOURÃO DANTAS SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 61.964.641/0001-50; Objeto: CONTRATAÇÃO SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, SOB REGIME DE PLANTÃO DE 12 E 24 HORAS. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS: ATENDIMENTO EM CLÍNICA GERAL, CONSULTA DE EMERGÊNCIA, EM ATENDIMENTO NÃO AGENDADO, para atender o Fundo de Saúde de Nazaré/TO; Data da assinatura: 06 de janeiro de 2026; Vigência: 12 meses.

Nazaré-TO, 07 de janeiro de 2026.

GEANDRO PAIVA DE OLIVEIRA
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024/FMS; Contrato: nº 013/2025/FMS; Objeto: Contratação de serviços médicos na área de clínica médica para atendimento junto ao Programa Saúde da Família - PSF, zona urbana do Município de Nazaré/TO. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Nazaré/TO; Contratada: Avive Gestão de Serviços Médicos Ltda; Fundamento Legal: Arts. 137, inciso VIII, e 138, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Espécie: Rescisão unilateral do contrato, por razões de interesse público superveniente, formalizada por meio do Ato Administrativo de Rescisão Unilateral nº 001/2026 - FMS. Efeitos Financeiros: Assegurado à contratada o pagamento pelos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão, observada a regular liquidação da despesa, inexistindo aplicação de penalidades administrativas. Data de Eficácia da Rescisão: 05/01/2026.

Nazaré-TO, 07 de janeiro de 2026.

GEANDRO PAIVA DE OLIVEIRA
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PALMEIRAS DO TOCANTINS**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025, aos 07 de janeiro de 2026, após analisado o resultado do Pregão Eletrônico nº 018/2025, referente ao Processo Administrativo 2118/2025, objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de veículos e máquinas, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Planejamento e Urbanismo, Secretaria de Meio de Ambiente, Fundo Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria de Educação do Município de Palmeiras do Tocantins/TO. Venho por meio do presente ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação, com a Empresa: TITAN MULTISERVICOS LTDA - 40.508.140/0001-90/Valor Total: R\$ 2.013.030,00 (dois milhões, treze mil e trinta reais), conforme a Ata de Sessão constante nos autos do processo administrativo, em conformidade com o Quadro Resultado e nos termos do inciso IV do art. 71. da Lei 14.133/2021.

Palmeiras do Tocantins - TO, 07 de janeiro de 2026.

Francisco Noleto Junior
Prefeito Municipal

PARANÁ**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO Nº 037/2022. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ/TO. Contratado: SHOPPING DAS IMPRESSORAS, inscrita no CNPJ sob o nº: 31.810.052/0001-57. Objeto: Fica prorrogado o contrato para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de impressoras multifuncionais (copiadora, impressora, scanner, fax), com material de consumo incluso (tonner, cilindro e outros), e também a assistência técnica durante o período contratual, incluindo peças de reposição e mão de obra técnica em geral, de acordo com o preceituado art. 65 c.c 57 da Lei nº 8.666/93, de 05 de janeiro de 2026 até 05 de março de 2026. Phabio Augustus da Silva Moreira - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO Nº 059/2022. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANÁ/TO. Contratado: SHOPPING DAS IMPRESSORAS, inscrita no CNPJ sob o nº: 31.810.052/0001-57. Objeto: Fica prorrogado o contrato para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de impressoras multifuncionais (copiadora, impressora, scanner, fax), com material de consumo incluso (tonner, cilindro e outros), e também a assistência técnica durante o período contratual, incluindo peças de reposição e mão de obra técnica em geral, de acordo com o preceituado art. 65 c.c 57 da Lei nº 8.666/93, de 05 de janeiro de 2026 até 05 de março de 2026. Deborah Teodoro Bessa - Secretária Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO Nº 021/2024. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANÁ/TO. Contratado: SHOPPING DAS IMPRESSORAS, inscrita no CNPJ sob o nº: 31.810.052/0001-57. Objeto: Fica prorrogado o contrato para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de impressoras multifuncionais (copiadora, impressora, scanner, fax), com material de consumo incluso (tonner, cilindro e outros), e também a assistência técnica durante o período contratual, incluindo peças de reposição e mão de obra técnica em geral, de acordo com o preceituado art. 65 c.c 57 da Lei nº 8.666/93, de 05 de janeiro de 2026 até 05 de março de 2026. Raquezia Tais Batista da Silva Azevedo - Secretária Municipal.

PAU D'ARCO**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2025/PMPD/TO**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025/PMPD-TO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 468/2025/PMPD-TO
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURAMUNICIPAL DE PAU D'ARCO-TO, CNPJ: 25.063.991/0001-82.
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: LEI 14.133, ART 56 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: "EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL"
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES DE RUA E AVENIDAS, AS QUAIS SERÃO PARA CONTEMPLAR AS SEGUINTE RUAS: RUA RUI BARBOSA E AVENIDA DOM PEDRO I. EM CONFORMIDADE COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. REF. AO CONVÊNIO Nº 202524290005. ATENDENDO AS DEMANDAS DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS. DO MUN. DE PAU D'ARCO-TO.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Pau D'Arco - TO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 25.063.991/0001-82 com sede na Rua Rui Barbosa, nº 662, CEP: 77.785-000 no Centro de Pau D'arco - TO, neste ato representado pelo seu atual prefeito o Sr. GILMAR OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, solteiro, agente público, Portador do CPF nº 031.XXX.XX-19, e RG nº 583XXXX, SSP/PE, residente e domiciliado Rua José Vieira, Nº 1019 no Centro de Pau D'arco - TO.

DETENTORADAATA: a empresa AF SOARES LTDA, com sede na Avenida Jerusalém, Nº 100, Bairro Centro, Riachinho - TO, CEP: 77.893-000, inscrita no CNPJ sob o nº 22.635.572/0001-80, representada por seu sócio/procurador, MARIO VINICIUS SOUSA SOARES, brasileiro, solteiro, empresário, natural da cidade de Araguaína/TO, data de nascimento 19/07/1991, portador da Carteira de Identidade nº 100XXXX, SSP/TO, expedida em 24/03/2006 e CPF: nº 030.XXX.XXX-96, residente e domiciliado na cidade Riachinho - TO, na Av. Jerusalém, Nº 82, Centro, Riachinho - TO, CEP: 77.893-000.

VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

Totalizando o valor de R\$ 861.900,00 (oitocentos e sessenta e um mil e novecentos reais).

Data da Assinatura: 18 de dezembro de 2025.

Prefeitura Municipal de Pau D'arco-TO, aos 06 de janeiro de 2026

GILMAR OLIVEIRA SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE PAU D'ARCO-TO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 003/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025/PMPD-TO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 606/2025/PMPD-TO
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURAMUNICIPALDE PAU D'ARCO-TO,
CNPJ: 25.063.991/0001-82.
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: LEI 14.133, ART 56 E ALTERAÇÕES
POSTERIORES.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: "EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL"
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM
CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DE TORRE (FAROL NA
ORLA BEIRA RIO). EM CONFORMIDADE COM AS QUANTIDADES E
ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. REF.
AO REPASSE Nº 921659/2021. ATENDENDO AS DEMANDAS DA SEC.
MUN. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS. DO MUN. DE PAU D'ARCO-TO.

CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Pau D'Arco - TO, CNPJ
sob nº 25.063.991/0001-82, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 662,
CEP: 77.785-000 no Centro de Pau D'arco - TO, neste ato representado
pelo seu atual prefeito o Sr. GILMAR OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, solteiro,
agente público, Portador do CPF nº031.108.154-19, e RG nº 5836350,
SSP/PE, residente e domiciliado Rua José Vieira, Nº 1019 no Centro de
Pau D'arco - TO.

CONTRATADA: LD - ENGENHARIA E LOCAÇÕES LTDA, estabelecida
na Avenida Teotônio Fernandes Graças, Quadra 3, Lote 08, s/n, Centro,
na Cidade de São João D'Aliança, Estado de Goiás - CEP: 73.760-000,
devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 11.087.767/0001-16 neste ato
representada por seu representante legal, Sr. WASZISLEY BARBOSA
LIMA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens,
engenheiro civil, natural de Goiânia - GO, RG. nº 3.732.XXX, expedida em
22/03/1995 pela DGPC-GO, e inscrito no CPF sob o nº 880.XXX.XXX-59,
residente e domiciliado na Rua T-29, nº 1001, Setor Bueno, Resid. Brisas
do Ipê, Apto. 802, Goiânia, Estado de Goiás - CEP: 74.210-050.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM
CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DE TORRE (FAROL NA
ORLA BEIRA RIO). EM CONFORMIDADE COM AS QUANTIDADES E
ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. REF.
AO REPASSE Nº 921659/2021. ATENDENDO AS DEMANDAS DA SEC.
MUN. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS. DO MUN. DE PAU D'ARCO-TO.

VIGÊNCIA: 08 (oito) meses.
Totalizando o valor de R\$ 1.355.089,41 (um milhão trezentos e cinquenta
e cinco mil oitenta e nove reais e quarenta e um centavos)
Data da Assinatura: 05 de Janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Pau D'arco-TO, aos 06 de Janeiro
de 2026.

GILMAR OLIVEIRA SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

PIUM

AVISO DE LICITAÇÃO

O município de Pium - TO, torna público que realizara a licitação
a seguir caracterizada:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 - Dia 27 de janeiro
de 2026 às 10:00, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS, PARA A EXECUÇÃO DE
SERVIÇOS DE ABERTURA, TERRAPLANAGEM E REGULARIZAÇÃO
DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PIUM.

Maiores informações presencialmente das 07:00 às 11:00 e das
13:00 às 17:00 de segunda a sexta-feira na sede da Prefeitura Municipal
de Pium, através do site eletrônico: www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

SÃO BENTO DO TOCANTINS

DECRETO Nº 183/2025, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

"Nomeia Aprovado do IV Concurso Público do Poder
Executivo do Município de São Bento do Tocantins,
Estado do Tocantins e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de São Bento do Tocantins, Estado do
Tocantins, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal
e pela Lei Orgânica do Município de São Bento do Tocantins, Estado do
Tocantins, visando o preenchimento de cargos no Quadro de Servidores
Estáveis do Poder Executivo, na forma do resultado do IV Concurso
Público, homologado através do Decreto nº 088/2025, de 10 de abril de
2025, publicado no DOE-TO nº 6801, de 22 de abril de 2024, c/c o Decreto
nº 126/2025, de 22 de julho de 2025, publicado no DOE-TO nº 6863, de
24 de julho de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no IV
Concurso Público do Poder Executivo do Município de São Bento do
Tocantins, observada a ordem de classificação, o aprovado a seguir
relacionado:

| Cargo: Fiscal de Tributos | | | |
|---------------------------|-----------|------------|----------------------------------|
| Class. | Inscrição | C.P.F. | Nome |
| 003 | 003159 | 861.***-34 | PATRICIA MIRANDA DA SILVA LABRES |

Art. 2º Ficam exonerados os nomeados não empossados, na
forma do Decreto nº 166/2025, de 10 de outubro de 2025, publicado no
DOE-TO nº 6942, de 17 de novembro de 2025, por não comparecimento
para tomar posse, os seguintes:

| Cargo: Assistente Social | | | |
|---------------------------|-----------|------------|------------------------|
| Class. | Inscrição | C.P.F. | Nome |
| 002 | 000052 | 057.***-06 | DAIANE CORREIA SILVA |
| Cargo: Fiscal de Tributos | | | |
| Class. | Inscrição | C.P.F. | Nome |
| 002 | 002190 | 649.***-53 | VALDONEI COSTA E SILVA |

Art. 3º Para efeito de posse, o ora nomeado no art. 1º, deste
Decreto, fica convocado para, no prazo de 30 (trinta) dias, formalizar
requerimento dirigido à Secretária Municipal de Administração de São
Bento do Tocantins, comparecendo na sede da Prefeitura Municipal de
São Bento do Tocantins, munido da documentação exigida para o pleito,
na forma do Edital de Concurso Público nº 001/2024, de 26 de agosto
de 2024 e suas rerratificações, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em São Bento do Tocantins,
Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês dezembro de 2025.

PAULO WANDERSON DE SOUSA DAMASCENO
Prefeito Municipal

IV CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE SÃO BENTO DO TOCANTINS

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 183/2025

REQUISITOS, REGRAS E DOCUMENTOS
NECESSÁRIOS PARA A POSSE

REQUISITOS E REGRAS:

1. Ser brasileiro ou cidadão português a quem foi deferida a
igualdade, nas condições previstas pelo Decreto Federal 70.436, de 18 de
abril de 1972, até a data da aplicação das provas. (item 8.1.17. do Edital)

2. Preencher os requisitos básicos exigidos para o cargo pretendido, conforme especificações do Edital; (item 2.2.6. do Edital)

3. Contar com aptidão física e mental para o exercício das atividades do cargo pretendido, a qual será aferida também pela administração no ato de posse, por meio de prévio laudo médico a ser realizado por médico da rede pública municipal; (item 2.2.7. do Edital)

4. Os nomeados deverão submeter-se a exames de capacidade física e mental e os que não lograrem aprovação serão eliminados; (item 7.3. do Edital)

5. Os Candidatos nomeados que não comparecerem ao exame de capacidade física e mental serão considerados desistentes, exaurindo, assim, o direito à sua posse; (item 7.4. do Edital)

6. Em havendo desistência ou desinteresse na posse, por parte de Candidato classificado, o Município poderá recorrer aos Candidatos aprovados, na mesma ordem de aprovação; (item 7.6. do Edital)

7. O Candidato que, nomeado deixar de tomar posse ou de entrar em exercício, perderá os direitos decorrentes de sua nomeação; (item 8.2. do Edital)

8. O Candidato nomeado será regido pelo Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Tocantins e pelo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da categoria, não arcando o Município com qualquer dispêndio que venha a ocorrer em decorrência de sua nomeação para a zona rural. (item 8.3. do Edital)

9. Os investidos nos cargos para os quais foram classificados cumprirão o Estágio Probatório preconizado no art. 41, da Constituição Federal. O Poder Executivo baixará ato regulamentando os procedimentos e formalidades das avaliações periódicas para acompanhamento e efetivação do Estágio Probatório pertinente, obedecendo aos parâmetros estabelecidos na legislação municipal específica. (item 8.4. do Edital)

DOCUMENTOS:

10. Fotos em tamanho 3X4, duas recentes; (item 8.1.1. do Edital)

11. Documento de habilitação específica para o exercício do cargo, através da apresentação de Certificado de Conclusão do nível de escolaridade exigido (cópia reprográfica autenticada ou acompanhada do original); (item 8.1.2. do Edital)

12. Carteira de inscrição em Conselho representativo de classe, quando exigido para o exercício profissional (cópia reprográfica autenticada ou acompanhada do original); (item 8.1.3. do Edital)

13. Certidão de Regularidade Profissional vigente (item 8.1.4. do Edital)

14. Declaração de próprio punho, de acúmulo ou não de cargo/função pública; (item 8.1.5 do Edital)

15. Carteira de Identidade (cópia reprográfica autenticada ou acompanhada do original); (item 8.1.6. do Edital)

16. Cadastro de Pessoa Física (cópia reprográfica autenticada ou acompanhada do original); (item 8.1.7. do Edital)

17. Carteira de Trabalho e Previdência Social; (item 8.1.8. do Edital)

18. PIS/PASEP (cópia reprográfica autenticada ou acompanhada do original); (item 8.1.9. do Edital)

19. Título de Eleitor (cópia reprográfica autenticada ou acompanhada do original), bem assim, do comprovante de haver votado ou justificado nas últimas eleições; (item 8.1.10. do Edital)

20. Certificado de Reservista, para o sexo masculino (cópia reprográfica autenticada ou acompanhada do original); (item 8.1.11. do Edital)

21. Atestado de Saúde Ocupacional; (item 8.1.12. do Edital)

22. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo órgão competente da área de seu domicílio; (item 8.1.13. do Edital)

23. Certidão de Casamento - se for casado (cópia reprográfica autenticada ou acompanhada do original); (item 8.1.14. do Edital)

24. Certidão de Nascimento dos filhos - se for o caso (cópia reprográfica autenticada ou acompanhada do original); (item 8.1.15. do Edital)

25. Carteira de Vacina de filhos menores de 14 anos - se for o caso (cópia reprográfica autenticada ou acompanhada do original); (item 8.1.16. do Edital)

PUBLICAÇÕES PARTICULARES

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Senhor Adriano Rabelo da Silva, CPF xxx.xx8.101-04, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Licença Prévia, de Instalação e de Operação para a atividade de BOVINOCULTURA, situada na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, no município de Palmeirante - TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 237/97, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Eu, AGROPECUARIA S VITAL LTDA, CNPJ: 30.898.172/0001-95, torna público que requereu ao NATURATINS, as Licenças LP, LI e LO, para a Atividade de AGRICULTURA na FAZENDA ETERNA E ETERNA I, entre NOVA ROSALANDIA E PIUM - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/97 e COEMA 007/05, que dispõem sobre o Impacto Ambiental.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Sra. Camila Silva Rios, CPF 8**.5*.652-53, proprietária do imóvel Fazenda Conquista, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, o Licenciamento Ambiental, LP (Licença Prévia), tendo como atividade empreendimento agropecuário no município de Filadélfia/TO. O empreendimento se enquadra na Resolução COEMA nº 007/2005 que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Frísia Cooperativa Agroindustrial, inscrita no CNPJ nº 77.XXX.XXX/0031-15, torna público que requereu junto ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a renovação das Licenças de Operação (LO) para a atividade de Armazenamento e Comércio de Agrotóxicos e Fertilizantes, bem como para atividade de Tratamento de Sementes Industriais-TSI, na unidade localizada na Rodovia TO-080, Km 45 (Sentido Palmas-Paraíso), no município de Paraíso do Tocantins-TO. Os empreendimentos se enquadram no disposto das Resoluções CONAMA nº 001/1986, 273/2000, 237/2005 e Resolução COEMA nº 07/2005, que dispõe sobre o licenciamento ambiental dessas atividades.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Empresa MDM PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrito(a) no CNPJ Nº XX.XXX.XXX/0001-XX, torna público que requereu junto ao NATURATINS, as licenças (Prévia, Instalação e Operação) para as atividades de Pecuária, Agricultura e Obras Cíveis não Lineares (Barramento) na FAZENDA TOAGRO AGROPECUÁRIA V (FAZENDA BOA SORTE) em Guaraí-TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA 001/86 e 237/97 e COEMA 007/2005, referente ao licenciamento ambiental deste tipo de atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A MERCATTO BRASIL COUROS E PELES LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.309.949/0001-50, torna público que requereu junto Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Porto Nacional, as seguintes: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação para a atividade de Curtume, localizada no endereço Avenida Principal, QD 06, LOTE 1º30, Distrito Agro Industrial, Porto Nacional - TO, CEP: 77.500-000. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DO TOCANTINS**CONVOCAÇÃO**

A Presidente do Conselho Deliberativo da Federação Espírita do Estado do Tocantins/FEETINS, a senhora Maria Gonçalves Pereira, obedecendo às disposições Estatutárias, conforme art. 12 - Parágrafo Único, art. 21 e art. 23, CONVOCA o Conselho Deliberativo para a reunião, no dia 01/02/2026 (domingo), com início às 09h na sede da Federação Espírita do Tocantins/TO, para apreciação da seguinte pauta:

- Eleição e Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o Biênio de 2026 a 2028.

Art. 26 §2º Conhecidos os nomes dos eleitos, serão eles empossados em seus cargos, preferentemente na mesma data, ou em data não superior a trinta (30) dias, mediante solenidade a ser realizada na sede da Federação.

Gurupi - TO, 16 de dezembro de 2025.

Maria Gonçalves Pereira
Presidente

**CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em turismo agencia de viagens, instituições religiosas, beneficentes e filantrópicas, e institutos de beleza, lavanderia e funerária no estado do Tocantins - SINDETH-TO CNPJ 14.625.316/0001-83, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os associados das categorias profissionais representadas, para uma Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 20 de janeiro de 2026, na sede do Sindicato, à Quadra ARNO 33, AL. 01, LOTE 12, CEP: 77.001-410, Plano Diretor Norte, cidade de Palmas-TO, no horário das 15 horas, em primeira convocação, para tratar da seguinte ordem do dia: aprovação da minuta da convenção coletiva de trabalho para reajuste salarial e outros assuntos de interesse da categoria. Não havendo *quórum* suficiente na primeira convocação, a segunda acontecerá às 15 horas e 30 minutos, no mesmo dia e local, já com qualquer número de presentes. As deliberações tomadas nesta Assembleia prevalecerão para todos os fins de direito, e a ela se vinculam os trabalhadores das categorias.

Palmas - TO, 07 de janeiro de 2026.

Aroldo Fernandes Guimarães
Presidente do SINDETH-TO

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO**

PARA DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE
NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO PARA O
ANO 2026/2027.

O Sindicato dos Empregados em Escritórios de Contabilidade, Prestadoras de Serviços, Assessoramento, Pesquisa e Perícia do Estado do Tocantins - SINTRAESCO/TO, por seu Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos da Lei nº 5.452/43 (CLT) e da Constituição Federal, a fim de propiciar a ampla participação, CONVOCA todos os trabalhadores e trabalhadoras de sua base para uma nova Assembleia Geral Ordinária (AGO). A votação ocorrerá de forma on-line, entre os dias 15 e 24 de janeiro de 2026, das 08h às 17h, de forma ininterrupta, por meio de link a ser disponibilizado no site www.sintraescoto.com.br no dia 15/01/2026, às 07h50min. A assembleia tem como finalidade deliberar sobre a aprovação ou reprovação da proposta (Minuta) de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027, sendo considerada válida com qualquer número de participantes. A votação dar-se-á da seguinte forma:

a) A aprovação ocorrerá com 50% + 1 (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos válidos favoráveis;

b) A reprovação ocorrerá com 50% + 1 (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos válidos desfavoráveis.

Estaremos à disposição para informações durante o período de votação via Whatsapp: (63) 99287-2167 das 08h às 17h.

Palmas - TO, 08 de janeiro de 2026.

João Jodacy Barbosa de Queiroz
Presidente do SINTRAESCO/TO

**SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
DO ESTADO DO TOCANTINS - SIRECOM-TO****EDITAL DE REGISTRO DE CHAPA**

Pelo presente Edital, faço saber que foi deferido o registro da seguinte chapa única Chapa 01 - Compromisso e renovação, candidata à eleição para composição do Sindicato dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins - SIRECOM-TO, a que refere o Edital de Convocação publicado nos jornais "Daqui Ano 12 - nº 3517 - página 4" e "Diário Oficial do Estado, nº 6.967 - Ano XXXVII, página 172.", em 23.12.2025.

Presidente: Romeu Capra

Vice-Presidente: Divino Eurípedes Gomes

Diretor-Secretário: Thiago de Oliveira Cabral

Diretor-Financeiro: Davi Aparecido Silva Pereira

SUPLENTE:
Antônio de Pádua Assunção
Renato Franco Chagas
Jovane Pereira Campos

CONSELHO FISCAL

MEMBRO EFETIVOS:
Carlos Eduardo Aires Gomes dos Santos
Percio Barbosa Freire
Cristiano Tadeu de Carvalho

MEMBRO SUPLENTE:
Eleniel Cardoso Ribeiro
Cícero Batista Cabral Neto
Walter Luiz do Carmo

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO A FEDERAÇÃO

EFETIVO:
Romeu Capra

SUPLENTE:
Davi Aparecido Silva Pereira

Palmas - TO, 07 de janeiro de 2026.

Romeu Capra
Presidente